

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO PEREIRA FRANCISCO

HABITAÇÃO POPULAR, REFORMA URBANA E
PERIFERIZAÇÃO NO RECIFE, 1920 - 1945.

RECIFE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO PEREIRA FRANCISCO

HABITAÇÃO POPULAR, REFORMA URBANA E
PERIFERIZAÇÃO NO RECIFE, 1920 - 1945.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco pelo aluno Thiago Pereira Francisco, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

Recife

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4- 985

F818h Francisco, Thiago Pereira.
Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945 / Thiago Pereira Francisco. – Recife: O autor, 2013.
143 f. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2013.
Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Habitação popular. 3. Crescimento urbano. 4. Favelas.
I. Miranda, Carlos Alberto Cunha. (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-30)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO THIAGO PEREIRA FRANCISCO

Às 10h do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Thiago Pereira Francisco** intitulada “**HABITAÇÃO POPULAR, REFORMA URBANA E PERIFERIZAÇÃO NO RECIFE, 1920-1945**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Carlos Alberto Cunha Miranda (orientador), Sylvana Maria Brandão de Aguiar e Newton Darwin de Andrade Cabral. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de agosto de 2013.

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Profª. Drª. Sylvana Maria Brandão de Aguiar

Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

A Sofia

AGRADECIMENTOS

Depois desses dois anos e meio de tanta correria em busca de pôr em andamento essa pesquisa, estou certo que após as inseguranças, cansaço e expectativas, eu não estaria inteiro para esse momento sem a ajuda de muita gente. Mesmo não citando todos os nomes a quem devo realmente muito, não poderia de fazer menção a algumas pessoas que souberam ter paciência e que nunca deixaram de estender a mão para que eu voltasse a acreditar que conseguiria.

Primeiramente à minha família, a qual compreendeu que era uma fase importante e necessária à minha formação, entendendo que o peso dos livros que carregava cotidianamente também era para não esquecer que assumira uma responsabilidade por elas.

Sou profundamente agradecido pelo comprometimento, empenho e, por vezes, extrema paciência que meu orientador Carlos Miranda dedicou a mim, diante das falhas que tive no caminho. Ele ajudou a nortear meus pensamentos quando escrever se tornou uma longa tarefa de idas e vindas entre tantas leituras e documentos a organizar, suas opiniões e conselhos foram fundamentais; tudo isso sem deixar de dar autonomia e acreditar naquilo que eu enxergava como as possibilidades apresentadas pela pesquisa. Um Muito Obrigado!

Aos amigos Mozart, Noel e Poatylon que conheci durante a graduação e, que mesmo sem nos vermos, torcemos uns pelos outros. Aos parceiros e amigos da pós, alguns desde a turma da graduação, pelas dicas dadas e pelo apoio. Ao pessoal da Histórica Jr., quando tentamos inovar a nós mesmos a forma de exercer a profissão, foram bons esses tempos. Aos parceiros do restauro (do qual estou ultimamente ausente) Ivan, Tiago, Isis, Diana, Jéssica e Gabi, cuja criatividade e dedicação são marcas dessa turma. Aos companheiros do Forte, de onde muito aprendi.

Não poderia esquecer dos funcionários dos diversos arquivos e bibliotecas por onde passei horas, sempre com a gentileza e atenção que me permitiram nos momentos mais necessários encontrar as informações que deram corpo a esse trabalho. Agradeço também a Sandra, que sempre foi muito atenciosa com nós alunos da pós e, que sem ela, a minha vida acadêmica estaria uma completa desorganização, muito obrigado!

Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado, cujos recursos foram fundamentais para o andamento dessa pesquisa e que possibilitam a realização de tantos trabalhos de qualidade que pude acompanhar vindos dos meus companheiros nesses últimos meses. Por fim, sou grato ao Departamento de História da UFPE, que tanto se dedica em manter a qualidade que a faz referência na produção científica do país.

Resumo

Normalmente se atribui ao período da interventoria de Agamenon Magalhães a responsabilidade pela iniciativa em extirpar os mocambos como opção de moradia no Recife. Entretanto, não seria ele aquele quem iniciou esse projeto, tampouco impediria que o mocambo desaparecesse do cenário urbano, vindo este a se multiplicar nas décadas seguintes pelos morros e córregos da cidade. Os desafios encontrados no Recife na tentativa de reconfigurar seu traçado e de modernizar sua fisionomia urbana foram acompanhados por diversas propostas que visavam imprimir quais formas de morar eram legitimadas pelo mercado imobiliário e pelas equipes técnicas do poder público. Deste modo, a problemática dessa dissertação está focada na interação do crescimento citadino e suas repercussões na moradia, em especial, a popular; já que esta se tornaria no discurso das autoridades e elites locais a principal responsável pela insalubridade, decadência estética e atraso da cidade, como também, pelo pauperismo do trabalhador.

Palavras-chave: habitação popular, mocambo, periferação, reforma urbana.

Abstract

Normally attributed to the period of government Agamenon Magalhães responsibility for the initiative in excising the mocambos as housing option in Recife. However, it would not be the one who initiated this project, nor would prevent the mocambo disappear from the urban setting, this coming to multiply in the decades following the hills and streams of the city. The challenges found in Recife in trying to reconfigure its layout and modernize its urban physiognomy were accompanied by several proposals aimed at print what forms of living were legitimated by the housing market and the technical staffs of government. Thus, the problem of this dissertation is focused on the interaction of city growth and its impact on affordable housing, as this would become the discourse of the authorities and local elites primarily responsible for health hazards and aesthetic decadence of the city, but also by the pauperism worker.

Keywords: housing, shack, peripheries, urban reform.

Lista de figuras

- Figuras 01 e 02 – Índices comparados de mortalidade por Tuberculose do Recife com capitais nacionais e estrangeiras. Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco. 48
- Figura 03. Mocambos com tetos de palha ou telha com as paredes preenchidas a sopapos de barro, tipo do mocambo palha-terra. Foto da *Liga Social Contra o Mocambo*. [1939?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 8213. 51
- Figura 04. Mocambo com cobertura mista de palha e telha, e paredes com madeira e folhas de fladres ou zinco. Foto de Alexandre Bérzin. [193-?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 657. 52
- Figura 05. Planta da Cidade do Recife. Levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres), 1906. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 54
- Figura 06. Detalhe da Planta do Bairro de Santo Amaro, 1907. Autor: Douglas Fox. Fonte: Compesa. 55
- Figura 07. Detalhe com arruamentos e disposição dos mocambos. Planta da Cidade do Recife e Arredores. 1932. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 58
- Figura 08. Planta do Bairro da Torre, 1932. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 58
- Figura 09. Detalhe do Bairro da Torre, 1932. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 59
- Figura 10. Bairro de Casa Amarela, 1942. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 59
- Figura. 11. Planta para casas operárias para os municípios de Olinda e Goiana. 09/01/1892. Fonte: Mapoteca da Assembleia Legislativa de Pernambuco. 71
- Figura 12. Planta de projeto de casa popular com aproximadamente 25 m². Fonte: Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). 72
- Figura 13. Fachada em perspectiva da referida planta. Fonte: ALEPE. 72
- Figura 14. Planta de projeto para moradia popular com aproximadamente 62 m². Fonte: ALEPE. 72
- Figura 15. Fachada em perspectiva da planta da figura 4. Fonte: ALEPE. 72
- Figuras 16 e 17. Plantas e fachadas para casas geminadas com 36m². Fonte: ALEPE. 75
- Figuras 18 e 19. Planta e fachada para casa independente com 36m². Fonte: ALEPE. 75
- Figura 20. Planta do projeto mais barato na petição de Alvaro Silva, cuja casa teria apenas 36, 48m². Fonte: ALEPE. 77

- Figura 21. Fachada do projeto mais barato na petição de Alvaro Silva, cuja casa teria apenas 36, 48m². Fonte: ALEPE. 78
- Figuras 22 e 23. Planta e fachada para projeto de casa com aproximadamente 38m². Fonte: ALEPE. 78
- Figura 24. Planta de projeto de casa com alto padrão com aproximadamente 204, 52m². Fonte: ALEPE. 79
- Figura 25. Fachada de projeto de casa com alto padrão com aproximadamente 204, 52m². Fonte: ALEPE. 79
- Figura 26. Planta das casas tipo A da vila operária Paz e Trabalho, composta pó sala, cozinha, um quarto e banheiro externo, com 50, 46m² de terreno e 27,62m² de área coberta. Fonte: APEJE. 82
- Figuras 27 e 28. Planta e fachada do projeto de F. Gouveia Moura para casas operárias geminadas, com 59,82m² cada unidade. Fonte: APEJE. 83
- Figuras 29 e 30. Planta e fachada para casas operárias aprovadas pelo Departamento Geral das Municipalidades. Fonte: APEJE. 83
- Figura 31. Planta da Vila Operária 4 de Outubro, bairro da Torre, encontro das ruas José Bonifácio e Marcos André. Fonte: APEJE. 84
- Figura 32. Fotografia da Vila Operária 4 de Outubro. Fonte: Exposição do período administrativo de outubro de 1930 a junho de 1933. Imprensa Oficial, 1933. 84
- Figura 33. Calçamento e casario da Rua Santo Elias (Espinheiro), 23/08/1941. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 380. 94
- Figura 34. Pavimentação e casario da Rua Conde do Irajá. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 383. 94
- Figura 35. Calçamento e casario da Rua Real da Torre, 23/08/1941. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 387. 95
- Figura 36. Pavimentação da estrada de Tejipió. Fonte: GOVERNO do Estado. *Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de Pernambuco pelo Dr. João Cleofas de Oliveira, Secretario da Viação, Obras Publicas, Agricultura, Industria e Comercio, 1932*. Recife: Imprensa Oficial, 1933. p. 13. 98
- Figura 37. Detalhe do Plano de Arruamentos de parte de *Magdalena e Torre*, assinado por Domingos Ferreira. Fonte: Museu da Cidade do Recife. 98
- Figura 38. Detalhe da Planta da Viação Electrica do Recife. Empresas Electricas Brasileiras S.A. c. década de 1940, em equivalência à planta de 1945 das linhas dos bondes na cidade. Fonte: APEJE. 100
- Figura 39. Reprodução de detalhe da lista das linhas de bondes, em 1945. Pernambuco City Street Railway System – Track and car routes. Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. Fonte: APEJE. 100

Figura 40. Vila dos Remédios. Fonte: APEJE.	107
Figura 41. Vila dos Contínuos. Fonte: Museu da Cidade do Recife.	108
Figura 42. A construção de Vila em áreas desprovidas de pavimentação e iluminação foi recorrente. Fonte. APEJE.	108
Figura 43. Planta e detalhe da Estrada da Torre a partir do Largo [Praça] do Conselheiro João Alfredo. 29/03/1876.	113
Figura 44. Reprodução de propaganda da <i>Companhia Pernambucana de Terrenos</i> . A Província 1º/01/1930. Vale notar a participação entre os membros da empresa de um senador e do industrial Othon Bezerra de Mello.	114
Figura 45. Ônibus da linha Recife-Olinda. Fonte: Boletim Técnico de Viação e Obras Públicas. Vol 3 nº 2. 1940.	116
Figura 46. Ônibus da linha <i>Derbi</i> . Fonte: Boletim Técnico de Viação e Obras Públicas. Vol.11.n.1.1944.	116
Figura 47. Mocambos de morro. Recife. s/d. Fonte: FUNDAJ, Coleção Benício Dias.	117
Figura 48: Notícia de desastres após intensas chuvas na cidade. Fonte: Diário de Pernambuco. 22 fev.1934.	119
Figura 49. Alto José do Pinho e Alto do Pascoal (lado de Arraial). Autor: Pedro Braga da Silveira Lima. Fonte: Museu da Cidade do Recife.	131
Figuras 50 e 51. Legendas indicando os principais pontos de atração e o perfil da distribuição das moradias.	131
Figuras 52. Detalhe indicando área aproximada das terras controladas pela Imobiliária Vieira da Cunha e pela Baronesa Cesário de Melo.	131
Figura 53. Calçamento do Morro da Conceição (da Estrada que dá acesso ao Morro). Foto: Alexandre Berzin. s/d.. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 816	133
Figura 54. Calçamento do Alto José do Pinho. s/d. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 3834.	133
Figura 55. Alto do Pascoal (Casa Amarela). s/d. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 3828.	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa de Otavio de Freitas quanto à situação sanitária das habitações	34
Quadro 2 – Crescimento demográfico do Recife	132

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01. Construções no período 1939 – 1945, num total de 9765 unidades. Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1941 – 1945, números 2, 5 - 6, 9 - 10. 128

LISTA DAS INSTITUIÇÕES

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERECIANO – APEJE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – ALEPE

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ

MUSEU DA CIDADE DO RECIFE (FORTE DAS CINCO PONTAS) – MCR

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1 – O debate sobre a habitação e o cidadão	22
1.1 Virada de século	22
1.2 A habitação popular como um problema no Recife	27
1.3 O Recife através dos mapas	52
1.4 A produção estatal na década de 1920	60
Capítulo 2 - Crescimento urbano e ordenação da moradia	62
2.1 A Arquitetura Moderna como solução para moradia popular	63
2.2 Modelos de moradia e sua viabilidade	70
2.3 A habitação nos planos da cidade	85
2.4 A expansão da cidade formal	97
Capítulo 3 – A difusão da casa própria na Interventoria: a atuação da Liga Social Contra o Mocambo e o processo de autoconstrução pelo trabalhador.	102
3.1 A moradia a partir da vila operária	102
3.2 O auto-emprego pelo morador	108
3.3 Parcelamento da terra e as primeiras ocupações	111
3.4 Precariedade e omissão do Estado	117
3.5 Loteamentos periféricos e autoconstrução	127
Considerações Finais	135
Referências	138

INTRODUÇÃO

Desde cedo, ainda no início da graduação, surgiu o interesse por leituras acerca da história urbana, mais como uma paixão, sem o caráter de um olhar mais comprometido e organizado para o desenvolvimento de pesquisa específica. Aos poucos, esse interesse pela cidade se traduziu numa atenção maior ao Recife, do qual fui me apropriando melhor do seu desenho formado pelas inúmeras ruas que ia identificando, assim como os monumentos dos quais encontrava referências, ou também, quando me tomava o olhar, as diferentes arquiteturas e traçados que compõem (e compuseram) sua paisagem, e as relações humanas desenvolvidas nos diversos ambientes que visitava.

No entanto, foi no ano de 2009 que as atenções sobre a cidade se intensificaram. Durante o estágio realizado no Museu da Cidade do Recife (mais conhecido como Forte das Cinco Pontas), tive a experiência que projetou o interesse pelo estudo desenvolvido nesse trabalho. O foco expositivo à época era a evolução urbana da cidade, do qual pude estudar mais sobre o tema ali projetado em fotos, livros e plantas. Percebia que sobre a evolução urbana da cidade existia uma análise com várias produções e bem consolidada, a qual concentra os principais feitos urbanos na experiência holandesa do século XVII, na gestão de Francisco do Rego Barros com o engenheiro Vauthier (no século XIX), nas remodelações do porto e do bairro do Recife, na abertura da atual Avenida Guararapes em Santo Antônio, nas obras de construção da Avenida Dantas Barreto, que corta os bairros de Santo Antonio e São José, e na criação do bairro de Boa Viagem como importante balneário e zona de expansão urbana.¹

A partir de então, fui para a reserva técnica do mesmo museu, e nessa ambiente realizávamos ações voltadas para a restauração e conservação de livros raros, fotografias e, especialmente, de plantas dos bairros e da cidade do Recife. O museu foi em grande parte

¹ Sobre esses temas ver MELLO, José Antonio G. **Tempo dos Flamengos**. Recife:; VIEIRA, Carlos Alberto. First Synagogue in the Americas: Kahal Kadosh Zur Israel Synagogue in Recife. In: SERAGELDIN, Ismail; Shluger, Ephim; MARTIN-BROWN, Joan (Editores). **Historic Cities and Sacred Sites: Cultural Roots for Urban Futures**. Washington, D.C.: The World Bank, 2000. Capítulo 16; FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In: PEREIRA, Nilo et al. **Um tempo do Recife**. Recife: Universitária, 1978; OUTTES, Joel. **O Recife preso à cruz das grandes avenidas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991; LUBAMBO, Cátia W. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE, 1994. PICCOLO LORETTO, R. . **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

herdeiro dos documentos do acervo da prefeitura. Entre as peças que compõem o acervo do museu estão os diversos livros especializados na história do Recife, muitos esgotados e raros, e que sempre estão renovando as publicações com as aquisições e doações dos pesquisadores. Ainda na biblioteca é possível os pesquisadores terem acesso a uma expressiva coleção fotográfica que compreende quase todo o século XX. Parte considerável da riqueza iconográfica está nos diapositivos e fotografias avulsas, que aos poucos são trabalhadas pela equipe do museu.

Durante esse período entrei em contato com diversos mapas que iam declarando inúmeras facetas da capital: limites de bairros, serviços, nomes de ruas, topografia. Eram plantas em papel ou tecido de diversas épocas da cidade, entretanto, foram as que se voltavam para a primeira metade do século XX que passaram a me atrair mais a atenção. Para essa época são ricas as imagens que revelam as demolições na capital tendo em vista a sua modernização, até os filmes da década de 1920 retratam isso.

No entanto, a história urbana do Recife nas primeiras quatro décadas do XX não se restringe ao pretense processo modernizador da construção de uma cidade unicamente a partir do centro. Tradicionalmente a historiografia se debruça sobre as transformações dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José, no entanto, os subúrbios para o mesmo período se multiplicaram e se adensaram, a cidade ampliara suas fronteiras.

Nesta percepção, o interesse inicial que permeara a realização desse trabalho era o estudo de como o desenho da cidade foi projetado e realizado, seus autores, concepções norteadoras e as necessidades geradoras e implicações dessas intervenções. Algumas são informações possíveis através das plantas e do acervo que tive contato durante os anos trabalhados no museu.

À medida que se desenvolviam as primeiras leituras inteiramente voltadas para uma pretensa pesquisa outra inquietação chamou atenção: no processo de ampliação, remodelação e crescimento da cidade existia um discurso consolidado, embora pouco detalhado como um todo, de que na época da retirada massiva dos mocambos dos bairros centrais e subúrbios mais próximos, os moradores avançaram sobre os morros da zona norte da cidade, os que compõem hoje a área de Casa Amarela e proximidades. Onde estavam as publicações e documentos que fortaleciam essa análise? E se assim o foi, como se desenvolveu esse reordenamento da capital? Como essas realizações interagiam com a construção e modernização da cidade? Como a habitação conquistou realce nos projetos e sua standardização se tornou a solução formalmente empreendida pelo governo?

Havia compreendido que a experiência na capital pernambucana não foi algo isolado, era parte integrante de propostas modernizantes empreendidas em diversas cidades, cujas recepções e realizações foram sentidas de formas diferenciadas em cada prática, mas que deixaram claro que era necessário estudar o Recife num olhar mais amplo, não restritamente às décadas que mais me atraíam interesses (1930 – 1940), mas buscar como foi que todo um discurso e projeto modernizador alcançaram a envergadura e traçaram uma transformação espacial e humana que, apesar de ser particular, ajuda a compreender um conjunto de experiências congêneres em outras capitais brasileiras para a mesma época.

Portanto, do que inicialmente se propunha a estudar apenas as concepções que nortearam as realizações do desenho da cidade, passei à dimensão da moradia por ela estar sob o alvo modernizador e o morador como objeto de igual intervenção. Logo, entender como se deu a produção habitacional associada à qualidade de vida na capital, foi fundamental para analisar a espacialidade existente e como esse contexto formado foi o foco de interesse de uma elite técnica, empresarial e governamental para justificar uma nova cidade.

Os documentos relacionados ao tema estão consideravelmente difusos entre arquivos e publicações a respeito, o que se tornou um desafio empírico da pesquisa. Além de teses e livros, a documentação se concentra em plantas, fotografias, leis, relatórios técnicos, artigos de jornais e revistas. Para não concentrar somente o ponto de vista oficial devido ao perfil das fontes, busquei nas petições provenientes da população à Assembleia Legislativa de Pernambuco. É válido ressaltar algumas pesquisas mais recentes com o uso de depoimentos e que tratam de analisar como se processou a participação popular na construção dos subúrbios da capital.²

Esta pesquisa caminha na direção de tentar relacionar os fatores que aproximaram a arquitetura e urbanismo com a questão habitacional, durante a intervenção do Estado Novo personalizado em Agamenon Magalhães, assim como pelo elevado debate dedicado ao tema nos

² Entre is trabalhos recentes ver SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho**: ocupação, instituição e práticas culturais, 1940 – 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.; HALLEY, Bruno Maia. **De chapéu do sol a Água Fria**: numa trama de enredos, a construção da identidade de um barro na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.; COSTA, Valéria Gomes. **É do dendê**: História e memórias urbanas da nação Xambá no Recife (1950 – 1992). São Paulo: Annablume, 2009.

anos 30.

Deste modo, procurei tratar de que forma a habitação popular aparece no cenário como objeto de intervenção do Estado e se torna alvo de um projeto de segregação espacial. Portanto, o primeiro capítulo trata em demonstrar como a habitação popular não repercutia em maiores intervenções, sendo as autoridades sanitárias as mais interessadas nelas, em especial durante os surtos epidêmicos na cidade. Nesse momento, mostra-se como a moradia passou a atrair atenções das autoridades políticas, numa época que várias circunstâncias contribuíram para esse fato: primeiro, é um período sob o impacto da desagregação do sistema escravista, se antes a casa popular não incomodava tanto era porque apesar de seus residentes estarem tão próximos espacialmente, estão diametralmente distantes no seio social. Uma parcela significativa da população que não detinha maiores bens passou a querer ocupar o território, a tomar pra si uma parte da terra, portanto, o morador pobre livre deixou de ser invisível, despercebido ou ignorado, passando a se tornar senão uma ameaça à ordem estabelecida, ao menos um incômodo.

A segunda circunstância está no crescimento demográfico que o Recife alcançou na primeira metade do século XX. Essa expansão humana se chocou com uma cidade limitada em recursos materiais – serviços urbanos como saneamento e abastecimento – tampouco em condições de absorver a oferta de mão-de-obra, o que gerou uma elevação dos empregos informais e da solução informal da necessidade da moradia através dos mocambos. Esse tipo de habitação, que por tanto tempo convivera no cenário da cidade, passara a interferir nos planos de modernidade projetada para o Recife, modernidade esta que acompanharia a nova onda de prosperidade econômica esperada com os investimentos no porto e na organização da cidade para a atração de indústrias, crescimento da atividade usineira e circulação do capital comercial.

Esse desenvolvimento econômico projetado é a terceira circunstância. Estou falando num estado que tinha como a principal atividade produtiva a indústria canavieira, mas que amargava um declínio desde o século XIX e deixara de ser a referência internacional na atividade³. Contudo, com a introdução das usinas e o crescimento da competitividade, a circulação de capital impulsionou as atividades envolvidas, como a do porto. A relação da atividade portuária sempre teve uma forte presença na cidade, e suas obras apontariam para o crescimento industrial do Recife. Essas fábricas se beneficiariam das vantagens tributárias do governo e da mão-de-obra

³ Sobre esse assunto ver EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

barata ofertada, o que também contribuiu na precariedade presente no operariado recifense, este mal-assalariado e subalimentado; foram fatores que estiveram relacionados à opção do trabalhador em recorrer para uma moradia mais barata, à concentração urbana em torno das fábricas e à economia deficitária entre os segmentos populares, com baixo poder de consumo numa cidade com alta concentração de renda.

Os mocambos eram duramente criticados como opção de moradia, e sua negação se mostrava naquilo que se reconhecia como cidade pelo poder público. Entre os recursos tomados para identificar como foram inseridos no cenário da cidade pelas publicações técnicas e, assim, também objetos de atenção da municipalidade estão os mapas criados desde o início do século até a década de 1930, pois são muito úteis para localizar as áreas aproximadas das ocupações, arruamentos, presença de fábricas e, quando possível, perfil espacial dos moradores. Entretanto, os mapas são fontes nem sempre tão seguras, principalmente se neles já houve alguma intervenção. Além disso, podem ser imprecisos nas informações prestadas e no detalhamento das áreas. Por tudo isso é imprescindível serem submetidos a buscas como: comparações com outros mapas do período, autor, órgão que o executou, materiais utilizados (papel e tinta, por exemplo), estado de conservação, inscrições esmaecidas ou a lápis, localização atual, existência de cópias. Outras possibilidades estão nas demais fontes que ajudem a cruzar suas informações com as extraídas deles. São medidas que reduzem as chances de se tomar um entendimento precipitado do que o mapa pode ofertar, como também, assim, colher mais informações.

Ademais, tais mapas foram fundamentais na aproximação de onde se situavam os mocambos e assim poder fortalecer os apontamentos expostos no segundo capítulo, em especial, que zonas inteiras no Espinheiro, Madalena e Torre, onde se identificavam aglomerações de mocambos, estes foram processualmente removidos em face da especulação imobiliária desses bairros, os quais passaram a apresentar cada vez mais moradias compatíveis com a classe média e alta, com arruamentos regulados e pavimentados.

O segundo capítulo ajuda a aglutinar como a habitação popular, transformada num problema pelas autoridades e elites locais, foi terminar se concentrando em periferias mais distantes e nos morros no entorno de Casa Amarela. Neste capítulo tento apontar o que perante a expansão dos mocambos foi feito pelo poder público e pelo mercado desde o início do século: optou-se por um modelo de moradia incompatível com a realidade financeira do trabalhador pobre. Foi relevante para uma crise na oferta de novas habitações o governo ter enfrentado a

questão da moradia através de incentivos fiscais à livre iniciativa e atuando na regulação urbana nas áreas com lotes valorizados. Isso repercutiu na alta rentabilidade dos negócios imobiliários pelas empresas legalizadas, assim como no uso das vantagens legais para adquirir benefícios como doações de lotes. Assim, o Estado e o mercado externavam suas propostas de moradias e a forma que davam à solução de um tema de extrema relevância social.

Ao longo da década de 1930, percebe-se que os governos municipal e estadual tomaram medidas que não atentavam para a solução do problema da moradia tanto no déficit quanto nas baixas condições em que estava o cidadão. Preferiram investir na regulação urbana que deslocava os mocambos e viabilizava a produção de residências de alvenaria como tradicionalmente já era realizado. Em suma, a cidade formal se expandiria em direção aos locais pretendidos pelas elites, distante da cidade real, a qual envolvia os subúrbios mais populares; o que significa dizer que houve um pretense de equilíbrio em relação aos locais que receberiam obras de melhoria urbana, como pavimentação, iluminação, ordenação dos lotes e ruas. Obras estas que representam a expansão de direitos materiais do cidadão. Logo, vê-se na forma como a cidade empreendeu sua expansão nas décadas de 1930 e 1940, que ela reafirma uma cidade que não integra suas partes, cujo governo esteve distante de tomar medidas que elevassem a qualidade de vida do trabalhador através da construção expressiva de moradias baratas e da melhoria da sua renda; o que seria possível com o comércio e indústria aquecidos com a construção civil em alta e ordenação com serviços públicos nos diversos bairros que compunham a cidade, enfim, com o Estado presente. Por isso, logo no início do terceiro capítulo tratei do contexto e princípios que envolveram o movimento da Arquitetura Moderna numa Europa pós-guerra, a qual apostou em soluções criativas para o problema no provimento de moradias, de modo a atender a funcionalidade, estética e qualidade urbana; contraponto ao realizado no Recife num período logo em seguida.

O terceiro capítulo concentra-se sobre a campanha de intervenção na moradia que envolveu o governo Agamenon até 1945 e que se mantém, mesmo que menos intensamente, no resto da década. Havia problemas relacionados ao déficit de moradias que foram comuns nas grandes cidades do país, diante disso, o governo federal estadonovista tomou a frente da produção de moradias, tentando desarticular o mercado rentista, migrar capital para a indústria e se apresentar como atento às necessidades do trabalhador. Os conjuntos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs – foram expressivos no quantitativo de unidades e na forma que foram integrados ao tecido urbano, o que dialogava com os princípios da Arquitetura Moderna.

Ademais, no Recife, a intervenção estadonovista na produção de moradias com o apoio à *Liga Social Contra o Mocambo* reiterava o discurso do governo preocupado com o trabalhador quanto à sua vontade de ter a casa própria salubre e sólida, no entanto repercutiria numa transferência do morador de mocambo para áreas mais distantes do centro, em condições, por vezes, precárias. Como a construção das vilas de casas individuais, ainda que em áreas isoladas, foi posta como o ideal ao trabalhador, e de que maneira na omissão intencional com a periferia se permitiu que o mocambo combatido nas áreas especuladas fosse explorado e perpetuado nos morros da cidade, deixando na sua autoconstrução o caminho para a produção da moradia no Recife.

Assim, este trabalho tenta contribuir para a História social e urbana do Recife. Nesse aspecto, visa trazer relevância aos temas da habitação social e da construção sócio-espacial da cidade, ainda mais cujo em tempo presente o debate sobre as intervenções nesses campos afloram os desafios contemporâneos da justiça e promoção da qualidade de vida nas metrópoles. As grandes cidades, por vezes, apresentam despreparo sobre as intervenções necessárias e seus impactos sobre a população, ou também são guiados pelos interesses de capital que partilham seu solo. Torna-se fundamental a apropriação dos processos de ocupação, construção e significação do território urbano para tomadas de decisão mais capazes de levar em consideração as diversas relações estabelecidas diariamente e historicamente.

Capítulo 1 – O debate sobre a habitação e o cidadão

1.1 Virada de século

Entre os séculos XIX e XX percebe-se um diálogo que se sustentou por um século, calcado num projeto modernizante social e urbano cujas soluções se buscaram as mais diversas, como através das políticas públicas com apoio da medicina urbana, soluções estas que transitavam entre a remodelação da urbe quanto aos seus serviços e quanto à sua face construída, podiam passar pela ingerência no corpo social no tangente ao controle dos grupos vistos como perigosos, imorais e indesejáveis.⁴

Foi o período que teorias ganharam espaço entre o corpo técnico nacional e estadual, produzindo uma série de pressupostos que tratavam da delinqüência, do criminoso, dos distúrbios da mente, da evolução da raça e do país.⁵

Durante esse recorte temporal de meados do XIX à metade do XX o mundo conheceu e proliferou avanços técnico-científicos que transformaram as concepções e as formas de relacionamento. Entre os mais significativos está o alcance da máquina de transporte a vapor e depois no automóvel após a descoberta do petróleo como fonte energética. Foi a energia elétrica outra inovação que abalou as sociedades quando permitiu que outras máquinas fossem criadas mas, sobretudo, por ampliar as experiências da vida social, numa intensidade sem precedentes, à noite, gerando hábitos e necessidades a serem desfrutadas e compartilhadas. No limiar dessas novas tecnologias as artes também foram interlocutoras dessa corrente, a exemplo da fotografia e do cinema, mas também de grupos de vanguarda na pintura como o futurismo, o expressionismo, impressionismo e cubismo, os quais trouxeram uma renovação em temas e conceitos num ramo onde o realismo-naturalismo estivera por séculos consolidado.

Esse campo de modernidade e aspirações pelo novo alcançara o espaço urbano, o qual na maioria das cidades industriais europeias foi resultado de uma prática em atrelar serviços como esgotamento, abastecimento, iluminação e transportes a uma proposta holística, como a de combater as péssimas condições sanitárias nas ruas e nas moradias, e assim contribuir no controle profilático das epidemias constantes nas cidades ocidentais do período.

⁴ Ver LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

⁵ Sobre isso ver SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. **A face criminosa**: o neolombrosianismo no Recife na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

No campo da política, essas realizações no corpo social não se apresentam necessariamente como atuações democráticas ou atentas ao diálogo com os vários segmentos sociais. Por diversas vezes a intervenção no espaço público e privado tomou princípios conservadores e excludentes, no intuito de implantar ainda que de forma autoritária a modernidade apregoada.

Na experiência nacional, ainda que a economia não tivesse galgado as grandes indústrias comuns às nações europeias e norte-americana e nem gerado tão precocemente as baixas condições de vida urbana presentes nos subúrbios fabris, desde cedo foi alcançada por nossos técnicos a proposta higienista para o controle médico-sanitário, moral e estético da sociedade, numa visão comungada como uma das concepções da modernidade. Logo, atrelar a ideia da urbe como moradia e da moradia como urbe foi levantado, ou seja, entender a cidade como uma extensão do cidadão e tratá-la como um corpo ou conceber a moradia e hábitos privados como uma extensão dos interesses de saúde pública foram as novidades dessa forma de atuar nas capitais brasileiras. Portanto, saúde, moralidade, ordem pública e progresso social, tão quanto as discussões sobre o aperfeiçoamento da raça e o complexo amálgama da sociedade brasileira, esteve o debate de como modernizar o espaço urbano com forte apelo à habitação popular como ambiente de intervenção.⁶

Ainda no século XIX, Pernambuco engendrou experiências visando modernizar seu tônus urbano. Destaca-se no período ações durante o governo de Francisco do Rego Barros (1837 – 1844) no qual

foram introduzidas medidas com o objetivo de melhorar as condições de higiene da cidade e dinamizar os precários serviços públicos prestados à população [...] para resolver os problemas emergenciais de Pernambuco [...] resumido nos seguinte pontos: construção de uma rede de estradas que ligasse a zona canavieira ao porto da cidade do Recife; criação de uma rede de serviços públicos; melhoria do porto; ordenamento do espaço urbano da cidade com o estabelecimento de um plano de alinhamento das ruas; construção de equipamentos públicos culturais e edificações modernas para o serviço público.⁷

Entretanto, no que concerne a medidas mais específicas a políticas higienistas se encontra a fundação do *Conselho de Salubridade Pública*, em 15 de maio de 1845 “com o objetivo de dotar o Recife de melhores condições sanitárias e combater os focos de

⁶ Acerca dos aspectos gerais que envolveram a urbanização do país entre nos séculos XIX e XX ver REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808 – 1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p. 83-117.

⁷ MIRANDA, Carlos Aberto Cunha. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. In: **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. III, n. 5, out. 2012. p. 146 – 147.

epidemias”. Ainda segundo Miranda, “na leitura das atas do *Conselho*, fica evidente que os seus membros consideravam o Recife uma cidade desordenada, suja, incivilizada e dotada de todos os ‘vícios’ da sociedade colonial.”⁸

Figura importante na defesa dos preceitos higienistas no Recife à época, Joaquim de Aquino Fonseca, que fora diretor do referido *Conselho* até sua extinção em 1853, passa a ser presidente da *Comissão de Higiene Pública*, órgão que dá continuidade aos trabalhos em higienizar a cidade. É através dela que, em 1855, Aquino Fonseca “fez publicar no *Diário de Pernambuco*, um trabalho denominado ‘*Bases para um plano de Edificação da Cidade*’”⁹, no qual estabelece medidas a fim de facilitar a ventilação e a incidência de raios solares nos arruamentos e casas, sendo adequados a estas serem erguidas em terrenos que não emanassem umidade e gases; pois eram requisitos básicos dos princípios higiênicos a nortearem a disposição e construção de edificações nas cidades.

Tal plano se voltava a regulamentar e interferir em vários aspectos que compunham as edificações, visando como dito elevar o grau de ventilação, iluminação e condições sanitárias dos imóveis. Para tanto, é importante notar a mudança de perspectiva no tocante ao alvo como foco proliferador dos males da saúde pública. A habitação nem sempre foi vista como a maior das ameaças nas epidemias da cidade, esse posto foi longamente ocupado pelo porto, devido às doenças trazidas por marinheiros e viajantes, já sendo permitidas *fumigações desinfectantes* contra o cólera-morbus em meados do século XIX¹⁰, não incomum, também, a objeção a entrada de navios advindos de regiões com casos epidêmicos. O que corrobora não ser o perfil da habitação o indicador relevante era o fato do Bairro do Recife possuir adensado número de casas de pedra e cal, quase que inteiramente no início do século XIX; sendo mais comum a bairros como Santo Antônio a presença de casas de taipa e palha no cenário misturado a construções de alvenaria.¹¹

Logo, a atenção era mais voltada aos navios do que ao fato se a casa era de taipa, ou quanto à área em que se encontrava. No entanto, Aquino Fonseca vem a engendrar uma mudança de perspectiva quanto a isso. Deixa ele de se ater propriamente ao bairro portuário, quando do seu combate ao cólera, e passa a estender sua atenção à cidade, em seu perímetro, como um todo.

⁸ MIRANDA, Carlos Aberto Cunha. op. cit. p.147.

⁹ Ibidem. p.149.

¹⁰ FONSECA, José de Aquino. **Diário de Pernambuco**, 10 ago.1849.

¹¹ CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo do Recife, 1822 – 1850**. Recife: Universitária da UFPE, 1998. p.54 – 56.

O combate contra os males sanitários teriam uma dimensão que projeta tanto o espaço público como o domínio privado, pois é esse princípio que norteia o plano da *Comissão de Higiene*. Defendia-se que existisse na capital um sistema de abastecimento d'água para se beber, assim como para o asseio pessoal, o que demandaria água em abundância e de boa qualidade, algo difícil com poucos chafarizes e sob o alto custo da atividade dos aguaceiros.¹²

Na intervenção no tecido urbano ainda estava na agenda o calçamento das ruas, para que a poeira não fosse um inconveniente e para evitar que a água se empossasse no inverno, finalidade esta também reforçada pela dotação de uma eficiente drenagem das águas em vias públicas, inclusive a dos telhados das casas por meio de canos diretos para o esgoto. Entre as outras propostas de uso público para uma urbe mais salubre estavam a constituição de pátios ventilados entre duas ou mais casas ou no meio dos quarteirões, e igualmente ventiladas seriam as praças construídas com boa arborização. Por fim, a criação de ruas largas, em oposição às vias estreitas com seus elevados sobrados, os quais bloqueavam a passagem da ventilação e da luz solar por serem mais altos que a largura das ruas.

Quando o conjunto de intervenções alcançou em suas perspectivas a moradia, revelou um grau de detalhamento tendo em vista salubridade e comodidade. Denotou também que a extensão do controle profilático não bastava às ruas, teria na habitação o alcance real da proposta higienista à cidade, pois era no espaço privado onde se desenvolviam parcela considerável das relações sociais, cujo bom resultado não somente alteraria a fisiologia da morada como a saúde de seus residentes.

Ademais, “de acordo com os profissionais da saúde, as casas térreas, pequenas, baixas, escuras e úmidas eram consideradas as mais insalubres.”¹³ Logo, entre as diversas proposições, o binômio luz e ventilação eram obrigatórios. Nesse direcionamento se objetaram à existência de quintais nas casas, quando o ideal eram pátios internos no centro das casas que permitissem luz e circulação do ar. Iguais papéis teriam as janelas nos quartos quase herméticos, pequenos e cheios de móveis. Críticas semelhantes também são feitas às cozinhas, estas com muita fumaça devido aos fogões à lenha, não sendo incomuns mortes por complicações respiratórias.

¹² Ver CARVALHO, Marcus J. M. op. cit. Capítulo 1. Sobre a atividade dos canoeiros e o papel do transporte fluvial para a cidade do Recife ver também MILFONT, Magna. Caminhos e marcas da cidade: a influência do transporte fluvial nos rios e mares do Recife, do século XIX. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá. (Orgs.) **História e Paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005. p. 78 – 111.

¹³ MIRANDA, Carlos. op. cit. p.154.

Além dos ambientes da casa, as observações atentavam para seus elementos básicos. Entendiam como necessário no combate à umidade serem as casas cobertas com telhas e forros (para não permitir a passagem do ar à noite), possuírem escadas largas e arejadas, pisos assoalhados com elevação de cinco a seis palmos do terreno.

Sob um olhar acerca dos pressupostos do plano recomendado pela *Comissão*, vale salientar seu caráter dispendioso ao morador. Esse padrão estipulado não era compartilhado à maioria dos habitantes do Recife, talvez mais àqueles com recursos para manter-se bem em algum sobrado ou casa entre os bairros do Recife e o da Boa Vista. Portanto, sua residência não estaria acobertada adequadamente às doenças por não se enquadrar em especificações cujas justificativas não eram conclusivas, apesar dos seus apregoados benefícios. Complexo seria a um locatário de um sobrado ou quarto receber tais ajustamentos caso isso significasse acréscimo no aluguel do imóvel, e, mesmo para o dono, o custo do investimento não repercutiria necessariamente em breve retorno, podendo então deixar de ser interessante.

Quanto à municipalidade, um plano como esse exigiria legislação e práticas mais atuantes no tecido citadino. Além disso, o acompanhamento das obras por um corpo técnico que garantisse tais resoluções. Enfim, um projeto higienista, apesar de sua defesa em benefício da saúde pública, possuía em seu escopo um custo elevado que nem sempre o poder público e a sociedade iriam acatar, economicamente e culturalmente. Desse modo, ao passo que os higienistas se aproximam e alcançam espaços de maior relevância social e governamental e se deparam com uma realidade em descompasso aos seus princípios e propostas lançadas, sob a dificuldade de atingir a esfera privada da sociedade, pode o discurso e as ações higienistas se cercarem de medidas autoritárias para se realizarem. Foi o autoritarismo sanitário bastante presente em várias passagens das investidas dos governos em reduzirem os índices epidêmicos no país desde o século XIX até as primeiras décadas do XX.

Ainda durante a epidemia do cólera em Pernambuco, em meados do XIX, medidas autoritárias e até violentas foram propostas em detalhado plano através da desinfecção das casas,

seria utilizada a prática do “sequestro” nas casas dos primeiros coléricos que surgissem na cidade, valendo-se de medidas coercitivas com a colaboração da força policial para seu cumprimento. A notificação das casas para proceder à desinfecção poderia ser indicada pela polícia ou por qualquer habitante da cidade e de seus subúrbios.¹⁴

¹⁴ MIRANDA, Carlos. op. cit. p.159.

Relevante é detalhar como se procedia a desinfecção:

o trabalho da Comissão que consistia na limpeza das ruas, praças e a desinfecção das casas em que havia ocorrido a morte do colérico.[...] em primeiro lugar, eram retirados do interior das casas os objetos manchados pelos indivíduos falecidos e incinerados; posteriormente, o quarto ou sala onde havia ocorrido o óbito eram lavados com água contendo porções diluídas de cloreto de cal, além de outros agentes químicos como cloro gasoso, ácido sulfúrico, peróxido de manganês e sal comum. Em seguida, o lugar era fechado por três horas. No dia seguinte, todo o quarto era caiado com cal de Lisboa. As roupas sujas e aproveitáveis eram mergulhadas em solução cloretada por 24 horas, caso estivessem limpas, eram expostas aos vapores do cloro. Aquelas consideradas imprestáveis eram incineradas em lugares apropriados.

Todo o trabalho durou aproximadamente dois meses e foi realizado em 1059 domicílios.¹⁵

Nesse embate de poder público e privado, são as camadas pobres as que mais sofrem com esse autoritarismo por não deterem os mesmos recursos e poder de discurso junto às autoridades. Nessa concepção intervencionista, o limite não é mais só a habitação, o corpo passa a se tornar objeto do alcance legal do Estado, não por meio do diálogo, mas pelo controle e tentativa de submissão aos seus fins. Foi nesse mesmo período que até os mortos começaram a ter novo destino, de catacumbas nas igrejas foram levados ao cemitério público para evitar maiores proliferações das doenças na capital.¹⁶

1.2 A habitação popular como um problema no Recife

O fim do século XIX e início do XX foi marcado pelo contexto da desagregação do sistema senhorial, da libertação dos escravos e da imigração. As maiores cidades brasileiras estavam repletas de ex-escravos e brancos pobres, assim como por imigrantes pobres advindos em especial do ocidente europeu e do extremo oriente, os quais tomaram como principal destino o sudeste e sul do país. Eram tais imigrantes vistos como a solução ideal para a carência de mão-de-obra, como também para o branqueamento da sociedade apregoado pelas elites do país.

Nessas circunstâncias, os segmentos mais abastados da sociedade tomam como preocupação esse crescimento exponencial de indivíduos marginalizados na sociedade. E, tal como os imigrantes, igualmente atravessaram o oceano pensamentos “ancorados no

¹⁵ MIRANDA, Carlos. op. cit. p.159.

¹⁶ CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

determinismo biológico de Cesare Lombroso e nos discursos racistas de Gobineau, Gustave Le Bon e de Francis Galton”, através deles a elite brasileira procurava justificar e legitimar a exclusão social, em especial, dos ex-escravos nas grandes cidades.¹⁷ Logo, controlar e disciplinar esses indivíduos era um fator necessário, pois na visão das elites, os costumes de ex-escravos e os hábitos populares eram importantes obstáculos ao progresso nacional nos parâmetros da civilização europeia. Portanto, combater tais elementos indesejáveis era um recurso importante para evitar a desordem e a violência pública.

Diante do adensamento populacional das principais capitais, na afirmação do arquiteto Nabil Bonduki, para a realidade paulistana no período,

indicadores atestam que nessa época estruturou-se um dinâmico mercado de trabalho, exigindo moradias de baixo custo na capital [...] em consequência, uma aglomeração de trabalhadores mal alojados que constituía grave ameaça à saúde pública.¹⁸

Até 1927, as leis se concentravam no modelo de produção rentista, também observado por Bonduki em São Paulo. Padrão este que deixa ao mercado a regulação das casas de aluguel e do valor a ser pago pela compra do imóvel.

Ao mesmo tempo, tanto os pardieiros¹⁹ quanto os mocambos, assim como os cortiços paulistanos, eram vistos como principal foco de doenças infecciosas. A postura governamental relativa à habitação tinha forte apelo repressivo e limitador da livre construção. “Baseada na casa unifamiliar a vila operária era o modelo de habitação econômica e higiênica a ser atingido.”²⁰ Conclui Bonduki,

ao se chocar com condições econômicas estruturais, baseadas em baixos salários e em regras mercantis de produção de aluguel, o higienismo perde sua arrogância. Nem por isso as leis urbanas viraram letra morta.²¹

Os últimos anos do século XIX caracterizam não só as maravilhas da Belle Époque, mas o período cujas

profundas transformações industriais ao crescimento demográfico, às utopias sociais, aos problemas de higiene e salubridade, um conjunto numeroso de questões

¹⁷ MIRANDA, Carlos Alberto C. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife. In: **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. n. 20. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. p.142.

¹⁸ BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p.45.

¹⁹ Denominação dada ao cortiço na cidade do Recife.

²⁰ BONDUKI, Nabil. op. cit. p.41.

²¹ Idem. op cit. p.39.

converge para criar a necessidade de um campo autônomo e muito vasto de estudo e intervenção na cidade.²²

A nova disciplina – urbanismo – mesmo estreitamente ligada à arquitetura, cuja formação era basicamente a mesma, passa a se preocupar com desafios socioeconômicos e urbanos de forma estruturada em padrões científicos, não cabia empirismo.

A organização das áreas habitacionais e do alojamento – formando casas a todos –, a criação de condições de higiene e salubridade, a organização das funções industriais e da expansão urbana, a infraestrutura e os equipamentos, constituem os maiores problemas que a urbanística teve de enfrentar desde o início.²³

Esta nova forma de conceber a cidade, estudando cientificamente suas necessidades e criando planos de intervenção na urbe, estendeu-se rapidamente para as capitais das colônias europeias, assim como para as demais cidades americanas. Os EUA logo incentivaram estudos que buscassem meios de solucionar demandas de tráfego.

Portanto, com o avanço do urbanismo como área, a preocupação em planejar a cidade era questão-chave, e no modelo autoritário da primeira república, a urbe era campo de intervenções, sobretudo, no tocante à habitação.

A expansão e o forte crescimento demográfico do Recife estão consolidadamente ligados ao processo migratório em sua direção a partir de 1870, no entanto mais intensa a partir da década de

1890 com a abolição da escravidão, a fome de terras dos novos latifúndios em constituição, a expulsão dos foreiros da zona-da-mata açucareira recentemente industrializada pelo “processo usineiro”, cuja população proletária ano após ano parecia decrescer apenas para se amontoar mais adiante no Recife.²⁴

Além dos refugiados das secas que assolaram o sertão, como também daqueles que foram expulsos de suas terras ou que não suportaram o regime de trabalho durante a expansão das usinas na zona-da-mata, outro fator está relacionado ao fato do Recife ainda ser uma capital dita regional, a qual atraía migrantes pelas possibilidades de emprego numa época que algumas indústrias também se instalaram e se somavam às obras para reformar o porto, sendo

²² BONDUKI, Nabil. op cit. p.231

²³ LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004. p.234, 321.

²⁴ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.124.

atrativos a mais àqueles interessados em alternativas num cenário mitigante.²⁵ Lopes elenca outras circunstâncias que fariam o interiorano migrar:

muitas das famílias camponesas recrutadas enfrentam problemas de desproporção na sua força de trabalho familiar, entre seus membros masculinos aptos ao trabalho e seus membros femininos e infantis, que ameaçam sua reprodução camponesa, vindo encontrar no oferecimento de emprego de uma fábrica interessada na maior quantidade de mão-de-obra feminina e infantil uma perspectiva de saída para sua situação de crise. Outras famílias camponesas enfrentam uma situação de expulsão do acesso à terra por parte do proprietário [...], enquanto famílias de pequenos comerciantes em crise de cidades do interior preferem proletarianizar-se fora de sua área.²⁶

Muita gente aliciada no interior para trabalhar nas indústrias próximas ao Recife, veio iludida pela promessa de “*montanhas de cuscus e chafarizes de leite*” diariamente na mesa.²⁷ Por fim, a própria taxa de natalidade da cidade contribuiu para o crescimento vegetativo notado à época.

Foi nessa fase que o crescimento urbano passou a chamar atenção de moradores e autoridades. “As controvérsias sobre os critérios de levantamento populacional, números, coeficientes e probabilidades eram por certo bem comuns nos recenseamentos, mapas demográficos e estimativas de outrora.”²⁸ O período entre os anos de 1856, quando 40977 moradores foram contados entre cativos e livres²⁹, e 1905, quando a cifra supera os 195000 habitantes³⁰, foi para Recife um grande desafio, pois tanto ela como outras capitais não detinham infraestrutura e imóveis suficientes para tão crescente demanda. Comparativamente, São Paulo, entre 1886 e 1900, teve um incremento em quase 200 mil habitantes, em sua maioria imigrantes atraídos pelos postos de emprego nos cafezais, mas que optaram ficar na cidade num contexto que ela parecia oferecer mais dinamismo e oportunidades de trabalho.³¹

O recenseamento domiciliar de 1913 apontava a existência de 16.347 mocambos na cidade. Além disso, num universo com pouco mais de 150.000 habitantes entre 15 e 60 anos, cerca de 138 mil deveria ser composta por

²⁵ PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889 – 1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.126 - 139.

²⁶ LOPES, José Sérgio Leite. *Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa.* In: LOPES, José Sérgio Leite. et. al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5). p. 67.

²⁷ *Ibidem.* loc. cit.

²⁸ LIRA, José Tavares C. de. op. cit. p.124.

²⁹ CARVALHO, Marcus J. M. op. cit., p.85, refere-se ao cálculo realizado para as freguesias do Recife, Santo Antonio, São José e Boa Vista.

³⁰ Cerca de 201000 habitantes para LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. **Cidade São, Corpo São.** Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996. p.50. Outra estimativa gira em torno de 195000 residentes segundo LIRA, José Tavares Correia de. op. cit. p.124.

³¹ BONDUKI, Nabil. op. cit. p.18.

trabalhadores livres pobres, artesãos depauperados e do amplo lumpemproletariado, massa enorme de despossuídos, heterogênea e dificilmente classificável: parteiras, lavadeiras, jardineiros, mecânicos e serralheiros, comerciários e caixeiros, vendedores ambulantes, operários fabris, de indústrias de porte muito variado, de oficinas e fabriquetas de fundo de quintal a maioria produtora de bens de consumo, biscateiros, carvoeiros, pescadores, empregados domésticos, trabalhadores braçais, desempregados, mendigos, doentes, prostitutas [...] ³²

Então, o morador que chegava à capital tinha que se instalar num dos poucos prédios disponíveis (cerca de 17.678, em 1910) ou ir buscar solução através de um mocambo erguido por si próprio ou alugado; além disso, em geral, o mocambo tinha um custo mais acessível ao nível salarial dos trabalhadores da capital.

A habitação proletária não tinha até então atraído maiores atenções dos cronistas, escritores e artistas que imortalizaram a paisagem recifense, apesar de serem personagens em gravuras do século XIX ou em fotografias na primeira década do XX. Por certo tempo, mesmo com sua expansão, por não obedecer a padrões estéticos e higiênicos, ficaram invisíveis em algumas das publicações do período. Entretanto, é justamente por parte daqueles que mais os estudavam e combatiam como opção de moradia – os médicos sanitaristas – que se passou a conhecer sua condição nesse início de século. São duas formas de tratar o mesmo objeto, uma em não reconhecer como parte do cenário urbano; e outra que nega sua manutenção no mesmo cenário. Apesar das plantas mais conhecidas remanescentes, referentes ao período, não trabalharem com profundidade essa ocupação espacial por parte da moradia popular, os médicos sanitaristas souberam acompanhar de perto sua evolução na área urbana, sendo importantes personagens para o que se conhece quanto ao avanço das avaliações e debates acerca da habitação proletária.

Tais médicos guiados por concepções higienistas, tentavam também introduzir novos instrumentos como *desinfectórios*, assim como o controle dos navios que passavam pelo porto. Em São Paulo, por exemplo, a

Diretoria de Higiene foi montada como um verdadeiro império: laboratórios, hospitais e desinfectório como retaguarda e dezenas de tentáculos espalhados, através de delegacias sanitárias, pelas ruas e bairros da cidade, os quais eram vistoriados por um exército de inspetores, fiscais, desinfectores, delegados e policiais sanitários. ³³

A crescente participação desses órgãos de saúde na vida pública se confunde com o período em que os surtos epidêmicos no Recife eram uma constante. Entre 1851 e 1900, o

³² LIRA, José Tavares C. de. op. cit. p.125 - 126.

³³ BONDUKI, Nabil. op. cit. p.30.

Recife teve um total de 94 surtos epidêmicos.³⁴ “Nessa época, ocorreram epidemias significativas de varíola nos anos de 1890, 1895, 1904, 1907, 1910, 1911; de peste bubônica, em 1902; e de disenteria, em 1904”.³⁵ Ainda foram registradas epidemias de febre amarela, influenza, sarampo e coqueluche.

Devido a tal condição a *Inspetoria Geral de Hygiene* gerou um novo regulamento, em que determinava a obrigatoriedade da notificação de casos de moléstias transmissíveis (cólera, sarampo, peste bubônica, febre amarela, varíola, tuberculose). Proibia-se ainda:

- 1- o transporte de doentes com essas moléstias. Os infratores serão multados em 100\$000;
- 2- Receber em casa ou alugar a casa para o tratamento de doentes. A multa também será de 100\$000 e a casa ficará isolada sob a fiscalização da Inspetoria;
- 3- Fornecer ou alugar meios de transporte para doentes. Só a Inspetoria acha-se habilitada a fazer este serviço.³⁶

Creditam ao trabalho de Rodolfo Galvão à frente da *Inspetoria*, a partir de 1892, a mudança do perfil quanto ao trato da saúde pública, referentes aos estudos de demografia, laboratoriais, delegados de saúde, médicos recém-formados, propaganda e educação sanitária. Trabalho este que teve continuidade através do seu sucessor Octavio de Freitas, atento à Medicina Preventiva voltou-se em defesa da vacinação obrigatória contra a varíola após surto epidêmico, além de ser envolvido com o combate à tuberculose e à criação da *Sociedade e Faculdade de Medicina* na capital.

Freitas encontrara em várias causas as respostas às más condições sanitárias na capital. Segundo ele, confluíam para tal quadro a

própria situação geográfica da cidade, quase ao nível do mar; pela galeria de esgotos mal construída, o péssimo serviço de remoção dos dejetos domésticos; as ruas estreitas e mal traçadas; e as condições precárias das habitações pobres, os mocambos e os cortiços, verdadeiras “heresias sanitárias”.³⁷

Esse contexto urbano marcado por adensamento demográfico, epidemias e carência de serviços públicos de qualidade ganhou espaço entre os diversos textos publicados nos *Anais do I Congresso Médico de Pernambuco*. Reunidos entre abril e maio de 1909, médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros e juristas discutiram diversos temas como

³⁴ LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. op. cit. p.48.

³⁵ MIRANDA, Carlos Alberto C. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife. In: **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. n. 20. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. p.149.

³⁶ A PROVÍNCIA. Recife, Ano XXVIII, n. 163, 22 jul 1905. p. 1. In: LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. op. cit. p.51 – 52.

³⁷ Ibidem. loc. cit.

medicamentos, serviços de esgotos, salubridade das habitações, doenças, o trabalho, criminologia, internações a portadores de distúrbios mentais, condição dos hospitais, exames pré-nupciais etc.

No artigo assinado pelo então Secretário-Geral do Congresso, Octavio de Freitas, intitulado *A luta anti-tuberculosa em Pernambuco*, o médico relata como os constantes casos de tuberculosos atraíram sua atenção. Atento aos sucessivos óbitos por tuberculose no Hospital Pedro II, realizara pesquisa pautada nos seus estudos demográficos desde 1895 e nos registros do cemitério de Santo Amaro (desde 1852). Segundo Freitas, houve um contínuo avanço da doença na capital, que à época da pesquisa atingia a mortandade de mais de mil pessoas por ano.

Compreendi que não podia adiar por mais tempo a execução do meu projecto e fiz publicar em Junho de 1900 um folheto sob o titulo *A tuberculose no Recife* onde, por meio de dados estatísticos, eu tornava patente a grande mortalidade da tuberculose entre nós, mostrava por meio de mappas graphics como ella occupava o primeiro logar entre as molestias zymoticas, produzindo por si só, quazi a metade da totalidade dos obitos. Fiz tambem um estudo comparativo entre a sua mortalidade entre nós e em outras cidades quer nacionaes, quer estrangeiras e por fim apresentei as medidas a adoptar para a attenuação dos seus effeitos lethaes, tendo em começo enumerado as causas de sua frequencia excessiva entre nós.³⁸

Portanto, sob suas conclusões e em meio ao que presenciava, o médico apresenta a tendência existente em outros estados e países na criação de ligas para o combate à tuberculose. Assim, fundada a liga em 19 de junho de 1900, composta basicamente por médicos, Freitas destacou que entre as finalidades da liga estava o estudo da tuberculose em suas formas; a sua profilaxia, tal como a sua divulgação; pressionar o poder público; e a promoção para a construção de espaços. Nesse aspecto, Freitas ressaltou a instalação do *Dispensario modelo*, contendo farmácia, laboratório, assim como salas para atendimento ao público.

No dispensário, era aplicado um questionário aos doentes para tirar-lhes um perfil que levava em consideração: dados básicos como natalidade, idade, estado civil, profissão, nome, cor; situação social e financeira do enfermo, natureza do trabalho; condição da habitação; por fim, dados clínicos básicos como peso, expectoração, início da doença e evolução, estado das funções respiratórias, renais, cutâneas, circulatórias e digestivas.

³⁸ FREITAS, Octavio. A luta anti-tuberculosa em Pernambuco. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p.25.

Nos resultados, após levantamentos entre 1904 e 1908, em linhas gerais, alcançou-se o atendimento a 1736 pessoas, sendo 56% de mulheres. A idade dos enfermos se concentrava entre os 11 e 50 anos, sendo 57,3% de solteiros. A maioria residia nas freguesias da Boa Vista (671 enfermos), Graças (284), São José (195), Stº Antonio (152) e Afogados (144), com menores casos no bairro do Recife (68), Poço da Panela (78) e Várzea(23). Entre os antecedentes hereditários e de outras doenças, a maioria não detinha histórico.

Quanto à situação higiênica das habitações tem-se o seguinte quadro 1:

I – Dormem no quarto do doente		II - Arejamento das casas		III - Remoção das matérias fecais		IV - Abastecimento d'água potável	
0 pessoas	993	Têm jardim	204	Recife Draynage	519	Chafariz Público	768
1	376	Não têm	1532			Encanamento	400
2	210	O quarto do doente tem janela	135	Fossa Fixa	1194	Cacimbas	456
3	113					Rio	51
4	27	O quarto é alcova	1601	Fossa Móvel	33	Poço Artesiano	58
5	7						
6	3						
7	6						

Segundo Freitas, esses índices só apontam que a realidade do tuberculoso está numa casa sem ar, sem luz e sem conforto. Destacava que essas casas se erguem em áreas úmidas, “aterradas quazi sempre com lixo e cercadas de pantanos ou alagadiços, invadindo as aguas das grandes marés o interior de muitas dellas e ahi temos pallidamente esboçado o *habitat* commum desses pobres infelizes.”³⁹

Entretanto, o médico entende que os quartos são ocupados com frequência por três ou mais pessoas, o que segundo o quadro, na realidade, é algo que foge à regra entre os tuberculosos pesquisados.

³⁹ FREITAS, Octavio. op. cit. p.36.

Além das indicações básicas para o tratamento dos pacientes como não ingerir bebidas alcoólicas, limpar os quartos com panos embebidos em soluções anti-sépticas, não dormir em ambientes pouco arejados e não juntar crianças com doentes por longo tempo, as proposições de Freitas para o combate à tuberculose ganharam maiores dimensões. Propunha ele que em conjunto com os dispensários atuasse em paralelo a triagem nos *hospitales, azylos e sanatorios*, cada um para um nível de manifestação diferente da patologia, do caso eventual ao terminal. Na ausência desses espaços para o tratamento, o recurso da visita médica em domicílio ao doente foi entendido como uma iniciativa bem sucedida.

A atuação de Freitas na saúde pública, quando Inspetor Geral de Higiene interino, o levou a observar as condições das vacas leiteiras nos estábulos da cidade, a fim de evitar a disseminação da doença por vacas contaminadas. Ressaltara ao prefeito em ofício, que desde 26 de agosto de 1901 o *Conselho Municipal* decretou a instalação de escarradeiras em condições de uso em barbearias, cafés, estações da estrada de ferro, restaurantes, bilhares e estabelecimentos comerciais. Por fim, ressaltava o auxílio prestado pela Igreja Católica no exterior, assim estabelece princípios pautados em 5 pilares básicos: retirada do pó dos diversos móveis, assim como o uso de materiais que não o acumule; segundo, a instalação de escarradeiras e sua frequente limpeza; a circulação de ar durante as celebrações, ou seja, igrejas de portas abertas; a promoção pelo pároco de informações sobre os preceitos higiênicos; e concluindo, a desinfecção da pia da água benta, como também do chão com corrosivo após as festas e aglomerações.

Como se percebe sobre a atuação de Octavio de Freitas em seu combate contra a tuberculose, ele não prevê medidas isoladas, toma como Norte iniciativas que atuem em várias frentes – pesquisa, tratamento e, sobretudo, prevenção. Para atingir os resultados almejados adota como necessárias medidas que regulem a vida em ambientes públicos como também os privados.

Entre uma das causas desses surtos epidêmicos do Recife estava a deterioração das condições de vida da cidade, acelerada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados. O perfil normatizador dos higienistas ficara ainda mais declarado quando “a questão sanitária tornou-se, portanto, prioritária para o governo, justificando seu controle sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores. O receio do caos e da desordem”⁴⁰

⁴⁰ BONDUKI, Nabil. op. cit. p. 30.

assim como de novas epidemias alçou o papel dos médicos dentro do governo e da elite social, fortalecendo seu papel como agentes do bem público.

O teor das preocupações para o controle das condições sanitárias da cidade, na visão de Freitas, recai cada vez mais na habitação insalubre. Realizar um registro sanitário dessas habitações seria fundamental como recursos saneador da cidade, gerando um histórico médico desses locais. Nas palavras de Octavio de Freitas:

Na ancia justificada e insofreavel em que ultimamente vivemos, de transformar esta colonial *Veneza Americana* n'um Recife novo, cheio de vida, pleno de progresso e melhoramentos hygienicos que nos proporcionem um goso e um bem estar a que temos incontesteste direito, vem-nos logo à mente a modificação completa, absoluta, radical do nosso systema de edificação antiquario, tão cheio de desvios sanitarios, quando vasio de conforto e de commodidades.⁴¹

O autor elencara cinco circunstâncias que acarretariam para o agravamento das habitações dos operários e trabalhadores pobres. Em primeiro lugar as condições do solo, com seu lençol freático raso, formação pantanosa, além dos aterros com o uso indiscriminado do lixo. Em segundo, destacara o péssimo serviço de remoção dos excrementos humanos, sendo notado através das visitas sanitárias o mal estado das latrinas, tornando-se focos de infecção doméstica.

Em terceira posição elenca as próprias habitações operárias como causa. As classifica em mocambos e cortiços, entendendo nesses últimos condições melhores de ocupação, apesar das várias habitações geminadas que se abrem para um pátio comum e com equipamentos sanitários e de água de uso comum. Freitas se propõe a detalhar com riqueza o perfil de um mocambo, congregando toda sorte de condições inadequadas à moradia humana:

Os mucambos são edificados em logares humidos, aterrados quasi sempre com lixo e cercados de pantanos e alagadiços, invadindo as aguas das grandes marés o interior de muitos delles. Seu material de construcção é composto de latas velhas ou pedaços de caixões para as paredes e capim, palha e folha de zinco para a coberta. O chão não tem revestimento algum e a divisão interna, quando existe, é a seguinte: - uma sala de frente, uma alcova sem ar e sem luz, onde dormem amontoadas tres e mais pessoas, uma sala de jantar e ao mesmo tempo cosinha e, num pequeno pateo posterior, uma fossa fixa constituída por um barril enterrado no solo. Isto nos mucambos que a possuem, porque em muitos, os despejos são feitos na maré que passa perto ou encostada á habitação.⁴²

Em quarto lugar destacou o autor quanto ao defeituoso sistema de produção das casas de aluguel, o qual deixa de observar preceitos básicos como elevação do chão e a aeração e

⁴¹ FREITAS, Octavio. Importancia do registro sanitario das habitações como instrumento de defeza hygienica das collectividades. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p.49.

⁴²Ibidem. p.54.

irradiação dos quartos. Em último, mas de valor menor segundo o autor, as condições relacionadas à via pública. Importante notar é como a habitação proletária é vista como causa basilar e deixado em segundo plano responsabilidades do poder público nesse tema.

Embora os higienistas apontassem diversos fatores ligados à moradia como propagadores de doenças (promiscuidade, acúmulo de moradores, ausência de asseio ou de moral, maus hábitos etc.), a falta de saneamento e drenagem – ao lado do acúmulo de pessoas em moradias de área reduzida, um fator importante na propagação de doenças de aparelho respiratório, como a tuberculose –, era de fato a causa principal na disseminação de doenças infecciosas.⁴³

Num modelo para o registro sanitário das habitações, o médico destaca informações como localidade (bairro, rua e número), descrição do imóvel (quantidade de cômodos), se possui pátio ou jardim, situação do aparelho sanitário, procedência da água utilizada, estado da cozinha e banheiro, umidade do imóvel, condições do asseio da moradia e do depósito de lixo, outras causas da insalubridade e se foi ordenada desinfecção da residência assim como os dados clínicos dos doentes. A casa é um organismo tão passível de patologias quanto seus moradores. Ademais, essa proposta de Freitas denota um primeiro passo de acompanhamento estatístico contínuo do perfil residencial e a relação com o quadro clínico de doentes, de fato um mapeamento por onde as doenças se proliferam e sob que condições, não bastando tratar apenas o enfermo, mas igualmente sua forma de morar.

Essa preocupação para a condição da moradia entre os participantes do *Congresso Médico* ainda foi motivo da análise de outro artigo, desta vez escrito pelo engenheiro Olympio Leite Chermont. Intitulado *Casas para proletários*, o texto volta-se a discutir dois direcionamentos: como devem ser as casas para o proletário e quais medidas se vêm realizando para que os trabalhadores as possuam.

Na primeira parte o autor discorre sobre casas para solteiros e a respeito de casas para famílias de trabalhadores na indústria ou agricultura. Em sua análise, depreende que para o primeiro caso as moradias deverão ser erguidas pelo empresário, devido ao custo que representa o aluguel de moradia ao trabalhador. Para afirmar isso o autor se utiliza constantemente de experiências no exterior, onde as cidades industrializadas há tempos tinham dificuldades em resolver esse tema, em países como França e a Bélgica, assim como Suécia, Rússia e Alemanha. Nesses países, as experiências foram múltiplas, com pensões, casas de cômodos, vilas operárias; nem sempre repercutindo em boas condições para o trabalhador. Define o autor, que em situações que o industrial trabalhe com grande número de

⁴³ BONDUKI, Nabil. op. cit. p.35.

operários, seja de sua competência a edificação de residências para seus funcionários, a fim de que eles vivam com a família, o que reduziria significativamente os custos ao operário.

No referente ao tópico *casas para famílias de trabalhadores, empregados na industria e na agricultura*, Chermont atesta que há muito se discute se era melhor erguer uma casa para cada família ou uma para várias. Lembra o autor:

entretanto, pode-se dizer que em geral no campo, onde o terreno é mais barato, deve-se construir uma casa para cada família, e que nas cidades as condições economicas e sociaes forçam os empreiteiros a adoptar o systema de casas de dois ou mais andares.⁴⁴

Argumenta que os maiores obstáculos ao modelo da casa individual a cada família são os relacionados ao custo cumulativo com elementos básicos como muros, abastecimento etc. Entretanto, observa que a vantagem reside na possibilidade de se vender o imóvel a uma taxa inferior ao aluguel pago no mercado por casa equivalente, pois o trabalhador prezaria mais por um bem em via de tornar-se seu do que uma moradia alugada, pela qual ele não despenderia nenhuma manutenção ou maior zelo.

Para Chermont, três são os caminhos que se congregados poderão efetivar o alcance do trabalhador a uma moradia nos padrões desejáveis: o primeiro era a redução dos custos de produção do imóvel, com a devida atenção a requisitos como solidez e comodidade; o fator seguinte corresponde à produção direta de imóveis através da iniciativa privada, tanto por meio de sociedades como também pelos próprios industriais; por último, a atuação do poder público, do qual o autor realiza comparativos com as medidas tomadas no exterior e no país.

Como resposta aos críticos que se opunham à produção de casas separadas às famílias, o autor assegura que tais custos poderiam ser sanados com a produção em série das casas, o que ainda permitiria uma boa variedade estética e arquitetural entre elas. O aproveitamento estaria desde a escolha do terreno para uso das pedras, areia, menores gastos com fundações, salubridade, prevendo inclusive, caso seja cara a mão de obra, trazer os materiais (artigos em ferro e madeira) já prontos. No entanto, essa redução de despesas não deveria simbolizar a desatenção a um bom padrão das dependências, do mesmo modo quanto à solidez da casa.

Nesse ponto cabe explicar o que representava um padrão econômico de casa. Na visão de Chermont esta deveria ser saudável, sólida e econômica, como observa Lira,

⁴⁴ CHERMONT, Olympio Leite. Casas para proletarios. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p.563.

portanto, a casa era três vezes econômica: em primeiro lugar, no sentido de economizar nos materiais e técnicas de construção; depois, sólida no sentido de economizar na sua manutenção; e por último, saudável no sentido de economizar na reprodução da força de trabalho.⁴⁵

A casa deveria ser pensada em todos seus elementos: telhados de boa qualidade, ter paredes impermeáveis e ser mais elevadas que o terreno visando reduzir os problemas recorrentes com a umidade, deveria favorecer a circulação de ar. Além disso, se possível, haveria o reaproveitamento das águas servidas e do lixo (como estrume) para a agricultura. Não via problema em ter a instalação sanitária dentro da residência. Sob tais princípios a moradia, mesmo econômica, manteria suas premissas de comodidade e higiene.

Era comum aos operários que não tivessem casas próprias buscarem o mercado de aluguel para suprir a básica necessidade. Porquanto, em meio à especulação, o preço do metro quadrado tende a aumentar, o que torna distante da realidade do trabalhador uma residência ampla, logo as casas tendem a serem menores para corresponder a capacidade salarial do proletariado. O fato de serem reduzidas não impedia sua lotação além do adequado, que, por sua vez, acelera o processo contagioso das doenças que assolam a capital.

Portanto, para Chermont, a iniciativa privada teria papel relevante rumo a um cenário melhor para a habitação popular. Inspirado nas diversas experiências, desde meados do XIX, de sociedades construtoras na Europa, toma essa iniciativa como bem sucedida, apesar dos fracassos. São sociedades beneficentes compostas ora por clérigos, médicos ou empresários. Noutras circunstâncias são empresas imobiliárias que vendem casas a baixíssimo custo ou que cedem crédito aos interessados em construir.

Para o autor, no entanto, seria da iniciativa dos industriais as realizações mais bem sucedidas até então. Apesar de identificar a falta de esforço de alguns empregadores, como afirma:

os industriaes não têm interesse algum em transformar os seus operarios em proprietarios das casas que para elles mandam construir, porque, em geral, esses mesmos industriaes fazem sacrificios enormes para dar-lhes bôa moradia, não sendo raro ver-se os operarios, já na posse daquellas casas, abandonarem o patrão para ocupar-se em outros misteres.⁴⁶

Entretanto, noutra passagem afirma o papel relevante dos donos de indústrias:

⁴⁵ LIRA, José Tavares C. de. op. cit. p.118.

⁴⁶ CHERMONT, Olympio Leite. op. cit. p.566.

Os industriais são os que têm mais interesse em vêr a construção de casas pequenas, higienicas e comodas, destinadas ao proletariado; esta é a razão por que muitos delles, com grandes esforços, procuram incentivar os empreiteiros a enveredarem nesse sentido. Uns dão gratuitamente o terreno necessario à construcção projectada; outros fornecem materiaes ou o dinheiro suficiente, que dão ou sem juros, ou à taxas bem modicas; finalmente, a maior parte dos patrões mandam levantar por conta propria casas para seus operarios, a quem ou as alugam, ou vedem perdendo, por preços muito inferiores ao seu valor real.⁴⁷

Para as realizações da construção de vilas operárias por industriais, o autor dá especial atenção a um caso muito bem visto no período e precursor de outras no estado, que até fazia parte do roteiro de visitas durante os dias do Congresso Médico. A vila criada pela Companhia Industrial Pernambucana, que desde 31 de janeiro de 1891 fabrica tecidos de algodão no que era o Engenho Camaragibe, foi ganhando dimensões desde o início da própria indústria. Ganhara elogios inclusive pela escolha por terreno mais elevado, assim como por alimentar algumas casas encanadas e os chafarizes através das águas do rio que corta próximo a propriedade.

Os números da vila são bem significativos. À época do congresso, a população estimada girava em torno de 1500 pessoas com as mais variadas qualificações profissionais. Para as casas de um pavimento existiam 5 tipologias, igual número para as de dois pavimentos (inclusive para solteiros). Era previsto espaço para jardins aos moradores interessados.

Não se limitando apenas às residências em si, a vila de Camaragibe também tinha edificações públicas tais como, um *armazem cooperativo* com divisões voltadas para venda de alimentos, fazendas e miudezas, assim como para padaria, açougue e quartos para caixeiros.

Noutro prédio funcionava a *escola do sexo masculino*, a qual acumulava a função de moradia para os professores no pavimento superior do sobrado e de salão para as festas da escola em seu extenso pátio arborizado. Em outros três prédios, além das residências das professoras, funcionam a escola infantil e a do sexo feminino.

Ademais, a vila é dotada de um prédio para consultas e exames médicos, com salas de esperas separadas por sexos. Finalmente, a edificação da sede do Círculo Católico, para os encontros com fins religiosos e recreativos.

⁴⁷ CHERMONT, Olympio Leite. op. cit. p.593.

Fica o autor sem revelar maiores detalhes da aquisição dos imóveis pelos trabalhadores, apesar de informar que em morros vizinhos casas nos mesmos padrões são erguidas pelos próprios operários.

As realizações da fábrica, mais de meio século depois, teceram destacado comentário de Bezerra:

Ali, foram construídas casas perfeitamente de acordo com as necessidades do operariado. E ainda mais: o espírito esclarecido do seu fundador, dr. Carlos Alberto de Menezes, inspirado em princípios cristãos e orientado pelo Padre Arsênio Vuillemin, da Ordem de São Vicente de Paula – Lazarista – criou, ao apagar das luzes do século dezenove e ao amanhecer do século vinte, as primeiras instituições de caráter puramente social que surgiram em Pernambuco. Dentro desses princípios, nasceram a “Sociedade Mútuo Socorro dos Operários da Fábrica de Camaragibe” a “Cooperativa dos Operários da Fábrica Camaragibe”[...]. Havia, também, seguros sobre acidentes de trabalho; médicos e remédios totalmente gratuitos; teatro de amadores com elenco formado pelos próprios operários e que deixaram tradição pelos trabalhos encenados; associações esportivas e recreativas; biblioteca pública; escolas primárias gratuitas, inclusive, cursos noturnos para adultos onde se incluíam, até, noções de inglês e francês. Fundaram-se, ainda, associações religiosas orientadas, principalmente, no sentido de preservar e fortalecer o sentimento de família [...]. Um fato importantíssimo, pelo seu conteúdo social, ocorreu: o nascimento da “Corporação dos Operários da Fábrica de Camaragibe, um caso único em Pernambuco e talvez no Brasil, moldado no estilo das velhas corporações classistas européias, principalmente francesas.⁴⁸

Quanto ao terceiro aspecto elencado pelo autor para o incentivo à produção de casas populares cômodas e higiênicas, analisa que a maioria dos países seguiu uma conduta sob tripla perspectiva: legislativa, moral e pecuniária. Não entende como eficientes as leis repressivas que obrigam a construção de casas em padrões higiênicos, porém a baixo custo. Para Chermont,

as leis que favorecerem a construção das pequenas casas, isentando de impostos a construção de novas, diminuindo as despesas de transmissão de propriedade, reduzindo as custas das despesas dos máos inquilinos, como se pratica na Belgica, terão um exito immenso e serão bem recebidas pelo publico.⁴⁹

Quanto ao papel do Estado, no Brasil, no intuito da produção de moradias, entendia que o país estava muito aquém em sua legislação. Desde o Império as principais medidas surtiram efeitos malogrados. Interpreta que só no período republicano as realizações começaram a ganhar espaço. Os estados com melhores resultados nesse sentido seriam o Rio de Janeiro e São Paulo, o primeiro com sua campanha modernizadora contra os cortiços, tendo a capital paulista feito o mesmo, mas detinha, desde 1900, legislação que

⁴⁸ BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC, 1965. p.45.

⁴⁹ CHERMONT, Olympio Leite. op. cit. p.589.

regulamentava a construção de moradias proletárias assim como o perímetro urbano que ocuparia.

Portanto, para o autor o papel do Estado se concentrava em sua função de regulamentar a atividade construtiva, definindo locais e padrões construtivos, isentando os construtores de impostos e vistoriando as obras com sua conclusão a fim de manter a qualidade almejada. Deveria ficar ao mercado das sociedades, indústrias e construtoras a edificação das moradias; o fator especulativo concorrencial seria capaz da produção. Foi esse perfil que prevaleceu na atuação do estado da República Velha, o qual estimulava a produção rentista como principal meio de resposta às necessidades da produção habitacional. Vê-se que tal defesa pauta-se no que se enxergava como soluções bem sucedidas nos países industriais do ocidente liberal. Tal modelo confiado à iniciativa privada era a referência tida como adequada, cabendo ao estado a regulamentação, desoneração e acompanhamento das obras.

Entretanto, nessa época, o Estado estendeu seu papel interventor no intuito de sanear tanto a rua como a moradia, com suas inspetorias de higiene para controlar os padrões construtivos e hábitos dos moradores, assim evitando a proliferação de doenças com o alcance da salubridade social e urbana. A extensão desse papel público alcançou, como entendido por Olympio Chermont, a regulamentação de leis que controlassem a formação de habitações coletivas e impulsionar a geração de novas casas sob as condições mínimas de salubridade e que combatam a imoralidade entendida como normal a habitações coletivas.

Assim como noutras capitais, a produção de residências populares, no período, era realizada quase exclusivamente por agentes privados, pois o Estado como figura com maiores recursos e poderes para empreender a construção de moradias agia no sentido de estimular a edificação de habitações por meio de incentivos fiscais. Após análise da legislação habitacional entre 1889 e 1931, Lira⁵⁰ aborda como as leis criadas se organizam diante de um quadro que a moradia proletária se expande na figura dos mocambos construídos, em sua maioria, pelos migrantes do interior. Além disso, entende que “é nesse contexto que a questão habitacional emerge como o grande problema de uma industrialização desassociada de urbanização.”⁵¹ Avalia o autor, a existência de dois perfis comportamentais da legislação durante o período. A primeira tem o caráter de ser destinada a casos ou situações pontuais,

⁵⁰ LIRA, José Tavares C. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989.

⁵¹ Ibidem. p.05.

cujo poder de interferência não transcende as situações originárias que as tornaram necessárias.

Quanto ao segundo grupo, observa que desde 1914 se eleva um conjunto de decretos, atos e leis bastante diversificados no sentido de suas intenções e formulações. Parecem caracterizar uma fase experimental, onde o Estado incorpora tentativas mais heterogêneas de tratamento do processo de urbanização.

Para o autor, ainda, podem ser identificadas oito classes particulares de leis: 1. aquelas que concedem favores e/ou impõem normas de construção à iniciativa privada para a construção de vilas operárias; 2. concedem isenções e benefícios a indústrias têxteis que se instalem no estado; 3. as que permitem isenções a proprietários de edifícios isolados sob certas exigências; 4. regulamentam a instalação de equipamentos de uso coletivo em estabelecimentos comerciais para atenderem às famílias operárias; 5. concedem isenções e benefícios a empresas específicas que construam casas para operários e funcionários públicos, prevendo também normas de construção e aquisição das casas pelos moradores; 6. leis que tangem à ação direta estatal no planejamento e execução de pequenas casas higiênicas; 7. Leis que preveem a articulação e colaboração técnica e financeira entre o estado e municípios para planos e programas urbanísticos; 8. favores a empresas em geral que construam casas operárias, sob critérios técnicos e com planos de compra das casas pelos moradores.

A primeira fase dessas leis denota a lógica dum período que o Estado depositou à iniciativa privada a construção de moradias, com especificações quanto ao número de classes das habitações e ao grau técnico no tocante ao saneamento e aeração. As companhias construtoras (em especial a de João Ramos até 1891) angariavam isenção de impostos municipais e estaduais sobre materiais de construção, objetos e aparelhos por 15 anos. A cobrança de décima (taxa do uso do solo) e da transmissão de propriedade era isenta por 20 anos. Além disso, poderia ter o domínio em terrenos públicos de interesse à construção, como também desapropriar aqueles isentos de imposto predial. São garantias que visam dar alta lucratividade ao investidor como forma de atraí-lo para o negócio.

Em contrapartida, a companhia se ocupa de prover nos terrenos serviços tradicionais ao Estado, tais como iluminação pública, fiscalização higiênica das residências, criação de linha de bonde, conservação da ordem, tratamento médico e educação primária aos inquilinos,

construção de mercados. Serviços estes (bondes e mercados) revertidos ao Estado no prazo de 20 anos.⁵²

Aos poucos a rigorosidade das leis e exigências se afrouxam, permitindo também a construção de casas diversas às dos operários. As multas por infrações se reduzem, as considerações sociais se abreviam, abrindo margem para plantas de moradias burguesas nas concessões a João Ramos.

Diante da incapacidade do modelo rentista de produção de casas populares para a população de baixa renda, a construção de uma cidade informal acelera. Pandolfi cita:

a partir de 1920, de cada duas novas habitações construídas no Recife, uma era mocambo, e em 1938 a capital pernambucana ocupa o terceiro lugar em habitantes dentre as cidades brasileiras e a primeira em densidade demográfica.⁵³

A especulação presente na busca de casas de alvenaria para aluguel ou compra explicita a incapacidade do mercado imobiliário em absorver a população. Essa mesma especulação é um obstáculo ao acesso da moradia formal para trabalhadores com baixos salários. Logo, a crescente demanda também se estenderia para as moradias mais baratas, pois a busca por terrenos e casas só se elevaria.

A crescente procura por moradia tornou-se um negócio rentável para muitos proprietários e pseudos-proprietários de terrenos. Formou-se uma verdadeira indústria, com donos de terra cobrando o “chão a mais de 700 mocambos”. Uns construíam para alugar, e outros, depois de terra alteada, valorizada e livre das águas, expulsavam os mocambeiros para arrendá-la ou vendê-la.⁵⁴

Ganhou destaque personagens como os construtores de mocambos, cobradores de aluguel, donos de terrenos e mocambeiros, todos envolvidos com a produção e exploração dos rendimentos que se podia obter com o comércio de casas baratas às famílias e trabalhadores com baixos salários.⁵⁵

⁵² LIRA, José Tavares C. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989. p.14.

⁵³ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984. p.60.

⁵⁴ GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997. p.15

⁵⁵ Ver SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho**: ocupação, instituição e práticas culturais, 1940 – 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Capítulo. 1.

A cidade se expande na busca por áreas desocupadas e menos especuladas. Bairros como Ilha do Leite, Santo Amaro, Casa Amarela, Campo Grande e Várzea tornaram-se locais de interesse pelo preço e extensão da terra, assim como sua proximidade com o centro, fábricas ou com linhas de bonde. Processo semelhante aconteceu em São Paulo, quando a cidade adensada por novos habitantes se alarga e busca pela autoconstrução a solução para as dificuldades com a habitação.

A forte autonomia do mercado imobiliário formal e, sobretudo, o informal, permitiu uma onda especulativa das moradias, depreciando os salários dos trabalhadores (que já não ganhavam muito bem nas indústrias, repartições etc., tampouco regularmente na informalidade), cujo custo representado pela moradia comprometia a segurança alimentar e inviabilizava a compra do imóvel ou elevação do padrão de vida do inquilino.

Diante dessa expansão urbana e da necessidade de dar maior dinamismo à cidade e ao porto, o Estado torna-se um ente interventor na vida cidadina. Não só no Recife, como nas demais capitais, passa-se a explorar e implantar uma série de propostas modernizadoras, que alavancariam suas economias, seus padrões estéticos e as dotariam de serviços urbanos a exemplo dos vistos na Europa.

As mudanças de espírito progressista eram esperadas pela elite pernambucana, como afirmava Octavio de Freitas:

Felizmente parece que vamos entrar em bom caminho e que o nosso adorado Recife será, em breve, transformado numa cidade de primeira ordem, num centro de edificações modernas, como elle tem direito [...].

Suas ruas estreitas e tortuosas já estão sendo, desde o governo municipal do Coronel Martins de Barros, transformadas em ruas largas e arborizadas, o que mais se acentuará com as obras do porto [...] num recente edital de tresentas e quarenta desapropriações.⁵⁶

O uso das demolições eliminando o passado indesejado pelo progresso futurista se justifica:

Nessa época no Rio de Janeiro, cuja massa de habitantes havia se desenvolvido de modo notável, a população soffreu, principalmente nas classes menos abastadas, com as demolições necessarias que exige a reconstrucção rapida e brusca de uma cidade de aspecto colonial predominante e reclamava-se instantemente, como um

⁵⁶ FREITAS, Octavio. A luta anti-tuberculosa em Pernambuco. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p. 55 – 56.

melhoramento imprescindível a ser executado em breve prazo, a construção de casas baratas e higienicas para o operariado.⁵⁷

Toda a discussão empreendida pelo governo na capital pernambucana foi detalhadamente analisada por Cátia Lubambo⁵⁸, como a introdução das usinas no cenário econômico, assim como a participação do capital estrangeiro na cidade atuaram para mudanças em vista do porto, este tendo que corresponder ao crescimento comercial que se anunciava ao estado.

O projeto de modernizar o bairro diante de suas insalubres moradias, seus pardieiros, alinhava-se ao intuito de criar um traçado novo a partir de sua origem, quase que numa perspectiva orgânica das artérias partindo do coração. Lubambo destaca como houve um contínuo processo de desvalorização das antigas moradias que foram substituídas por edificações modernas, muitas com arquitetura eclética, gerando assim um novo processo especulativo atraindo bancos, companhias comerciais, representações de usineiros, sociedades estrangeiras, indústrias. Denominado como um *urbanismo excludente*⁵⁹, as reformas do bairro do Recife resultaram num esvaziamento local e da perda do seu perfil residencial para o comercial.

Tais propostas modernizadoras da cidade foram uma constante e adentraram a década de 1920, cujo exemplo foi a criação do balneário de Boa Viagem ou do aterro e criação do parque do *Dérbi*⁶⁰. “A valorização desses espaços do ponto de vista da especulação imobiliária foi visível, sem falar na ampliação da área de lazer que no caso de Boa Viagem, beneficiou bastante os mais privilegiados.”⁶¹

No entanto, o embelezamento de áreas valorizadas não significa que a atenção à saúde pública e o discurso higienista tenham sido abandonados. Com o governo de Sérgio Loreto, a saúde pública

⁵⁷ CHERMONT, Olympio Leite. Casas para Proletários. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Oficina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909. p. 600.

⁵⁸ LUBAMBO, Cátia W. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE, 1994.

⁵⁹ Ver MIRANDA, Carlos A. C. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife. In: **Clio**, n. 20. Recife: UFPE, 2002.

⁶⁰ Sobre a criação do parque do Derby ver CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa. **Os anúncios do paisagismo moderno: o parque do Derby no “novo Recife” de 1925**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007. (Série Gestão da Conservação Urbana – Textos para discussão). Ver também PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá. (Orgs.) **História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bagaço, 2005. Capítulos 2 e 6.

⁶¹ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997. p.55.

contou com o aumento do número de técnicos e médicos, ampliação do serviço de estatística com a criação da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, criação dos serviços de higiene infantil. Além disso, há uma distribuição dos serviços de higiene urbana em várias seções como, por exemplo, Laboratório Químico e Bromatológico, Delegacias de Saúde, Instituto Vacinogênico, Serviço de Fiscalização de Gêneros Alimentícios, Serviço de Visitadoras.⁶²

Progresso e higiene eram aliadas, e seu expoente nesse período foi personalizado em Amaury de Medeiros, cuja atuação seguia pela educação sanitária e ação cotidiana do governo em vista da regulação sanitária de habitações e espaços públicos, assim como o aumento das verbas para instituições e formação de técnicos através do *Departamento de Assistência e Saúde*.⁶³ Nesse espaço, vem a desenvolver atividades calcadas nos “recenseamentos [...] para avaliar as condições de vida da população e planejar as medidas necessárias.” Completa Rezende, “a pesquisa detalha aspectos da habitação, da mortalidade infantil, da população por grupos de idade, por profissões etc.”⁶⁴

As medidas engendradas pelo *Departamento* poderiam repercutir em críticas dos populares a Medeiros, o qual diante disso aflora em discursos sua ideia centralizadora e autoritária de Estado e sua preocupação na manutenção da ordem. À revelia das objeções que veio a receber e dos sucessos ou não alcançados à frente do *Departamento*, Medeiros continuou a ser uma figura pública, sendo constantes as referências a ele em apresentações na Sociedade de Medicina, na Universidade Livre de Pernambuco, no Curso de Investigadoras, ministrando aulas como no *Curso de Aperfeiçoamento de professores* com Ulysses Pernambucano.⁶⁵

Continuaria o universo que envolvia a realidade dos moradores dos mocambos a chamar a atenção de pesquisadores e das autoridades do estado. A modernidade que se tenta apregoar à cidade se choca com a realidade presente entre os adensamentos de mocambos em diversos bairros que circundam o centro. Ainda na década de 1930, a tuberculose, outrora preocupação de Octavio de Freitas, alarmava pelos seus elevados índices de mortalidade entre os moradores da capital (figuras 1 e 2), mais expressivamente entre os trabalhadores pobres. A mortalidade local a cada mil habitantes era expressivamente alta, sendo 18% das causas de morte estando relacionadas à tuberculose, de tal forma “é uma das maneiras disfarçadas de se

⁶²REZENDE, Antonio Paulo.op. cit. p.52.

⁶³ Sobre a década de 1920 e a atuação de Amaury de Medeiros ver REZENDE, Antonio Paulo. op. cit.

⁶⁴ Ibidem. p.54.

⁶⁵ **ALMANACH de Pernambuco**. Academia Pernambucana de Letras. Recife: 1929, passim; **ALMANACH de Pernambuco**. Academia Pernambucana de Letras. Recife: 1930, passim.

morrer de fome; fica-se tuberculoso procurando fugir à fome, alimentando-se de si mesmo.”⁶⁶ Tal preocupação da relação dos índices da tuberculose com a condição nutricional do trabalhador seria resultado do estudo empreendido por Josué de Castro, em 1932, após pesquisa com 750 famílias entre os bairros da Torre, Encruzilhada e Santo Amaro, quando denunciara a péssima segurança alimentar do operariado.

QUADRO Nº 2

COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR TUBERCULOSE
NAS MAIS IMPORTANTES CAPITALS DO BRASIL
 (cifras por 1.000 habitantes)
 Médias do quatriênio de 1928-1931

RECIFE	4.17
Manáos	3.76
Belém	3.74
Cidade do Salvador	3.48
Fortaleza	2.80
Rio de Janeiro	2.67
Belo Horizonte	2.01
São Paulo	1.05

QUADRO Nº 1

COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR TUBERCULOSE
NAS MAIS IMPORTANTES CAPITALS DO MUNDO
 ANO DE 1933

Amsterdã	0.58
Berlim	0.87
Bruxelas	0.69
Buenos-Aires	1.63
Copenhague	0.74
Hamburgo	0.68
Lisbôa	4.70
Londres	0.88
Madrid	1.57
Montevideo	2.12
New-York	0.63
Oslo	1.07
Paris	1.84
Praga	1.32
Roma	1.05
Rio de Janeiro	2.82
Stokolmo	1.00
Tokio	2.41
Varsóvia	1.62
Viena	1.55
Cidade do Salvador	4.09
RECIFE	4.17

Figuras 01 e 02 – Índices comparados de mortalidade por Tuberculose do Recife com capitais nacionais e estrangeiras. Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE).

A cota salarial destinada à alimentação é bem mais elevada que o nível financeiramente desejável. Devido aos baixos rendimentos do trabalhador, as despesas diárias condicionam o operário a ter dificuldades de ascensão no seu padrão familiar, explicando a necessidade de pais e filhos ainda pequenos terem que trabalhar na rua ou na fábrica. A partir de tais observações Josué de Castro debruça sobre a alimentação proletária e conclui o quanto ela é deficitária e repetitiva, pois as provisões são insuficientes; além disso, concentram-se em seis produtos: charque, feijão, farinha, café e açúcar. Gêneros estes, que somados ao custo do carvão, ceifam boa parte do gasto diário. Há pouca variação alimentar pela repetição dessa dieta e baixa introdução de frutas e verduras. Tudo isso conflui para a má alimentação do trabalhador, que não varia em nutrientes, como também, tem um consumo calórico inferior ao necessário para a reprodução do seu trabalho. Segundo Castro, da média

⁶⁶CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957. p.89.

recomendada entre 3000 e 4000 calorias, o regime verificado para o operário era em torno de 1645 calorias, índices claramente impróprios. “É por isto que esta gente não fala em alimentar-se, mas sim em enganar a fome.”⁶⁷

Tais dados são importantes ressaltar por sua capacidade de dimensionar o baixo padrão do proletariado que movia a indústria. Há um desequilíbrio que inclinava o trabalhador pobre a residir num mocambo, cujos gastos com habitação deveriam comprometer a parca alimentação familiar. Quanto aos salários, era de interesse das fábricas em mantê-los baixos, sendo um dos objetivos a manutenção da dependência e a imobilização do trabalhador, na vila operária (caso a tivesse). As fábricas chagavam a evitar uma concorrência mais competitiva pela escassa mão-de-obra qualificada, o que faria aumentar os salários.⁶⁸ Ademais, sobravam preços a pagar: a saúde do trabalhador exposto às insalubres condições fabris se agravava com a situação sanitária nos alagados. Mesmo terem os mocambos boa aeração, não são acobertados por esgotamento e recolhimento de lixo. Entende-se logo a elevada mortalidade de trabalhadores e crianças nos aterros e alagados dos subúrbios do Recife.⁶⁹

Outro indicativo das dificuldades dos moradores na cidade é a presença de petições feitas à Assembleia Legislativa de Pernambuco para que dívidas fossem perdoadas, tais como as relacionadas com taxas prediais, água e esgoto. Eram solicitações que, entre 1930 e 1937, traçando seu perfil, partiam não só de cidadãos comuns, mas também de instituições filantrópicas, empresas ou, mais incomum, de fábricas que desejavam se instalar.

Em sua maioria, era de gente residente em Afogados, Torre, Boa Vista, Tejipió, mas também, moradores da Avenida Norte, e nas freguesias do Poço da Panela e Graças. As petições identificam a situação de cidadãos em bairros diversos da Recife – ao menos o que os postulantes declaravam – denota uma condição de vida limitada financeiramente por pensões baixas, mulheres viúvas com filhos novos, chefes de famílias sem recursos para cumprir com os tributos. Poderiam aparecer pedidos, inclusive, de donos de vários mocambos ou casebres, os quais tinham nesses bens a única fonte de renda para sobreviver. Nesse período, eram diversas as dificuldades na aquisição e manutenção da habitação.

⁶⁷ CASTRO, Josué de. op cit. p.88

⁶⁸ LOPES, José Sérgio Leite. op. cit. p. 66.

⁶⁹ Segundo Castro, A mortalidade no primeiro ano de vida na capital pernambucana era alarmante – isso sem ter conhecimento das ocorridas até os primeiros cinco anos –, assim como a baixa expectativa de vida na fase adulta, cuja mortalidade até os trinta anos circundava os 58%.

As autoridades estaduais manteriam suas ações interventoras na realidade da *mucambópolis*, ficariam explícitas quando se subsidiaram de informações através da pesquisa realizada pela *Comissão Censitária dos Mocambos do Recife*, resultando num relatório editado em 1939, constituindo num importante documento para conhecimento de tal realidade da cidade.⁷⁰ Entre os 45.581 recenseados, identificaram seis espécies básicas: *próprio, pagando chão; alugado; próprio, não pagando chão; desalugado; cedido gratuitamente; em construção*. Em si, são referenciais quanto à modalidade, pois a casa unifamiliar não era única opção, existiam mocambos voltados para aluguel de quartos, outros que com tantas salas e quartos que poderiam abrigar mais de uma família.

Quanto aos materiais empregados avaliaram os comuns à cobertura, paredes e piso. Para a cobertura, os mais identificados foram palha ou capim, zinco ou lata e, por fim, telha. Poderiam ser acompanhados de paredes taipa, madeira não aparelhada, zinco, flandres, capim ou palha. Os pisos eram comumente de terra, cimento, tijolo ou madeira. Dentre estes, os pesquisadores destacam o mais comum e típico representante a associação de coberta e piso palha-terra, alcançando cerca de 30.886 (67,76%) dos mocambos.

Para os recenseadores, a opção palha-terra se torna mais dispendiosa pela manutenção de trocar constantemente a coberta de palha por se apodrecer com agilidade, não suportando mais que um ou dois invernos. Entretanto, em custos gerais são justamente os materiais mais acessíveis àqueles de baixa renda, pois introduções como o zinco são vistos como melhoramentos ou um luxo à residência simples, apesar do excesso de calor que resultaria já observado por Freyre.⁷¹

Além disso, essa opção barata era a forma alternativa do trabalhador ter um teto diante da disponibilidade de pardieiros no centro, pois, por exemplo, os antigos sobrados da rua da Praia eram a possibilidade de economizar no pagamento da água e na passagem de bonde para o trabalho, pagando-se o mesmo valor de aluguel cobrado por um mocambo no subúrbio (40\$000). A desvantagem eram as condições higiênicas; famílias se aboletavam em espaços

⁷⁰ **OBSERVAÇÕES Estatísticas dos Mocambos do Recife**. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

⁷¹ Sobre as vantagens que representaria o mocambo ver FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. Ver também FREYRE, G. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. Recife: Oficinas Gráficas de The Propagandist, 1934. Por último, FREYRE, G. **Mocambos do Nordeste**: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937. (Publicações do SPHAN, 1.).

mínimos com pouca ventilação sendo denunciados como perigosos focos de doenças, como a tuberculose.⁷²



Figura. 03. Mocambos com tetos de palha ou telha com as paredes preenchidas a sopapos de barro, tipo do mocambo palha-terra. Foto da *Liga Social Contra o Mocambo*. [1939?]. Fonte. Museu da Cidade do Recife, Tombo 8213.

Portanto, percebe-se o valor que tinha o custo da habitação e da reprodução do trabalho para a escolha de qual moradia acatar. Segundo os recenseadores, o preço médio do aluguel girava em torno de 27\$400, o que equivale ao rendimento anual de 328\$800 por mocambo. Assim a percentagem da renda anual sobre o valor médio do mucambo é de 54,24.⁷³

Nota-se então a alta lucratividade advinda do negócio do mocambo, podendo em dois anos o mocambeiro retirar o valor investido. Mesmo com aluguéis tão vantajosos aos donos, seus valores eram os mais competitivos no tocante ao impacto na renda dos chefes de família, cujas casas de aluguel comprometeriam em média 17,9% dos salários. Além disso, a opção mais comum era do mocambo próprio com pagamento do terreno, em que cerca de 33.043 unidades pagavam até 5\$000 mensais. Com isso, explica-se o dado da construção média diária – 2,6 mocambos – enquanto as casas de alvenaria e taipa atingem o índice de apenas 1,43. Tais dados são baseados em níveis salariais de cerca de 25.000 chefes de família que ganham

⁷² GOMINHO, Zélia. op. cit. p.17.

⁷³ **OBSERVAÇÕES Estatísticas sobre os Mocambos do Recife**. Recife: Imprensa Oficial, 1939. p.14.

até 150\$000 e outros 12.000 alcançando rendas entre 150\$000 e 400\$000, daí por diante a participação com salários maiores cai demasiadamente. De fato, a cidade dos mocambos era erguida muito mais depressa que a cidade formalmente construída.



Figura 04. Mocambo com cobertura mista de palha e telha, e paredes com madeira e folhas de fladres ou zinco. Foto de Alexandre Bérzin. [193-?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 657.

Interessante é analisar que entre as ocupações levantadas, a que mais detém chefes de famílias é a atividade doméstica, representada por mulheres que fazem serviços nas casas de patrões mas que têm residência própria, são lavadeiras, engomadeiras, empregadas de serviços domésticos, meretrizes ou mulheres sustentadas por companheiros que não residem com elas. Revela também que, apesar do número de industriários na capital, não eram eles a maioria entre os chefes familiares, tinham ainda os que trabalhavam nos transportes, artesanato, comércio e aqueles que iam *mascatear* serviço no comércio ou residências.⁷⁴

1.3 O Recife através dos mapas

Ao avançar o século XIX, a capital ganhou mais contornos nos subúrbios dos antigos engenhos e de áreas como Cabanga, Afogados, Campo Grande. Tais dados são destacáveis na planta da cidade elaborada sob contrato aos engenheiros britânicos Douglas Fox e Michell

⁷⁴ OBSERVAÇÕES Estatísticas sobre os Mocambos do Recife. Recife: Imprensa Oficial, 1939. p.22 – 23.

Whitley, os quais, em 1906, lançam os resultados de seus mapeamentos para o saneamento da cidade, com sua área urbana no centro e nos subúrbios. Nessa pesquisa levantam informações sobre ruas, avenidas, becos, travessas, praças, edifícios públicos da cidade e linhas de bondes; das imagens que se identificam temos o que representava a cidade formal, a reconhecida em seus logradouros e monumentos, a parte apresentada como pertencente ao Recife.

Ainda sobre esta planta de início de século,

ao longo de um bairro do Recife, Santo Antônio e São José, definidos graficamente por suas quadras inteiras, e de um bairro da Boa Vista inteiramente recortado pelos seus loteamentos [...], já despontava em algumas áreas uma notação específica: retângulos irregulares e mal alinhados com a rua, no mais das vezes sem delimitação de quadras, ruas e lotes, que identificavam trechos habitualmente referidos como de mocambos. Aparecia, por exemplo, na estreita faixa de terra compreendida pela *Estrada de Ferro Central de Pernambuco* e o rio Capibaribe, a Cabanga, mas também nas áreas por trás de manguezais sobre terrenos alagados, na Ilha do Nogueira, em Afogados, nos Remédios, Coelhoos e abundantemente em Santo Amaro e Encruzilhada, através de suas testadas semi-apagadas como de os cartógrafos não houvessem conseguido retratá-los com precisão; os fundos dando para os mangues.⁷⁵

Entretanto, essa planta não foi o único documento deixado pelo engenheiro acerca da realidade urbana da capital em início do século. Noutro conjunto de mapas, Douglas Fox detalhou a realidade da maioria dos bairros da cidade, no que concerne a áreas de alagados, mocambos, fábricas, praças, vias importantes.⁷⁶ Como afirmado por Lira, os bairros dos Coelhoos, Afogados, Santo Amaro, Encruzilhada, já despontavam como lugares visados para ocupações formais e informais, sendo neste aspecto já apontados como áreas de mocambos, ainda que não tão evidentes na planta mais conhecida de seu autor. Nesse conjunto outros bairros são identificados como áreas de atração para mocambos, entre eles Torre, Graças, Madalena os mocambos são detalhadamente identificados como *casas* ou *casebres de negros*, perfil comumente atribuído aos ocupantes dessas moradias.⁷⁷

Importante destacar é a relação dessas zonas de ocupação com a proximidade a importantes avenidas ou ruas que davam acesso ao centro ou a outros pontos do bairro, como também era o caso com a ocupação em áreas adjacentes à Estrada de Ferro Central de Pernambuco, a qual com destino ao Cabo partia do bairro de São José através do Cabanga e Afogados. Outra estrada de ferro era a do Limoeiro (atual Avenida Norte), que cruzava os

⁷⁵ **ALMANACH de Pernambuco. Academia Pernambucana de Letras.** Recife: 1930. p.137.

⁷⁶ Conjunto de mapas publicados por Douglas Fox, pertencente ao Acervo Iconográfico da Compesa, com datação aproximada em 1906.

⁷⁷ Nos anos 1940, o escritor austríaco Stefan Zweig ainda se referiria aos mocambos do Recife como *choças de pretos*. Ver ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.

bairros de Santo Amaro, Encruzilhada e Casa Amarela, portanto, sendo as duas estradas atrativas para os que vinham habitar tais bairros, pois eram canais para deslocamento ao centro ou às fábricas, feiras e comércios a elas próximos. Entre os ramos da atividade industrial estão os voltados para a produção de cigarros, fósforos, sabão, tecidos; cujas unidades não distavam, em média, mais de dois quilômetros dos locais identificados com mocambos.

Em diversos casos se observa a ocupação em terrenos alagados, junto aos mangues, sem pavimentação, assim como sem iluminação, saneamento e abastecimento d'água. São terrenos por vezes passíveis de menor especulação, tanto pela carência de serviços básicos, como pelo desinteresse que apresentam ao mercado imobiliário formal. Essa concepção será alterada nas décadas seguintes, quando os terrenos mais próximos do centro despertariam o interesse imobiliário de empresários. Portanto, a localização era fator importante para o destino da ampliação urbana, ainda mais se estiver associada à proximidade do trabalho.

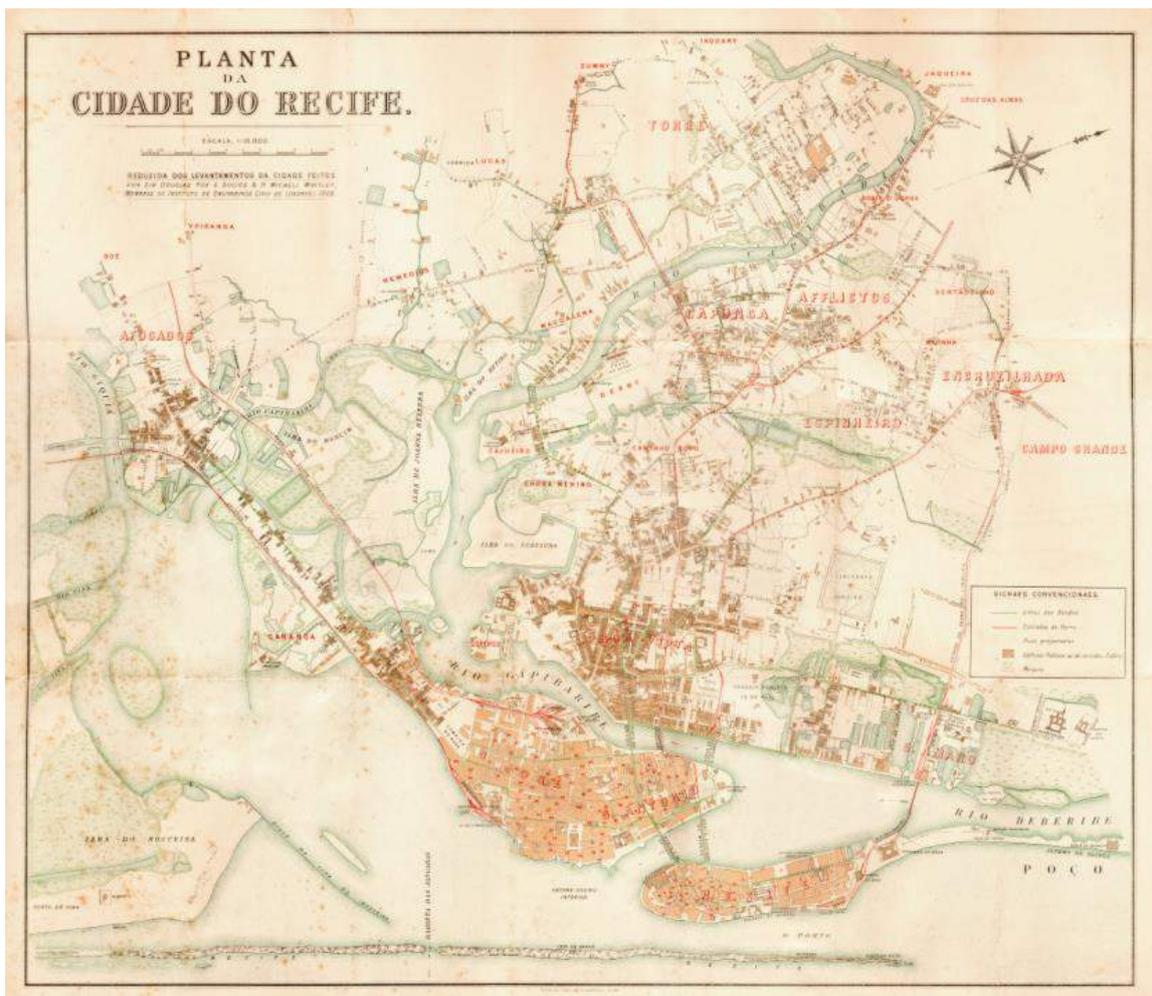


Figura 05. Planta da Cidade do Recife. Levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (Membros do Instituto de Engenheiros Cívicos de Londres), 1906. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

A capital pernambucana crescera, as dimensões dos seus subúrbios se alteraram, deixando de ser São José e Afogados os únicos bairros tipicamente populares da cidade. Aos poucos outros bairros iriam se configurando com a presença de trabalhadores pobres em seus mocambos. Já apontavam suas zonas de expansão em início do século, no entanto em 30 anos a cidade conheceria um crescimento demográfico expressivo e inesperado, cujos choques se tornaram cada vez mais explícitos e revelando a diferença social criada na capital, a tensão por ser a Veneza brasileira e a Mucambópolis.⁷⁸ A ocupação da cidade e o discurso sobre ela revela a diversidade de atores atuantes nela, mas que antes é a disputa por espaço entre os novos moradores e os antigos.

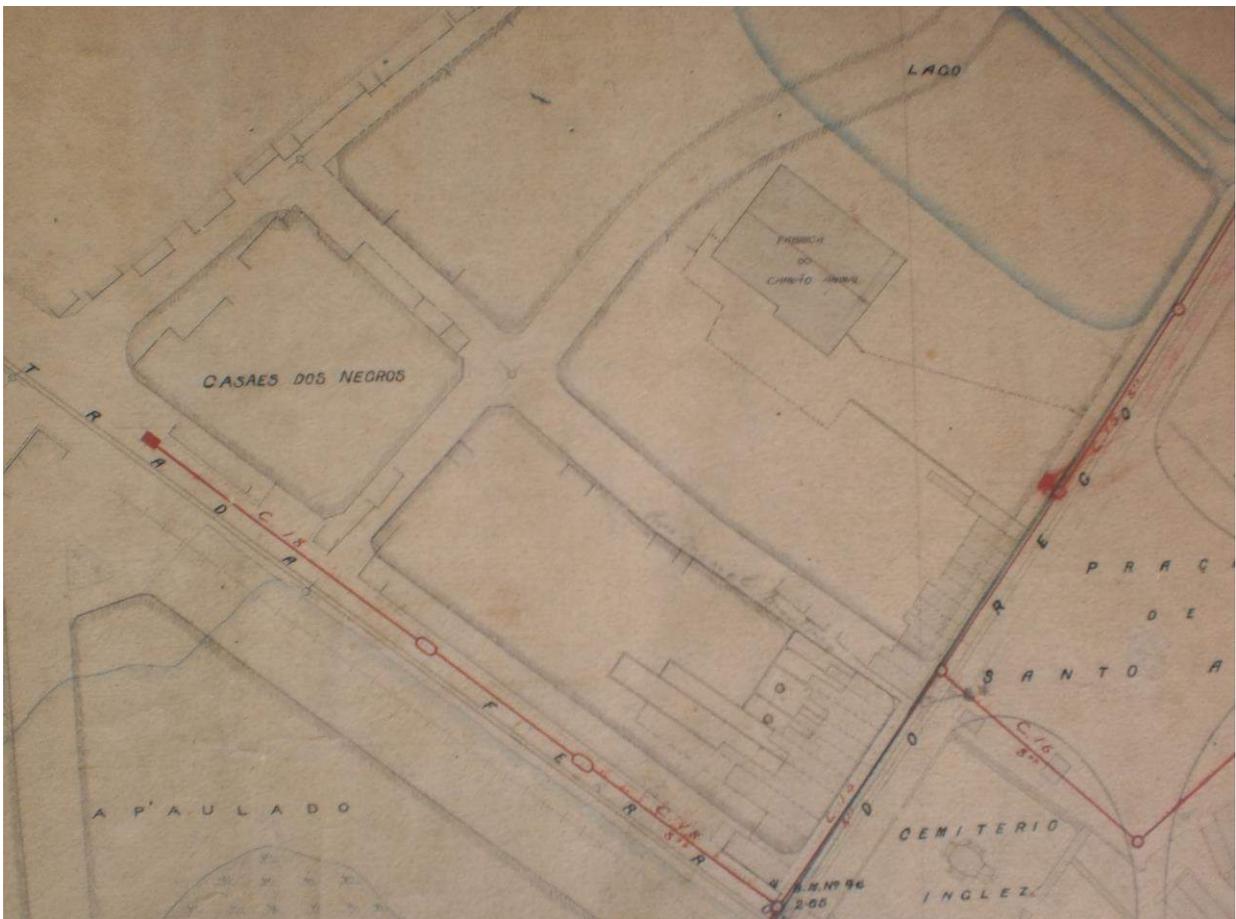


Figura 06. Detalhe da Planta do Bairro de Santo Amaro, 1907. Autor: Douglas Fox. Fonte: Compesa.

As nuances entre a planta mais conhecida de Douglas Fox, a qual envolve toda a cidade num único traçado e o grupo de plantas elaboradas para uma análise voltada à cobertura separadamente de diversos bairros da cidade, com uma riqueza relativa às áreas de

⁷⁸ Termo utilizado pelo “geógrafo pernambucano Mário Lacerda de Melo, referindo-se àquela massa de choças miseráveis [...]” In CASTRO, Josué de. Fatores de Localização da Cidade do Recife. – Um ensaio de Geografia Urbana. Imprensa Nacional-Brasil, 1948. p. 74. apud GOMINHO, Zélia. op. cit. p.3.

alagados, mocambos, indústrias, arruamentos, logradouros e edificações; tais diferenças denotam como a cartografia pode ser utilizada para representar imagens da cidade; uma formal, desejada, onde as moradias irregulares são apontadas como *ruas projetadas*, sendo as demais dignas de terem seus lotes definidos. Noutra concepção a cidade é exposta de maneira mais realista em seus elementos naturais e construídos.

Essa relação conflituosa acerca do desenho urbano continua a permear as plantas dos decênios seguintes, a começar pela *Planta da Cidade do Recife* de 1914, em vários aspectos uma atualização da de 1906. Pode-se identificar que as novas avenidas e traçados do bairro do Recife, fruto das demolições associadas à modernização, dragagem e aterros na área portuária a partir de 1909, estão inseridos. Entretanto, quanto à leitura espacial da urbe é destaque

que se tenham mantido em 1914 os mesmos limites fixados em 1906 para a cidade – Pina e Afogados ao sul, Santo Amaro e Campo Grande ao Norte e Torre e Jaqueira ao oeste – quando já se sabia, através do censo realizado um ano antes por exemplo, que a expansão da cidade edificada em muito já os extrapolava.⁷⁹

Se a planta de 1914 não especificava as circunstâncias do desenho urbano da capital, a publicação do ano seguinte, o *Resumo das Plantas da Directoria de Obras Públicas Municipais e de Outros Apontamentos*, organizada por J. C. Lustosa, viria a revelar as informações omitidas na planta anterior, nela são especificadas as localidades das habitações populares na capital, tendo mais conformidade com o recenseamento de 1913.

Após dez anos um novo recenseamento (1923) seguido de uma nova publicação, dessa vez pelo *Departamento de Saúde e Assistência*, cuja atuação se relaciona às propostas do governo de Sérgio Loreto e da atuação de Amaury de Medeiros. Tal planta já delimita o município a oeste em Dois Irmãos, ao Norte no Fundão e ao sul no Pina. Diferentemente de plantas anteriores ela não possui a mesma rigidez cartográfica (apontando como regulares vários arruamentos ainda mal definidos) e de levantamento predial, entretanto é mais atenta na identificação dos subúrbios que se adensavam, como Areias, Alto do Pascoal, Morro da Conceição, Casa Amarela, Alto José do Pinho, Iputinga, Tejipió. Em várias partes do mapa também estão apresentados diversos sítios e terrenos que existiam no perímetro urbano, cuja representação gráfica identifica ocupações sem um rigor em formar arruamentos ou loteamentos padronizados, logo o número das habitações populares do Recife cresceram ao passo da expansão urbana.

⁷⁹ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 133.

Como afirma Lira,

em 1923, conforme mostrava o *Recenseamento* feito pelo Departamento de Saúde e Assistência, o Recife possuía 39.026 habitações, estando 163 em construção. Na expressão que classificava as habitações, revela-se o aparecimento de uma atitude mais intransigente com relação aos mocambos: 19.947 mocambos, isto é, 51,1% das construções da cidade na época, contra os 19.079 “prédios aceitáveis”. Do total, apenas 15.521 tinham as paredes construídas com tijolos, enquanto 26.849 eram de taipa, 550 de pau a pique, 647 de zinco, 1433 de taboas e 164 de palha. Em 1925, nova estatística seria feita pelo *DSA* com o fim de corrigir a anterior. Desta vez, dos 44.983 prédios, 21.287 eram classificados como mocambos.⁸⁰

Diante de índices como esses é por meio do *DAS* que Amaury de Medeiros cria a *Fundação A Casa Operária*, em 1924, com o objetivo de fundar vilas operárias com conformidade higiênica e estética para os trabalhadores do Recife, a fim de combater tantas casas em alagados, cobertas de palha e zinco, em meio a animais e a dejetos, nada muito distante a um observador do período, mas que para Medeiros era sinônimo de atraso à cidade.

Em 1932, sob coordenação do engenheiro Domingos Ferreira, seria lançada pela prefeitura uma *Planta da Cidade do Recife e Arredores*, que dentre todas até então foi a que melhor cobriu o perímetro urbano adensado e definiu o patamar de mocambos pelo município. Evidencia que a questão habitacional ganhou projeções ainda maiores que anteriormente tomando quase todos os subúrbios mais distantes, assim como aqueles já apregoados à malha urbana dos bairros mais antigos, a exemplo de Santo Amaro, Cabanga, Afogados. Além disso, bairros como Torre, Campo Grande e Casa Amarela se apresentam mais povoados, algo que plantas de 1932 e 1945, respectivamente viriam a observar, detalhando com precisão o perfil das moradias, comércio e pontos de atração pública.

⁸⁰ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 139.

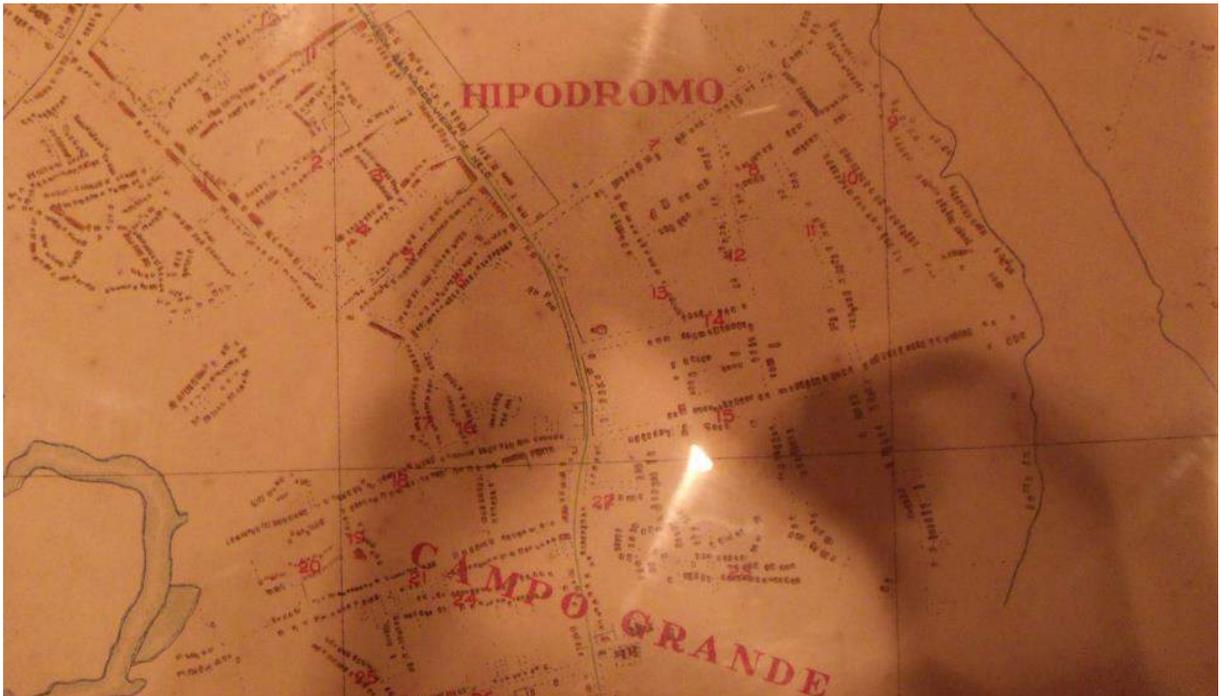


Figura. 07. Detalhe com arruamentos e disposição dos mocambos. Planta da Cidade do Recife e Arredores. Autor: Domingos Ferreira. 1932. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

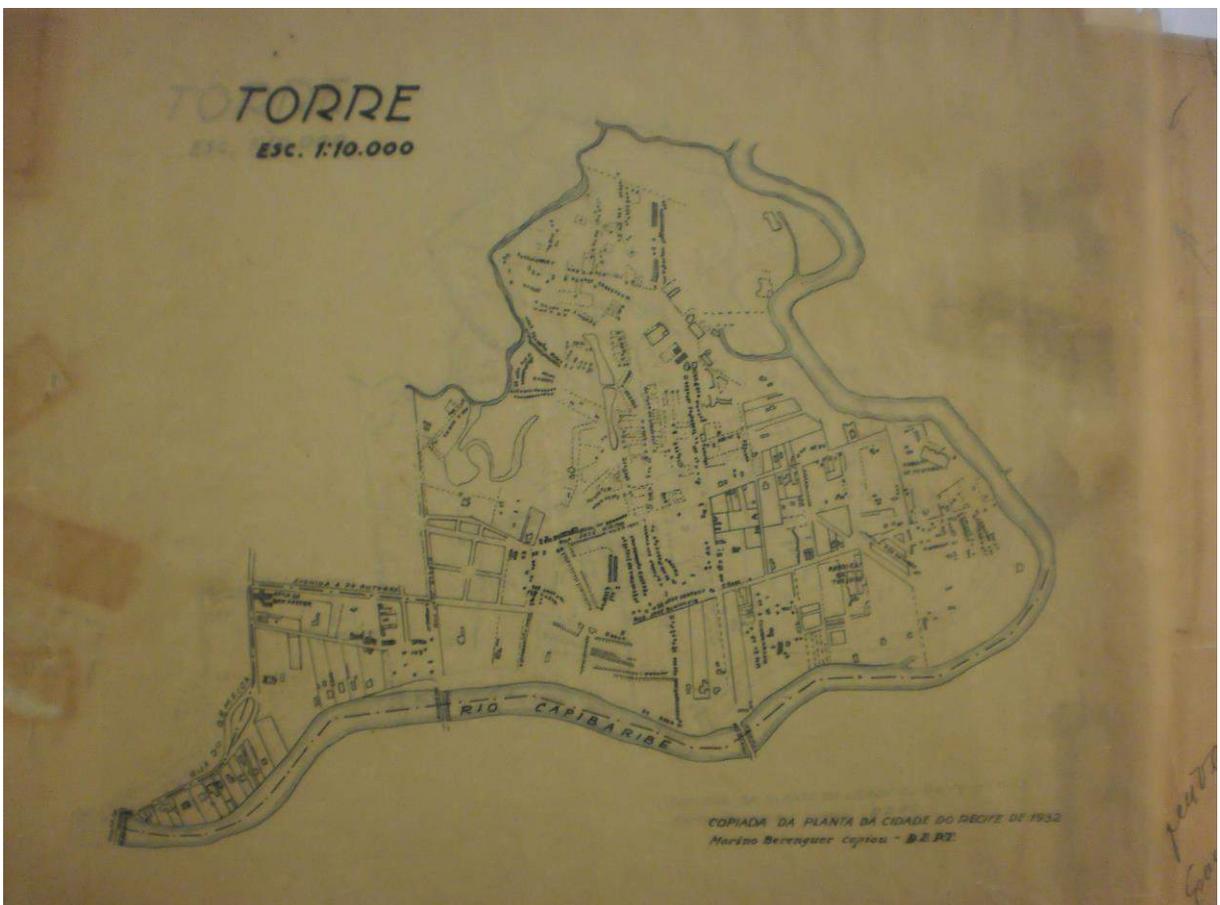


Figura 08. Planta do Bairro da Torre, 1932. Cópia de Marino Berenguer. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

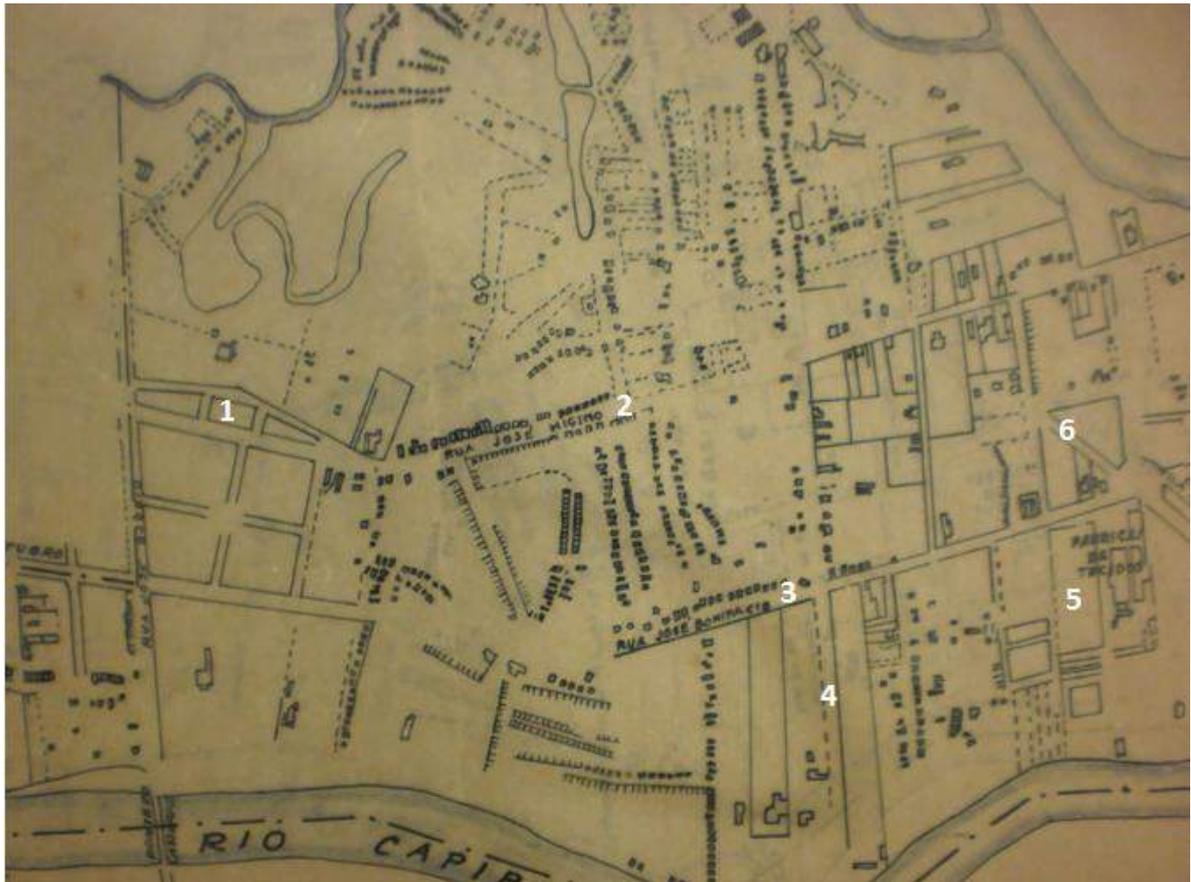


Figura 09. Detalhe do Bairro da Torre, 1932. Cópia de Marino Berenguer. Fonte: Museu da Cidade do Recife. As marcações correspondem hoje a: 1 – Mercado da Madalena; 2 – Rua Real da Torre; 3 – Rua José Bonifácio; 4 – Rua Conde do Irajá; 5 – Fábrica da Torre; 6 – Rua Prof. Trajano de Mendonça.



Figura 10. Bairro de Casa Amarela, 1945. Autor: Perseu Castro de Lemos. Fonte: Museu da Cidade do Recife. As marcações correspondem a hoje: 1 – Av. Norte; 2- Mercado de Casa Amarela; 3 – Estrada do Arraial; 4 – Rua Padre Lemos; 5 – Alto Santa Isabel; 6 – Rua da Harmonia; 7 – Estrada do Morro da Conceição; 8 – Rua Córrego do Bartolomeu; 9 – Rua Guimarães Peixoto; 10 – Mangabeira.

1.4 A produção estatal na década de 1920

As medidas tomadas pela interventoria em Pernambuco para o conhecimento da situação das moradias de taipa, madeira, palha-terra etc. do Recife foram importantíssimas para se definirem quais os passos seguintes na ação e intervenção sobre a moradia popular na capital. Entretanto, ainda que tenha sido a medida mais enérgica pelo poder público até então quanto à habitação proletária, da qual era parte da agenda do Estado Novo para seu projeto de nação, esta iniciativa não foi pioneira no estado, tendo-se como experiências anteriores projetos de gestões estaduais e municipais para a solução dos desafios urbanos na habitação, em especial, dá-se o ponto de partida na gestão de Sérgio Loreto no governo estadual, juntamente com Amaury de Medeiros como responsável pela saúde pública.

O perfil da ação estatal em intervenções na cidade se dava predominantemente no intuito de modernizar a cidade esteticamente, higienicamente e economicamente. Fruto dessa concepção foi o conjunto de reformas engendradas no Bairro do Recife na primeira década do século. Numa construção quase organicista, parte do coração histórico da cidade artérias, representadas por largas avenidas compostas por edificações de arquitetura eclética.⁸¹ Para isso, pôs à baixo os símbolos de uma urbanização colonial. Era o primeiro passo de uma corrente que vislumbrou na radical transformação urbana a projeção para um mundo civilizado.

Noutro sentido o poder público investia na construção de armazéns e reestruturação do porto para impulsionar a atividade industrial do estado. Assim como projetava os novos valores da modernidade no balneário de Boa Viagem. Temas esses comentados por contemporâneos no *Ciclo do Recife* dos anos 1920, em filmes como *Veneza Americana* (1925), *Grandezas de Pernambuco* (1925) e *Recife no Centenário da Confederação do Equador* (1924).

Percebe-se que não era comum ao poder público se voltar para a produção estatal da casa proletária, sendo usual o recurso e incentivo à iniciativa privada para a produção imobiliária tanto de segmento mais elevado como de padrão popular. Exemplo disso foi o gerente do Banco do Brasil no Recife, em 1929, que negociou a venda de vários lotes entre o Pina e Boa Viagem, totalizando 216 hectares, para residências de várias tipologias, preferencialmente, palacetes e bangalôs, numa área inspirada para seguir os moldes das

⁸¹ Ver LUBAMBO, Cátia. *Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura, 1999.

idades-jardins.⁸² Atendia prioritariamente as classes média e alta interessadas em residências mais amplas e equipadas, tais como as analisadas no próximo capítulo.

No entanto, o próprio Arsênio de Lemos reconhece que no ato de sua iniciativa (que também visava a extinção dos mocambos da cidade) de duas experiências públicas pioneiras no país ainda que mal-sucedidas: a *Vila Operária do Arrayal* (construída pelo município em 1920) e a Vila empreendida pela *Fundação A Casa Operária*, erguida em 1925.

A Vila Operária do Arrayal⁸³ foi construída ainda na gestão de Lima Castro, o qual, segundo Rezende, conhecido por “sua preocupação em melhorar a cidade do Recife, sobretudo nos seus aspectos estéticos.”⁸⁴ Ainda nas palavras de Rezende:

Lima Castro consegue do Conselho Municipal autorização para contrair um empréstimo de Rs. 500.000\$000, com juros de 6% e amortizável em 25 anos, para construir a vila operária, com 150 casas que, segundo consta, “de alvenaria, modestas, naturalmente, pequeno quintal, ao custo de Rs. 2.900\$000 cada uma, que a Prefeitura alugava a Rs. 30\$000 mensais, estabelecendo a condição única de só serem alugadas a quem ganhasse no máximo 300\$000 mensais, o que naquela época regulava mais ou menos o salário de um artífice, e dando-lhe oportunidade de tornar-se proprietário mediante um módico acréscimo mensal”.⁸⁵

Entretanto, o próprio Lima Castro não entendia o porquê da vila não atrair de imediato pretendentes, apesar do preço mais acessível, percebia que a vila era uma mudança de hábito nem sempre assimilável de imediato ao morador de mocambo. Mais tarde viria a ter seus moradores. Quanto à Fundação, esta teria suas atividades encerradas com o término da gestão Loreto.

Com o fim dessas experiências pontuais e com a queda do teor do discurso sanitário, outros grupos se aproximam do poder e ganha espaço e projeção pública: engenheiros, arquitetos e urbanistas. São eles que vão introduzir concepções discutidas nos ciclos da Arquitetura Moderna e disputar, entre o fim da década de 1920 e ao longo da seguinte, quais projetos serão implantados no novo desenho da cidade, o qual repercutiria decisivamente na forma de tratar a habitação popular e seus destinos quanto à edificação do modelo desejado da vila operária.

⁸² LEMOS, Arsênio de. **Construir....**Recife: 1929.

⁸³ Construída no quarteirão da esquina da rua da Harmonia com a Avenida Norte, do que resta atualmente de suas fachadas e unidades basicamente é composta por comércio e algumas residências.

⁸⁴ REZENDE, Antonio Paulo. op. cit. p.38

⁸⁵ Ibidem. p.39.

Capítulo 2 - Crescimento urbano e ordenação da moradia

Como visto no capítulo anterior, os debates que permearam a habitação popular, no Recife, envolveram higienistas, médicos, engenheiros; personagens que acompanharam parte da escalada demográfica da cidade e que vislumbravam no seu processo de periferização sem a ordem necessária uma ameaça à saúde e à segurança social.

A produção habitacional na capital, nos anos 30, estava numa fase em que práticas tradicionais eram aplicadas, ao passo que, discussões acerca da Arquitetura Moderna e do urbanismo atraíam engenheiros e arquitetos de variadas matizes. A cidade, nessa década, estava envolvida em projetos de expansão e remodelação do centro, situava-se no alinhamento do contexto político pós-1930, e, concomitantemente, no seu plano diário, encontrava desafios relacionados ao saneamento, moradia, calçamento, desenvolvimento econômico, abastecimento, ordem pública. Portanto, era uma cidade que crescia, mas que necessitava de um eixo norteador que integrasse todos os elementos dessa rede complexa. Depositara então na modernização da capital, de suas vias, porto, serviços e moradias o caminho ao progresso almejado.

Para tanto, integrar variados projetos para a cidade, eis o desafio maior. Os subúrbios continuaram a se expandir, e com eles, os mocambos cobertos de palha, folhas de zinco, feitos de taipa ou madeira; sem contar os pardieiros dos bairros centrais. Tal preocupação com o perfil da moradia que se figurava na urbe gerou por décadas experiências particulares e públicas sobre a forma de conceber o padrão de residências a baixo custo para o operariado. Modelos de casas cujas tipologias tentam encontrar o equilíbrio entre encargos e tamanho habitável, ainda que sem os aprofundados estudos acerca da habitação mínima preconizada pela Arquitetura Moderna na Europa.

De certo modo, as soluções urbanísticas no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 foram bastante influenciadas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), em especial as produções dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no sudeste do país. Em Pernambuco, as experiências testadas para a habitação na Europa não eram de desconhecimento dos técnicos locais, exemplo são os diversos comentários do engenheiro Moraes Rego quando prefeito. Sabendo os técnicos locais que qualquer projeto que tentasse desadensar algumas áreas e criar zonas de concentração operária exigiria um grande

investimento infraestrutural da moradia aos serviços básicos, optaram por um modelo conservador, preferindo apontar e facilitar a construção da habitação entendida como a adequada e traçar o plano de expansão da cidade que reafirmasse esse interesse, o que gerou diversas dificuldades ao trabalhador pobre. Assim, tomou-se caminho diverso daqueles preconizados pela Arquitetura Moderna – a busca por soluções técnicas para moradia e a cidade que beneficiasse e integrasse o trabalhador, cujos resultados efetivassem a elevação do seu padrão de vida. Por isso, é importante entender o contraponto da produção local de moradia, analisar os aspectos gerais que envolveram a prática discutida nos CIAM diante dos mesmos objetos: habitação popular e regulação urbana.

2.1 A Arquitetura Moderna como solução para moradia popular

O surgimento da Arquitetura Moderna como corrente de prática e pensamento está intrínseco aos desafios na Europa pós-primeira guerra. As cidades e a população ganharam novas configurações, sendo a forma de se tratar a habitação antes da guerra bem diferente às soluções propostas nos anos 1920 e 1930. Para além da beleza expressa na arte do século XIX, a projeção de ideais estéticos e técnicos alcançara as ruas, a urbe em várias dimensões. Símbolo das realizações para diversas cidades europeias⁸⁶ e ocidentais, foi o conjunto de obras empreendido pela Paris de Haussmann no século XIX, a qual alcançou em suas realizações no campo da engenharia e da *harmonia dos órgãos*⁸⁷ o marco de exemplo para as cidades que desejassem reconfigurar sua fisionomia com grandiosidade.

Ao longo do século, as cidades vão engendrando suas melhorias diante dum quadro ainda presente de epidemias e falta de saneamento. Entretanto, durante 1870 e 1914, um período de prosperidade social e progresso técnico-científico – a *Belle Époque* –, em meio ao crescimento de seus principais centros urbanos, a Europa persiste em apresentar dificuldades no quesito moradia operária, constituindo o conjunto de ações executadas, até então, em experiências particulares e sem sistematização. A resposta à produção de moradias operárias se dava a partir da iniciativa privada, comum aos governos liberais à época. Entretanto, a especulação por terrenos elevou o custo produtivo, conseqüentemente, o valor das novas

⁸⁶ Exemplo as cidades Italianas de Milão, Turim, Florença, Roma e Bolonha, ver CALABI, Donatella. O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidade Capitais do Século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Capítulo 3.

⁸⁷ PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). op. cit. p. 89.

moradias para compra e aluguel tornou-se relevante perante os salários dos trabalhadores. Entre os principais comportamentos esteve a produção de habitações cada vez menores que, por conseguinte, repercutiu em condições de vida mais degradantes, pois sob um padrão construtivo especulado e mal condicionado, as vivendas passaram a não terem dimensões adequadas para aeração e iluminação, tampouco saneamento, favorecendo a formação de um ambiente avesso ao conforto e descanso, tal como adequado à proliferação de doenças.

A respeito da condição das cidades e da produção de moradias até a Primeira Guerra, é bem representativo o caso da cidade de Viena⁸⁸, cuja vida urbana na virada de século a torna expoente para quem procura uma cidade com crescimento econômico, qualidade de vida, acesso a recursos materiais, expressões artísticas – signos da modernidade. A cidade de Viena desenvolvia a prática de incentivar a produção de unidades habitacionais através da iniciativa privada (empresas construtoras ou filantrópicas), ficando à municipalidade a legislação relacionada. Segundo Aymonino, “o típico apartamento do operário vienense, derivado da alta porcentagem de aproveitamento que permitia o edifício, consistia de ordinário em uma estância de 4,50-5,50m², aproximadamente, com cozinha [...]”⁸⁹ Ainda, conforme o autor, após o censo dos alojamentos de 1917, soube-se que o universo de apartamentos mínimos alcançava o número de 405.991 unidades, representando 73, 21% do total da cidade e 90% do alojamentos dos distritos operários. O aluguel dessas moradias consumia entre 15 e 25% da média salarial do operariado, não sendo incomum o recurso à sublocação de camas como forma de aumentar a renda familiar num cenário de alta demanda. Perante o crescimento demográfico da cidade de 22% em apenas 10 anos, passando de 1.364.548 a 1.647.957 habitantes, entre 1890 e 1900, Viena sente as dificuldades relacionadas, cujo Conselho Municipal não representa um órgão hábil ao tema, ainda mais por não ter a maioria da população entre seus eleitores e a força dos proprietários de terras no Conselho. Problemas que se agravam no pós-primeira guerra.

Em geral os grandes centros europeus (Berlim, Paris, Londres, Frankfurt) conheciam circunstâncias análogas: produção privada das moradias, especulação fundiária, baixos padrões habitacionais e de vida das famílias operárias, ausência ou reduzida política pública para habitação popular. Esse quadro durante e após a guerra se agravou. Por exemplo, em Viena, a construção de moradias caiu de 13.998 unidades, em 1913, para 85 ao término da

⁸⁸ AYMONINO, Carlo. **La Vivienda Racional**: Ponencias de los Congressos CIAM 1929 – 1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. p. 14 – 37. Sobre a cidade de Viena antes da Primeira Guerra ver SHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle**: Política e Cultura. São Paulo: Editora da Unicamp; Companhia das Letras, 1988.

⁸⁹ AYMONINO, Carlo. op. cit. p.16.

guerra. A exacerbação do problema imobiliário se deu por diversos fatores, como o ocorrido na Alemanha, de acordo com Paulo Bruna, famílias passaram a dividir a habitação (a maioria com três cômodos ou menos, incluindo a cozinha), além disso o número de casamentos alcançou patamares superiores aos tempos anteriores ao conflito (350 mil em média).

Mas em 1919 o número de casamentos subiu de forma alarmante para mais de 800 mil. Em 1920 o número de novas famílias chegou a 900 mil, quase duas vezes a média dos anos de paz. Contudo, o número de novas habitações permaneceu desanimadoramente baixo por comparação, sendo construídas 56714 novas habitações em 1919 e 103092 em 1920.⁹⁰

Em cidades como Viena, apesar da redução do total de habitantes, o número de casas vagas e semi-habitadas quase zerou. Os grandes centros ocidentais devastados pela guerra se depararam com larga defasagem habitacional por produção não correspondente à demanda, alta taxa de casamentos, elevação dos custos com materiais de construção e com mão de obra especializada, e pelas migrações. E, apesar da natalidade ter caído⁹¹, assim como o tamanho médio das famílias, o adensamento humano nas cidades requereu respostas dos governos num período em que era necessário reconstruir não só as cidades, mas as vidas das pessoas. É a partir daí que a construção massiva de habitações ganha espaço, assim como as atenções que rodearam equipes de arquitetos atentos a novos princípios construtivos e que envolveriam as práticas difundidas pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), cujos debates seriam fundamentais nas realizações na moradia operária.

O governo de Viena, segundo Aynonimo, mudou a postura a respeito da produção habitacional. O município entre 1920 e 1933 passou a adquirir terrenos (alcançando 30% da cidade) e a formar empresas da construção civil para a produção em série de elementos pré-fabricados e uma canteira de cal. Os impostos que recaíam sobre as moradias seriam reinvestidos para financiar novas construções. Outro marco importante foi a continuidade política das medidas, não ficando as decisões estanques às gestões. Portanto, neste período de 13 anos, em Viena, se construiu 63924 moradias, estando sob a administração do município no fim de 1933, cerca de 66270 habitações e 3607 estabelecimentos comerciais, aproximadamente 11% das residências da cidade pertenciam ao município. Tais medidas fizeram, por exemplo, a densidade de moradores por apartamento cair de 4,23%, em 1910, para 3,49%, em 1923.

⁹⁰BULLOCK, Nicholas. Housing in Frankfurt 1925 to 1931 and the new Wohnkultur. *The Architectural Review*, vol. CLXII, n. 976, jun. 1978. In: BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos**. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 114.

⁹¹ Na Alemanha, em 1900, era de 35,6 a cada 100 habitantes, sendo que em 1927 era de 18,4 por 100 habitantes.

Quanto ao padrão edificado, a superfície construída representava menos de 50% do total do terreno, “de modo que o solo livre, em geral correspondente ao grande pátio interior, podia ser equipado com jardins, campos de jogos para as crianças e, em muitos casos, com ginásios e creches.”⁹² Todas as moradias eram equipadas com água corrente e gás. As dimensões variavam entre 38m² e 48m². A partir de 1927 eram 3 as tipologias, um com 21m² (para pessoas que moram só), outro com 40m² (com 2 quartos) e, por último, um apartamento com 57m² (três quartos).

Dentro desse contexto do pós-Primeira Guerra, outras cidades que ganhariam destaque pelo porte que detinham e pelas soluções galgadas seriam as alemãs Berlim e Frankfurt, cada uma a seu modo teria a participação de importantes projetistas que marcariam a Arquitetura Moderna. A experiência berlinense nos anos 1920 e 1930 se produzirá numa discussão em que aproxima o zoneamento e transformação urbana com a habitação operária nesse contexto. No ano de 1920, Martin Mächler lançara o Plano Geral da Grande Berlim, um zoneamento de grandes dimensões, o qual envolveria num traçado circular um território com 50 Km de raio, abarcando uma população de 4.500.000 de habitantes. Previa a criação de áreas voltadas para desempenharem as funções de centro comercial, centro representativo e cultural, industrial, residencial, agrícola; sendo estas zonas integradas por um sistema radial de ferrovias, todas desemborcando no núcleo da cidade, predominantemente comercial. Os bairros industriais também concebiam áreas para assentamentos operários (os *siedlungen*).

Os anos 1930 são permeados por publicações e exposições acerca de projetos que atestam novas formas de manifestação arquitetônica, uma linguagem inovadora capaz de pensar a cidade de forma integrada, centro e periferia pertencentes a um plano maior e duradouro. Os novos assentamentos não seriam pedaços sem envolvimento com a cidade, mas sim áreas autônomas pertencentes a um programa geral de desenvolvimento. Foi época em que a produção com o apoio público alcançou aproximadamente 135.000 unidades, só perdendo ímpeto com os efeitos da crise econômica internacional, sendo erguidas em 1931 cerca de 31.000 moradias e 9.000 no ano seguinte.⁹³

Com a ascensão, na Alemanha de um governo republicano a perspectiva socialista ganhara espaço, e para tanto, pensar de forma ideologicamente e politicamente é estar atento aos temas circundantes da nova república, e entre os problemas o da moradia. Esta passara a

⁹² AYMONINO, Carlo. op. cit. p. 29.

⁹³ KLEIN, Alexander. **Vivienda mínima**: 1906 – 1957. Barcelona: Gustavo Gili, 1980. p. 12 – 13.

ser vista como relacionada a fatores sistêmicos, como especulação fundiária, alugueis, transporte, localização frente ao trabalho, adensamento, comunicação, saneamento, iluminação e saneamento. Melhorias que se feitas no centro o adensam, mas geralmente a defesa seria em torno de ocupações menos concentradas. O conflito entre uma proposta de alto adensamento nos centros e de baixa ocupação em áreas mais afastadas é uma constante entre seus defensores. No entanto, assentamentos sob o princípio da casa individual unifamiliar contribuíram para reforçar as limitações desse modelo como solução estética, técnica e econômica para produção em massa. Portanto, passaram os *Siedlungen* próximo às fábricas a atraírem mais para a moradia obreira, sendo mais recorrente a realização de edificações para ocupação de baixa densidade.

Dentre as atividades desenvolvidas em Berlim, destaca-se também os estudos e projetos de Alexander Klein⁹⁴ no concernente à moradia mínima, pois criara ele um método de pesquisa calcado em questionários aplicados e, assim, racionalizando a construção a partir da valorização qualitativa das unidades a construir, sem se prender a modelos estáticos de habitação. Com isso, possibilitaria uma variedade construtiva adequada ao ambiente e às necessidades humanas a alcançar, com o olhar do futuro morador; perspectiva nem sempre notável nos demais projetos. Essa atenção científica de Klein quanto à moradia mínima é também observada nos trabalhos desenvolvidos por Ernst May na cidade de Frankfurt nas décadas de 1920 e 1930, que, para Paulo Bruna, sintetizaria em suas realizações diversas das preocupações que envolviam os arquitetos do período.

Em face das dificuldades econômicas e financeiras da época, a questão central para os arquitetos era: o que se pode e o que se deve dar a cada um em matéria de habitação? Quais as necessidades que devem ser satisfeitas individualmente e quais podem ser resolvidas coletivamente? Qual a superfície habitável mínima compatível com a dignidade do trabalhador e de sua família? Quais os serviços coletivos imprescindíveis? ⁹⁵

Tantos desafios voltados para a habitação e a cidade numa esfera maior, que os arquitetos passarão a atuar sob princípios racionais e objetivos, deixando os valores estéticos secundários à funcionalidade dos projetos. Essa nova abordagem esteve atrelada a práticas básicas como o estudo dos movimentos na residência a fim de qualificar a disposição dos cômodos e do mobiliário e, com isso, reduzir os conflitos de movimento e a fadiga do trabalho doméstico. Passaram a realizar pesquisas estatísticas a respeito das necessidades individuais e dos custos de produção. Defenderam métodos industriais de construção, por

⁹⁴ KLEIN, Alexander. op. cit.

⁹⁵ BRUNA, Paulo. op. cit. p. 27.

motivos vários: falta de mão de obra qualificada, redução dos custos com partes pré-moldadas, dinamizar a indústria da construção civil com o emprego de novos materiais e geração de postos de trabalho, atender à demanda por moradias diante do déficit no pós-guerra. Atenderiam também ao melhor aproveitamento das moradias quanto à insolação, ventilação natural, áreas verdes e espaços de uso coletivo. Por esses motivos, tais seguidores da Arquitetura Moderna, muitas vezes, tornaram-se expoentes em soluções para moradias coletivas de baixo custo aos trabalhadores.

Esse esforço de racionalização ao longo de todo o processo foi exemplificado pela construção em série a partir de pré-moldados, assim como do estudo profundo acerca do mobiliário da casa, tendo como expoente mais famoso a cozinha de Frankfurt, cuja concepção visava uma produção em série de algo projetado para simplificar as atividades domésticas. Em alguns projetos, inclusive, já se previa a localização adequada para armários embutidos e camas escamoteáveis para o ganho de espaço nas unidades. E essa atenção se estendeu às luminárias, aquecedores, peças sanitárias e aos móveis; todos esses elementos teriam custos muito baixos tanto na fabricação em série, quanto na manutenção, sem deixar de gerar conforto e qualidade estética. Na concepção de muitos desses móveis está a participação de grupos criativos como a alemã Bauhaus e a austríaca Wienawerkstate.⁹⁶ Eram novidades em apartamentos destinados às faixas de renda mais baixas.

Esse foco na habitação mínima se elevou como tema do 2º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Frankfurt, em 1929. Sob o título *Die Wohnung fur das Existenzminimum – A habitação para o Mínimo Existencial –*, não se propunha a discutir, como salientou Aymonino, o mínimo absoluto (há muito já praticado pelos construtores e especuladores privados desde o século XIX), mas antes indicar uma distinção qualitativa ante tais modelos tradicionais.

O mínimo é todavia uma questão de medidas, de dimensões, etc., porém não em sentido absoluto (técnico pó exemplo, ou bem estritamente biológico), senão relativo a questões genericamente “cívicas” ou, de qualquer modo, indispensáveis, mais que para sobrevivência, para uma existência social. [...] Neste sentido, o valor real de uma vivenda não é proporcional à superfície, mas sim ao número de camas que pode conter (entendendo por cama não o simples móvel, mas sim a relação entre este e um espaço que permita seu uso de forma independente.). A cama, junto com os serviços familiares comunitários, será o padrão de referência das propostas arquitetônicas.⁹⁷

⁹⁶ MASI, Domenico De. (Org.) **A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. Capítulos 6 e 8.

⁹⁷ AYMONINO, Carlo. op. cit. p. 90.

As discussões empreendidas pelo movimento moderno na arquitetura durante os CIAM encontraram no Brasil espaço favorável à elaboração e execução de experiências de destaque tanto na solução formal nas habitações quanto na resposta a num contexto de crescimento urbano no país. A recepção dessa produção internacional desde a década de 1920, em especial nos países governados pela socialdemocracia, como lembra Bonduki, teria se dado mediante três eixos básicos: através de arquitetos que se formaram ou estagiaram no exterior; pela influência direta de personagens como Le Corbusier (que esteve em viagem pela América do Sul, em 1929), por fim, pelas publicações estrangeiras constantemente importadas.⁹⁸

Essa atualização no debate pelos profissionais brasileiros se percebe tanto na reformulação do ensino de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, promovida por Lúcio Costa em 1931, quanto no Primeiro Congresso de Habitação em maio do mesmo ano, organizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo. A semelhança com os dois encontros CIAM era tamanha, que para além das referências claras ao Congresso Internacional, nota-se a divisão temática do encontro paulistano:

- I. Habitações econômicas; programas; loteamento do terreno; distritos.
- II. Habitações coletivas; casas de apartamentos, inquilinos e proprietários.
- III. Racionalização dos materiais de construção; processos de construção, padronização, condições de conforto.
- IV. Codificação, códigos estaduais e municipais; exames de resistências e recepção dos materiais.
- V. Financiamento das construções; problemas de capital nas construções.⁹⁹

A discussão e difusão acerca da arquitetura moderna prossegue com o *Congresso Panamericano de La Vivienda Popular* (Buenos Aires, 1939), pela *Jornada da Habitação Econômica* (São Paulo, 1941), promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho – Idort –; o *Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo* (Rio de Janeiro, 1941). Ademais, algumas revistas que divulgavam a produção local e noticiavam sobre as realizações no exterior passaram a ser publicadas com regularidade. Entre elas podemos citar a revista *Arquitetura e Urbanismo* (1936) e a *Revista de Arquitetura* (1934).

⁹⁸ BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 145.

⁹⁹ BRUNA, Paulo. op. cit. p. 123 – 124.

A circulação de leituras e debates a respeito das inovações urbanísticas e arquitetônicas, que visavam o acesso à moradia às camadas de baixa renda, era de integral conhecimento dos profissionais atuantes na cidade do Recife nos anos 1930. Sendo constantes os choques quando se tratava se deveríamos reavivar os modelos da arquitetura colonial, adotar os preceitos do que se entendia como arquitetura internacional ou buscar uma solução que marcasse uma identidade nacional, a arquitetura tropical.¹⁰⁰ Transitavam entre os intelectuais, técnicos e governantes locais essas discussões.

Algumas práticas e concepções empregadas viriam a distanciar a produção da moradia no Recife das apreoadas pelo modernismo na arquitetura, entre elas seriam: a incapacidade do município e estado em coordenarem um projeto de expansão da cidade, cujo marasmo em meio aos conflitos entre os profissionais envolvidos nas comissões retardou uma ação que respondesse mais prontamente as necessidades de desenvolvimento urbano do Recife diante de seu crescimento humano; o juízo que a moradia popular não poderia conviver com áreas mais centrais; e a diferença de foco ao entender que o déficit de moradias formais (casas de alvenaria em lotes legais) não estava preso ao método de produção rentista e às medidas do governo para incentivo na construção, mas sim à existência do mocambo, sendo o combate a este a solução que faria migrar o trabalhador à casa própria formal, o tipo de casa de classe média tratado neste capítulo ou a do modelo de vila adotado pela Liga Social Contra o Mocambo, discutido no terceiro capítulo. Enfim, tais condições, desdobradas a seguir, favoreceram ações mais conservadoras para a moradia popular e contribuindo para a precariedade urbana do Recife.

2.2 Modelos de moradia e sua viabilidade

Na coletânea das leis estaduais¹⁰¹ a respeito das casas operárias há menção à permissão cedida a João Ramos para construção, em 02 de dezembro de 1890, de vilas operárias a 2000 pessoas no prazo de quatro anos, com quatro classes: para uma pessoa, duas pessoas, famílias até seis ou oito, e para famílias até doze pessoas. Com instalação de latrinas (para as tipologias entre seis e doze pessoas) e água potável quando próxima de encanamentos

¹⁰⁰ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Capítulo. 1.

¹⁰¹ LIRA, José Tavares C. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989.

da Companhia do Beberibe. Alugueis entre 6\$000 e 30\$000 réis, além de escolas, linhas de bondes e mercados se necessários.

Seis meses depois, há outra menção ao mesmo João Ramos, cuja contratação foi aprovada – para construir vilas operárias em *Olinda e Goyanna* –, mas sob uma legislação que não estabelece valores para as casas e não controla a quem de fato elas serão destinadas, com a metade das moradias do contrato anterior, com multas mais brandas, permitindo um projeto questionável quanto ao seu destino a famílias operárias, pois não se enquadra nos padrões comuns da produção rentista do período.

A busca e os incentivos à construção de novas moradias começaram a gerar o aparecimento de projetos através de petições à Assembleia Legislativa estadual, com possibilidades de diferentes tipologias. Apesar de serem postas como moradias populares, não representavam propostas para construção massiva de vilas operárias, mas sim, para iniciativas particulares de limitada escala. Exemplos são os projetos anexos à petição de Joaquim Inocêncio em abril de 1919:

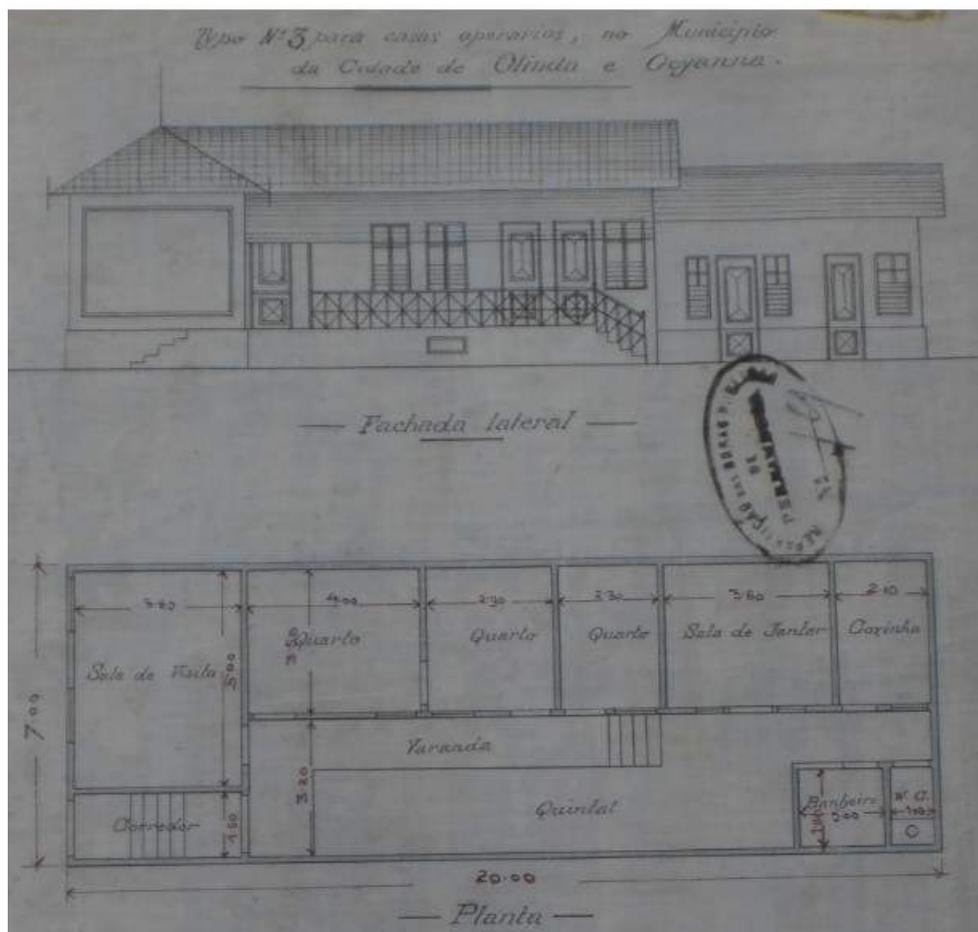


Figura. 11. Planta para casas operárias para os municípios de Olinda e Goiana. 09/01/1892. Fonte: Mapoteca da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

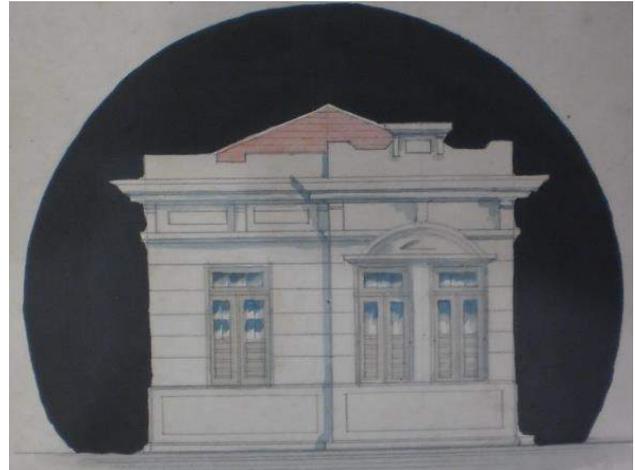
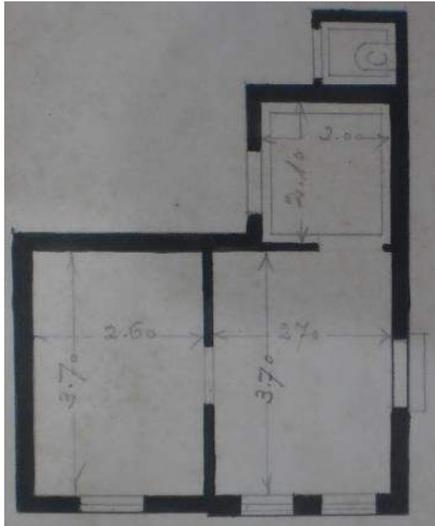


Figura 12. Planta de projeto de casa popular com aproximadamente 25 m². Fonte: ALEPE

Figura 13. Fachada em perspectiva da referida planta. Fonte: ALEPE.



Figura 14. Planta de projeto para moradia popular com aproximadamente 62 m². Fonte: ALEPE.

Figura 15. Fachada em perspectiva da planta da figura 4. Fonte: ALEPE.

Entre os caminhos que tentaram traçar para facilitar a produção e o acesso à moradia está a busca pelo barateamento dos custos envolvidos. Vários fatores eram levantados nesse sentido, recorriam por exemplo

à construção em grande número de casas, ao seu agrupamento e diminuição, com isso, do número de paredes, à fiscalização das obras e localização mais próxima do centro da cidade. [...] Do mesmo modo que Chermont, em 1909, sugeriria o emprego de materiais locais, a boa escolha do terreno, a rapidez da construção, as

canalizações de pequeno diâmetro na evacuação das águas servidas, entre outras medidas econômicas.¹⁰²

Ainda de acordo com Lira, essas medidas contribuía para que se formasse no Recife “um ideário de habitação econômica ou de pequeno valor; nova versão de uma referência mais antiga à habitação higiênica, depois que esta última tornou-se aplicável a toda a cidade. Econômica devia ser então apenas a casa proletária.”¹⁰³ E nessa perspectiva de barateamento, um caminho recorrente era através da isenção de impostos como atrativo, garantindo maior rentabilidade aos investimentos no setor.

Diante de um processo em que a produção da iniciativa privada não abrangia a demanda por moradias sob valor acessível aos segmentos sociais de baixa renda, tanto para o aluguel como para a compra, o governo continua a depositar seus meios de ação em iniciativas na forma de incentivos fiscais. Exemplo é a lei nº 1530, datada de 5 de julho de 1922, a qual decreta seu objetivo já no primeiro artigo:

Ficam isentos do imposto predial por oito anos, a contar de sua habitabilidade, sendo só depois desse prazo colletados, os predios construidos, de accordo com a moderna architectura e hygiene concluidos depois de sancionada a presente lei.¹⁰⁴

Além disso, incentivava a isenção por seis anos àquelas casas reconstruídas sob os mesmos princípios. No ano seguinte, outra empresa seria beneficiada com a isenção de tributos por 16 anos (inclusive aos ativos imóveis da empresa), a firma L. e U. Borba se propunha a construir casas para operários e funcionários públicos, os quais poderiam requerer empréstimos públicos através da construtora para adquirir “casas de pequeno valor, capazes de substituir, com vantagem, os actuaes mucambos [...] de alvenaria, feitas em grupos dispostos em quarteirões e arruamentos [...]”¹⁰⁵

Entretanto, no quesito isenção tributária, os meios legais não foram os únicos caminhos tomados por construtores e proprietários de imóveis. Companhias construtoras poderiam recorrer a esse recurso solicitando diretamente à Assembleia estadual, apelando por benefícios justificáveis perante o contexto habitacional da cidade. Caso encontrado foi o da *Empreza Americana de Terrenos e Construcções Limitada*, sociedade civil voltada para

¹⁰² LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 119.

¹⁰³ Ibidem. p. 119.

¹⁰⁴ LEI 1530 de 05/07/1922 In: LIRA, José Tavares C. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989. p. 47.

¹⁰⁵ LEI 1624 de 26/06/1923 In: LIRA, José Tavares C. de. Ibidem. p. 48-49.

compra e venda de terrenos e casas construídas na cidade, a qual solicitava, em agosto de 1928, isenção por cinco anos “para todas as edificações que forem levantadas, nos terrenos de sua propriedade sitos em Bôa-Viagem, e que compreendem o antigo sitio da Praia [...]”¹⁰⁶ Neste momento, o balneário era uma área de expansão do mercado imobiliário da cidade¹⁰⁷, tornando-se zona de interesse a muitos negociantes pela extensão dos terrenos e pelo público consumidor de alto padrão. O *bungalow*

juntamente com o *chalet*, que se espalhava pela cidade desde o final do século XIX, seria reproduzido incessantemente, de Boa Viagem à Boa Vista em habitações construídas entre os anos 30 e 50 para residência de uma burguesia ascendente que nele parecia reencontrar os sinais de autenticação social que àquela época já haviam sido de todo substituídos da casa patriarcal tradicional para um suposto estilo europeu de arquitetura.¹⁰⁸

Tal proposta após avaliação foi indeferida pelo Estado onze meses depois, pois a compensação proposta pela empresa – a construção de um grupo escolar ou qualquer outro edifício público em Boa Viagem – não atraía suficientemente o governo, sendo a seção de tal benefício descrita como um desserviço à economia pública. Ainda no documento em resposta à construtora o governo menciona:

A concessão de favores iguaes já foi no Estado regulada pela lei 1736, de 5 de Junho de 1925 e com um praso que se dilatava até 1930. Posteriormente, uma outra lei, a de nº 1838, de 29 de Dezembro de 1926, restringiu esses favores até 31 de Dezembro de 1927.¹⁰⁹

Em outra petição realizada também em agosto de 1928, o comerciante Elio Bravo expressa seu interesse em construir casas de madeira – apresentado como *systema amaericano* – para venda, sob prestações a partir de 80\$000, podendo variar de acordo com as dimensões. Requer então a isenção das décimas¹¹⁰ urbanas e de qualquer imposto estadual às casas por um período de dez anos, estendendo esses benefícios a qualquer outra empresa que venha a assumir o negócio. Apesar do valor, relativamente elevado a um trabalhador médio no

¹⁰⁶ PETIÇÕES da Assembleia Legislativa de Pernambuco 01 set. 1928. Caixa 180.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias**: história social das praias do Recife e Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

¹⁰⁸ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 82.

¹⁰⁹ Nota da SECRETARIA da Agricultura, Commercio, Industria, Viação e Obras Publicas de 23 jul. 1929, anexa à petição.

¹¹⁰ Imposto predial cobrado pelo Estado.

período, Elio Bravo indica que são plantas de “casas para operarios e habitações independentes”¹¹¹, são elas:



Figuras 16 e 17. Plantas e fachadas para casas geminadas com 36m². Fonte: ALEPE.



Figuras 18 e 19. Planta e fachada para casa independente com 36m². Fonte: ALEPE.

Em prazo semelhante ao dado à *Empreza Americana*, o governo responde de forma menos direta, destacara para a importância do “*problema das casas populares*”, enfatizando que tal atividade de construção de moradias são adequadas a empresas do ramo, com condições técnicas, financeiras e demais atributos que sustentem a credibilidade e segurança do cumprimento da iniciativa. Anuncia ao comerciante de casos de concessionários que não

¹¹¹ PETIÇÕES à Assembleia Legislativa de Pernambuco. Ago.1928. Caixa 180.

executaram o serviço, assim, ajudando a agravar a defasagem por moradias. Portanto, o texto sinaliza para o indeferimento da petição.

Como visto, o pedido de desoneração fiscal nem sempre resultava em concessão do benefício, ainda que a proposta se voltasse para construção de habitações populares. Recusa esta, ainda mais a negociantes inexperientes e que apontassem possíveis transferências da concessão, o que poderia ser interpretado como comercialização da concessão por repasse, custo este que inevitavelmente estaria no valor final da habitação. Ademais, era habitual ao governo estipular vantagens sob compensações na instalação de equipamentos de utilidade pública – sendo esta uma típica atribuição do Estado –, tais como linhas de bondes, escolas, mercados, abastecimento, saneamento e até atendimento médico. Fórmula encontrada pelo governo, diante da expansão dos subúrbios e das obrigações quanto à infraestrutura urbana, em cobrir certas demandas sem investimento direto da máquina pública.

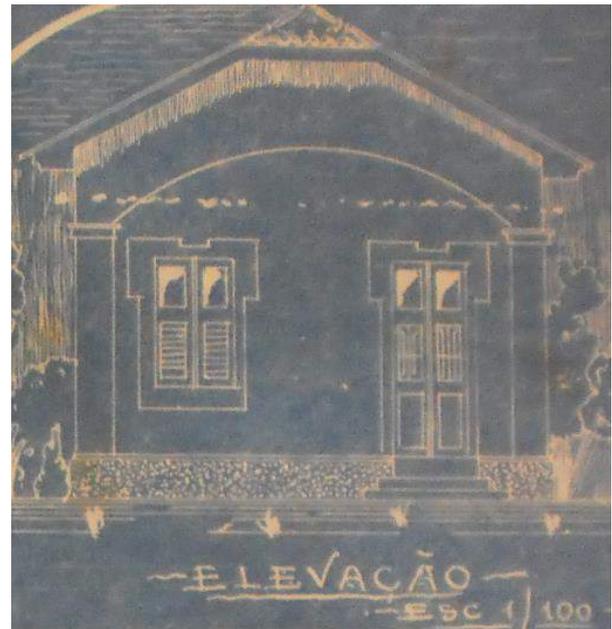
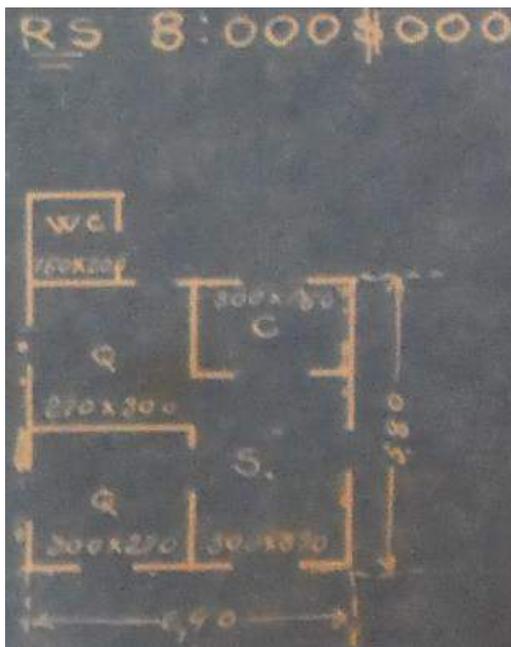
Alguns proprietários passaram a se utilizar desse caminho para pleitear isenção de seus impostos por terem realizado melhorias em seus prédios (que não necessariamente eram para moradia), como é o caso de Julio Lino de Oliveira, proprietário, em 1929, de um prédio na esquina da rua Duque de Caxias com a Praça da Independência (bairro de Santo Antônio), requisitara a isenção tributária por dez anos, frente às melhorias no prédio todo reformado. O edifício passara a ser dotado de sete pavimentos (25 metros ao todo), todo em “*cimento armado*” e com elevador, que em sua visão é um melhoramento que reforça o nível da capital às cidades mais modernas e adiantas.¹¹²

Na ausência de lei expressa, o recurso das petições pode ser um meio eficiente para se conquistar uma concessão. Mas, em condições legais claras, a petição pode se tornar um meio de reinterpretar brechas comuns às leis. Como no caso do requerimento feito pelo engenheiro Alvaro Silva, o qual criara um escritório voltado para projetos imobiliários. Em sua petição de julho de 1927, solicita a isenção por trinta anos dos ativos imóveis da firma, tais como escritórios, serrarias, olarias e fábricas de mosaico, como também a dispensa por doze anos das casas a serem construídas (tempo previsto para o pagamento da casa por amortizações parceladas mensalmente), nas palavras do engenheiro “representando este favor um pequeno accrescimo á lei numero 1756 de 5 de junho de 1925.” (que previa prazos de isenção bem menores – 5 anos). Essas leis de isenção, desde 1890 com João Ramos, ou as de 1922 e 1923, por exemplo, tinham a perspectiva de incentivar novas construções, sobre preceitos higiênicos

¹¹² PETIÇÕES à Assembleia Legislativa de Pernambuco. 05 jul. 1928. Caixa 180.



Figura 21. Fachada do projeto mais barato na petição de Alvaro Silva, cuja casa teria apenas 36,48m². Fonte: ALEPE.



Figuras 22 e 23. Planta e fachada para projeto de casa com aproximadamente 38m². Fonte: ALEPE.

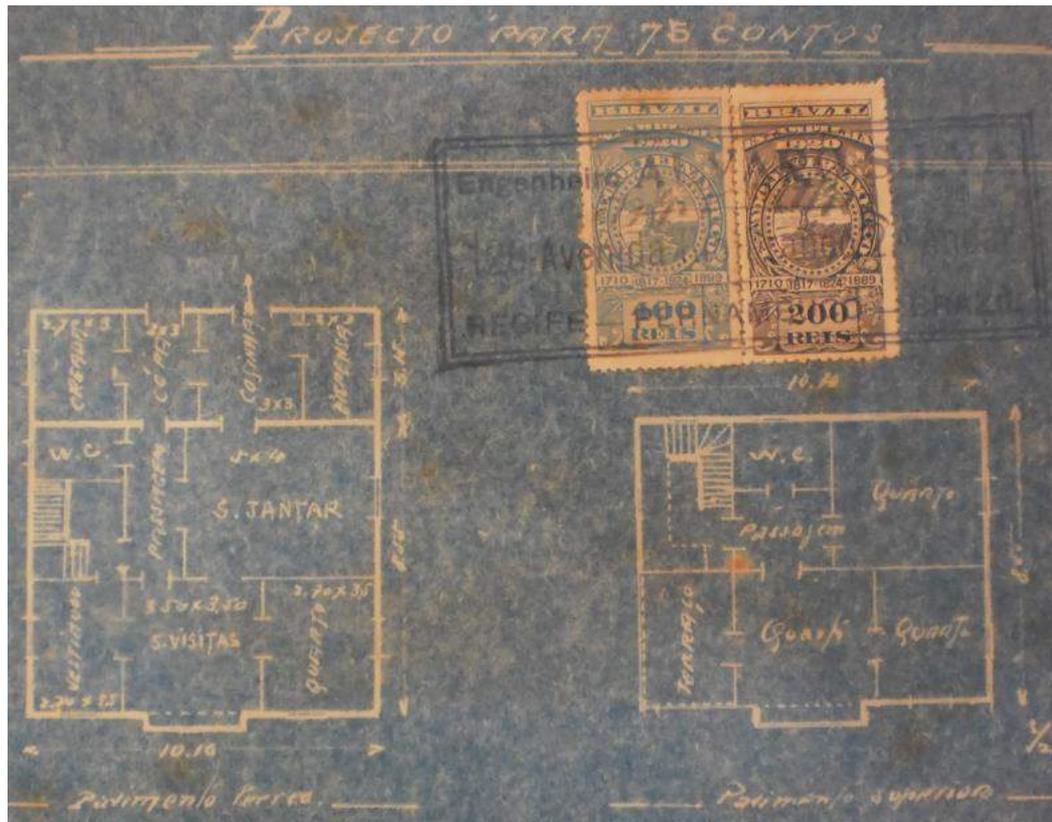


Figura 24. Planta de projeto de casa com alto padrão com aproximadamente 204, 52m². Fonte: ALEPE.

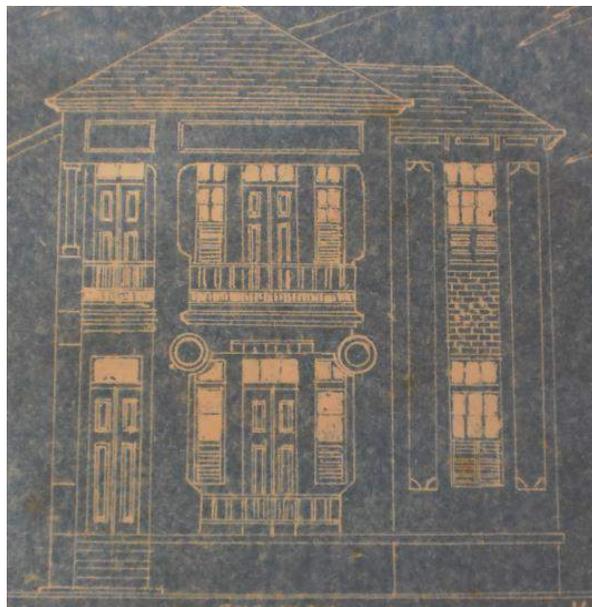


Figura 25. Fachada de projeto de casa com alto padrão com aproximadamente 204, 52m². Fonte: ALEPE.

Relevante destacar nas tipologias da maioria desses projetos peticionados à Assembleia, a presença da ideia higienista de marginalizar o banheiro na distribuição dos cômodos da casa. Era preferencial que ele ocupasse um local de menor contato com os demais cômodos e com a circulação dos moradores, quando não era simplesmente posto num espaço

externo à casa. Eram poucos os que previam a instalação dos banheiros em áreas mais centrais da residência.

A atuação do poder público a partir da década de 1920 passa a demonstrar, ainda que pontualmente, um comportamento distinto perante o problema da habitação. Prova disso foi a construção pela prefeitura da Vila do Arrayal, com 196 unidades, e onde se previa

a abertura de “ruas e praças sufficientemente espaçosas e também espaço para escolas, instalação de assistência, recreio para crianças e tudo o mais que modernamente requerem taes agrupamentos.”¹¹⁴

O acompanhamento da prefeitura na Vila do Arrayal foi realizada ao longo de mais de uma década, sendo executados serviços de cercamentos, colocação de bancos, reparos nas instalações sanitárias das casas. Como também foi expressado por vezes a dificuldade com o recolhimento do alugueis e dos atrasados, sendo até nomeados um banco para a coleta e depois um responsável direto que atendesse os interesses da prefeitura junto aos locatários.¹¹⁵ Fora uma experiência pioneira do poder público na produção de moradias, porém isolada e sem continuidade política.

Outra iniciativa foi empreendida pelo governo estadual, em 1924, por meio do *Departamento de Saúde e Assistência*, criando a *Fundação A Casa Operária* como forma de responder com uma ação direta do governo na criação de modelos alternativos em substituição aos mocambos. Para Medeiros, o mocambo era a prova da extrema pobreza que obstruía o desenvolvimento da cidade, um inimigo a ser combatido; crença bem distante da visão romantizada por escritores e artistas.

O conflito de posições surgia, portanto, em um momento no qual a questão da habitação passava a ser considerada não apenas um índice de avaliação do progresso material da cidade, mas também uma estratégia de soerguimento econômico de sua população.¹¹⁶

O público visado nas iniciativas da *Fundação* deveria ser atestado como de fato pobre, porém a almejada morada seria alcançada por meio de baixos alugueis. E para facilitar os trâmites necessários para o início das atividades, o governo autoriza o dispêndio de

¹¹⁴ MUNICIPIO do Recife. Exposição com que o Coronel Eduardo de Lima Castro, Prefeito do Recife abriu a 3a. Sessão Ordinária do Conselho Municipal em 16 de julho de 1920. apud LIRA. **Mocambo e Cidade**. p. 195.

¹¹⁵ GOVERNO do Estado. *Exposição apresentada ao chefe do Governo Provisório da Republica Exmº Sr. Dr. Getulio Vargas pelo Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Período Administrativo de Outubro de 1930 a Junho de 1933*. Recife: Imprensa Oficial, 1933.

¹¹⁶ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.p. 148.

100:000\$000¹¹⁷, tal investimento se refletirá no projeto e execução da vila operária *Paz e Trabalho*, na rua São Miguel, bairro de Afogados. Composta por 144 unidades em plano do próprio Medeiros, a vila viria a ser inaugurada em maio de 1925, cada unidade em alvenaria respeitaria preceitos básicos do higienismo – cômodos arejados e iluminados –, ademais seriam saneadas, e teriam água e luz.

Mesmo a casa mais pobre poderia ser confortável e graciosa sem os dispêndios de pé direito de 4 a 5 metros mas com janelas grandes. Alternativas seriam também apresentadas às fachadas baixas e lisas, pintadas de cores vivas das habitações populares tradicionais [...].¹¹⁸

As casas respondiam a três tipologias, as do tipo A eram consideradas as mais econômicas, pois eram agrupadas quatro a quatro, com isso, reduzindo gastos com paredes, muros, canalizações e telhados. As do tipo B estariam dispostas duas a duas, com sala, cozinha, quintal, banheiro e dois quartos. A terceira, de tipo C, tinha apenas um quarto, mas por estarem na esquina tinham uma loja comercial em frente. Com essa experiência, Medeiros fortalecia seu discurso político em prol da causa, em vista de tornar as experiências da fundação em modelos para aqueles que viriam a construir suas vilas.

Entretanto, a visão negativa de Medeiros quanto aos hábitos das classes pobres, futuras residentes da vila, ficaria representada num conjunto de medidas que regulariam e criariam novos costumes nos moradores.

De partida, a família residente devia ser constituída legalmente e seus membros, alfabetizados; a *Fundação* zelaria pelos conjuntos, mas nenhum morador poderia reformar ou modificar o espaço interno de suas casas; deveriam ser caiadas de branco, as paredes, não podendo receber pregos para pendurar retratos, enfeites, roupas, sacolas ou outros objetos; cuspir no chão ou criar animais estava terminantemente proibido; ao lado de todo um expediente de visitação e inspeção das moradias, de premiação dos melhores casos de obediência ao regulamento, a bebida alcoólica, as festas e palestras noturnas também eram abolidas. Alugada pelo Estado aos moradores, a habitação garantia o direito de impor um padrão de conduta novo já que as condutas tradicionais eram consideradas como perigosas.¹¹⁹

¹¹⁷ LEI de 1924. In LIRA, José Tavares C. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989.

¹¹⁸ MEDEIROS, Amaury de. Saúde e Assistência: Doutrinas, Experiências e Realizações. Recife: Imprensa Oficial, 1909. In: LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 198.

¹¹⁹ LIRA, José Tavares C. op. cit. p. 199.

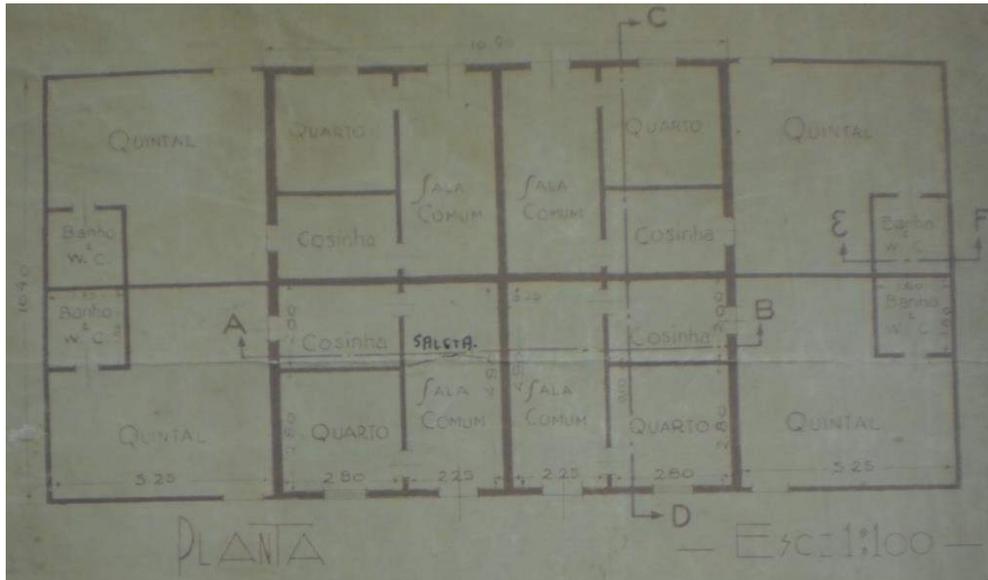


Figura 26. Planta das casas tipo A da vila operária Paz e Trabalho, composta por sala, cozinha, um quarto e banheiro externo, com 50,46m² de terreno e 27,62m² de área coberta. Fonte: APEJE.

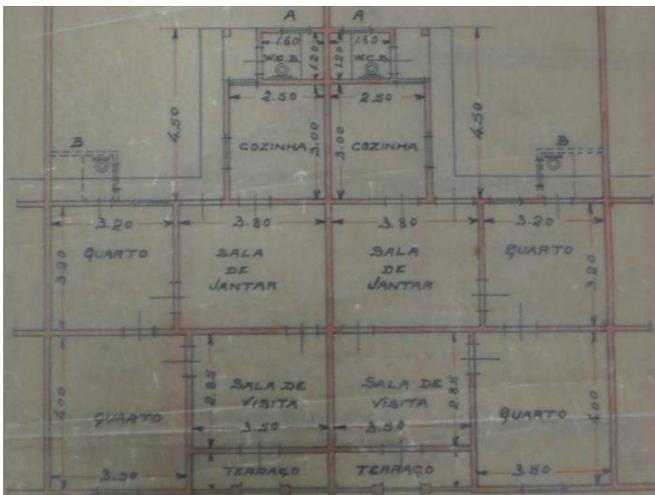
As atividades da *Fundação* iriam se encerrar em 1926, esta fracassara quanto aos seus objetivos de mudar o perfil das habitações na cidade e na melhoria do padrão de vida dos moradores de mocambos; no entanto, a estes, o problema nem sempre se passava pela qualidade da moradia em si, mas pela incerteza de nem tê-la. Constantes foram as querelas por cobranças de alugueis de mocambos e do aforamento, além das expulsões por atrasos. Moradores passaram a se organizar e disputar legalmente seus interesses. Caso representativo foi a do grupo de moradores de Afogados, os quais, em 1929, criaram a *Sociedade a Bem da Vila São Miguel dos Afogados*.¹²⁰

O poder público no final da década de 1920 e ao longo da de 1930 passaria a organizar ações voltadas para o auxílio técnico aos municípios no tocante a serviços de saneamento, abastecimento e melhoramentos urbanos, fosse a *Comissão de Melhoramentos Municipais* (CMM), o *Departamento Geral das Municipalidades* (DGM) ou a *Diretoria de Viação e Obras Públicas* (DVOP), passaram a não apenas auxiliar mas também a dotar o executivo estadual de informações mais precisas quanto à topografia dos municípios.¹²¹ Acrescenta-se a esse serviço, a criação e aprovação de modelos de habitação para operários, concebendo a partir do corpo técnico estadual os padrões aceitáveis de moradia popular. Nas atividades da CMM, percebe-se a atuação de engenheiros como F. Gouveia Moura, J. Cleophas, João Caminha, A. Rego Netto; enquanto que na seção técnica da DGM se apresentam profissionais

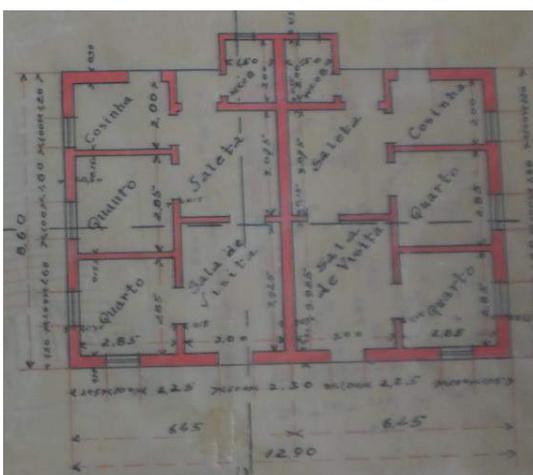
¹²⁰ BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Imprensa Universitária, 1965. p. 41.

¹²¹ LEIS de 1927 e 1928. In: LIRA, José Tavares C.. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989. p.123.

como Antonio Celso Uchôa Cavalcanti, Aurino Duarte, Durval Collares Vianna, Carlos Estevão Souza, A. Rego Netto; enquanto no corpo funcional da DVOP, Jeronymo de Azevedo Telles, Armando Soares Pereira, Isnard Martins, Argemiro Chaves, Odilon Lima de Souza Leão Filho, Paulo Almeida de Castro Filho, Israel Feldman, Nabôr Bezerra Cavalcanti, Cândido da Matta Ribeiro. Enfim, tais técnicos foram responsáveis por diversos projetos que passaram pelo executivo estadual, tanto para obras de infraestrutura no interior quanto moradias. Para Lira, as soluções para casas eram “tradicionais de plantas e quadras, técnicas convencionais [...] simplificadas decorativamente, que tanto poderiam ser propostas para cidades menores do estado quanto para os bairros operários da capital.”¹²²



Figuras 27 e 28. Planta e fachada do projeto de F. Gouveia Moura para casas operárias geminadas, com 59,82m² cada unidade. Fonte: APEJE.



Figuras 29 e 30. Planta e fachada para casas operárias aprovadas pelo Departamento Geral das Municipalidades. Fonte: APEJE.

¹²² LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado.** Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.123.

Outra iniciativa realizada nesse período foi a construção da *Vila Operária 4 de Outubro*, no bairro da Torre, próxima à fábrica de tecidos e junta a vários mocambos da área, exemplo de moradia a ser dado aos vizinhos. Com pequenos arruamentos entre as casas, foi projetada para 72 unidades distribuídas em 5 tipologias, acrescentados também 7 lotes para comércio. O custo total do projeto foi de 352:000\$000, composto por doações particulares e públicas, com a construção acompanhada pela Repartição de Obras Públicas do Estado, mas sob a supervisão e interesse do Departamento Estadual do Trabalho, comum ao contexto pós-revolucionário de 1930, em que o Ministério do Trabalho passaria a atuar na produção de moradias no país, em especial, através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

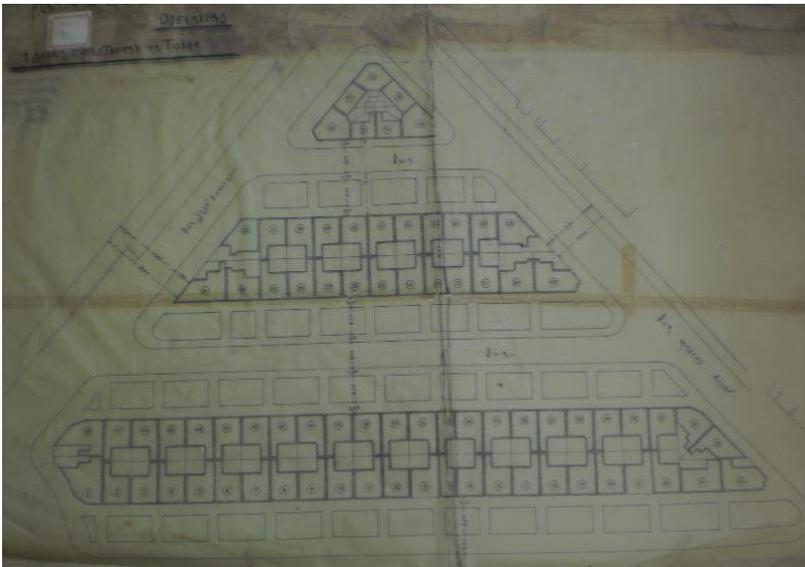


Figura 31. Planta da Vila Operária 4 de Outubro, bairro da Torre, encontro das ruas José Bonifácio e Marcos André. Fonte: APEJE.



Figura 32. Fotografia da Vila Operária 4 de Outubro. Fonte: Exposição do período administrativo de outubro de 1930 a junho de 1933. Imprensa Oficial, 1933.

2.3 A habitação nos planos da cidade

A cidade do Recife, até 1927, apresentara soluções urbanas de caráter pontual (excetuando as obras do bairro do Recife em início de século) e sem maior articulação entre o centro e os subúrbios, composta basicamente de linhas férreas e de bondes, o próprio rio, e de algumas estradas que integravam os arrabaldes ao centro.

Propostas para intervenções em escala para a cidade não eram novidades, Saturnino de Britto já havia lançado planos de saneamento envolvendo diversos bairros. A capital do estado passara a entender que existia a necessidade de um plano geral de expansão e remodelação, tal qual o da capital federal ou outras cidades no exterior, com capacidade de dotar o município de um funcionalismo moderno, integrando a cidade e atendendo as suas necessidades contemporâneas (transportes, moradias, saneamento, ordenação urbana), em suma, que a projetasse para um progresso vindouro próprio a uma metrópole.

Os estudos e planos apresentados por engenheiros em fins dos anos 20 e ao longo dos 30¹²³ retratam os anseios modernizadores de uma capital através de um urbanismo excludente. Ao passo que esses engenheiros disputam em seu espaço profissional a preponderância dos destinos urbanos da cidade, essa mesma urbe se remodela destruindo e apartando o morador do mocambo de sua integração com o que se arquiteta; constróem uma nova cidade sobre a que desejam extirpar. “Como manipuladores do ambiente físico, os urbanistas interessam-se basicamente pelo agente externo da interação que produz a imagem ambiental”¹²⁴, ou seja, preocupações sociais não nortearam o perfil e o alcance dos planos. Estender serviços básicos aos subúrbios poderia se tornar meio de gentrificar antigos moradores próximos aos benefícios ou o simples recurso para camuflar sua existência. Entretanto, ao mesmo tempo que se tenta excluir o cidadão indesejado, o poder público é obrigado, minimamente, a atendê-lo; o morador de mocambo, assim, encontra seus espaços de tolerância e traça meios de viver a urbe real.

Os planos criados seriam fruto do trabalho de uma elite técnica influente no estado, como também resultado de recomendações de outros engenheiros convidados ao longo da década de 1930. Entre eles estariam o grupo formado pelo *Club de Engenharia*, tais como

¹²³ A melhor publicação acerca desse tema no Recife é o livro resultante da dissertação de Joel Outtes. OUTTES, Joel. **O Recife preso à cruz das grandes avenidas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

¹²⁴ LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 8.

José Estelita, Manoel Antonio de Moraes Rego (ex-prefeito entre 1916 e 1920), Eduardo Jorge Pereira, Paulo Guedes Pereira. Outros envolvidos seriam Domingos Ferreira, funcionário da prefeitura e responsável por projetos de expansão realizados em alguns bairros; o engenheiro e prefeito pós-revolução de 1930, Lauro Borba (membro do *Club*), o deputado e engenheiro João Cleophas de Oliveira, João Pereira Borges (Diretor de Obras Públicas do Estado, empossado prefeito em 1934), Teixeira de Mello (Chefe da Divisão de Docas e Obras do Porto). Além deste, ainda têm seus nomes envolvidos com opiniões veiculadas, os engenheiros George Ribeiro, Brandão Cavalcanti, João Candido de Moraes, João Holmes, Heitor Maia Filho, o arquiteto Fernando Almeida, Tolentino de Carvalho, José Marianno Filho. Enfim, uma larga composição de profissionais que debateram a cidade em algum momento e que também marcaram nas disputas profissionais e políticas inerentes a planos de grandes dimensões.

Como afirmado, a partir de 1927, passam a surgir planos para a remodelação do bairro de Santo Antonio e para a expansão da cidade. Concebem o crescimento do perímetro urbano radialmente do centro aos subúrbios, sendo o bairro-chave a funcionar como centro receptor e difusor da vida citadina e o primeiro a ser remodelado nesse momento, o de Santo Antonio. Simbolizaria o progresso da capital, assim como fora o bairro do Recife anos antes, e diferentemente deste, buscaria agregar melhor o seu perfil comercial com suas áreas residenciais que substituiriam os desagradáveis pardieiros existentes.

Enquanto isso, áreas mais distantes, a oeste, do centro, no Jiquiá, passaria a atrair o interesse na instalação de bairros fabris, pelas condições de solo e ventilação que apresentava. Bairros com fábricas e vilas operárias em atividade poderiam ser atrativos para serem zoneados como bairros fabris, a exemplo do bairro da Torre.

Em seu plano, Nestor de Figueiredo, visava resolver um dos males urbanos que identificava no Recife: a má integração dos bairros. Propunha longas vias de penetração rumo aos bairros mais distantes, como também um sistema de perimetrais que articulariam os subúrbios, podendo acelerar a comunicação de bairros residenciais com os fabris ou descongestionar o centro como via de passagem. Embora busque ser funcional e favorável ao desenvolvimento do capital, o plano de Figueiredo é mais radical quanto à distribuição das moradias pela cidade. Previa a criação de três zonas residenciais: a primeira (Principal) estaria mais regulamentada quanto ao tamanho dos lotes, gabaritos, recuos, ainda mais pela visibilidade por estar junto à zona comercial.

A zona dos bairros-jardins seria quase um cinturão residencial verde a envolver os subúrbios de áreas despovoadas. Visado para conter a maioria da população, seria organizado a partir de residências em grandes lotes, o que indica ser uma área descompromissada a atender o problema das moradias populares se for levado em consideração que a concepção de grandes lotes não busca adensamento humano, tal qual eram as formulações que nortearam a formação das cidades-jardins na Inglaterra. Além disso, apesar do preço da terra nos arrabaldes despovoados ser mais baixo, o custo poderia ser elevado a trabalhadores de renda menor.

Associada a esse projeto de residências em bairros-jardins, a cidade ganharia um extenso sistema de bosques, parques e jardins. Margeariam canais e o rio Capibaribe, inclusive para delimitar as zonas do plano. “No bairro dos coelhos, na extremidade da ponte projetada haveria mais um bosque em substituição aos mocambos ali existentes, também em terrenos de marinha.”¹²⁵ Além de em Dois Irmãos ser criado um bosque público, bairros populares ou detentores de terrenos desocupados fariam parte de “um conjunto de 10 *parkways* distribuídos pelos bairros de Santo Amaro, Campo Grande, Madalena, Cordeiro, Casa Forte e Giquiá, completando assim o sistema de áreas verdes.”¹²⁶

A última zona residencial estaria após esse complexo de áreas verdes planejadas e moradias de organizados bairros-jardins. Destaca Joel Outtes:

A periferia do Recife, abrangendo uma vasta área, constituía a zona rural. A legislação nessa zona deveria facilitar a construção de habitações populares e melhorar as condições de trabalho na lavoura. Para essas habitações seriam concedidas permissões para o uso de material existente no local, em sua construção, desde que salubres. Vários tipos de residências rurais seriam estudadas e fornecidas sem ônus aos lavradores. A proposição dessa zona constitui um ensaio planejado de segregação sócio-espacial, localizando as classes populares afastadas do centro urbano.¹²⁷

O plano de Figueiredo ainda seria avaliado e criticado por outros profissionais, como os urbanistas paulistas Washington de Azevedo, Francisco Prestes Maia e pelo fluminense Atílio Corrêa Lima. Para Azevedo, o plano apresentado peca quando defende a urbanização por aterros e o custo que isto representaria ao proprietário. “A seu ver, seria pouco provável que o comprador abandonasse o centro com canalizações, transporte e outros serviços, para

¹²⁵ OUTTES, Joel. op. cit. p. 103.

¹²⁶ Ibidem. p. 103.

¹²⁷ Ibidem. p. 102.

construir em zonas de aterro, onde as fundações são de custo muito elevado.”¹²⁸ Essa linha de análise é próxima a atribuída por Atílio Corrêa Lima, o qual discordaria da

proposição de uma rede extensa de ruas ocupando áreas de mangues na Ilha do Leite, Joana Bezerra e do Maruim e nos bairros do Afogados, Remédios, Cordeiro, Casa Forte, Tamarineira, Arruda, Peixinhos, Campo Grande e Santo Amaro [...].¹²⁹

Quanto aos mocambos, Azevedo e Prestes Maia, entendem como um tipo de habitação superior em qualidades aos pardieiros encontrados em Santo Antonio e São José; no olhar de Azevedo, “uma moradia transitória das populações rurais que imigram para a capital, deveriam ser toleradas na periferia e tomadas medidas que os migrantes, uma vez empregados, encontrassem alternativas de moradia [...]”.¹³⁰ Corrêa Lima, critica Figueiredo por não abordar tal problemática, acreditando ser de viés econômico, propondo inclusive a execução de um inquérito sobre as condições de vida do proletariado, “a fim de que fossem criadas leis de desapropriação e planos de financiamento com a participação do setor privado, governo federal e instituições de beneficência.”¹³¹ Essa proposição de Lima antecipa a concepção da *Comissão Censitária dos Mocambos do Recife*, de 1938, o qual publicaria no ano seguinte revelador estudo sobre a dimensão e realidade da vida do mocambeiro na capital.

A atenção com os efeitos relacionados a processos de remodelação de bairros não era a preocupação da maioria dos planos existentes, prova disso é o próprio bairro de Santo Antonio, cuja desapropriação e demolição de dezenas de prédios deslocou pessoas que ali moravam e trabalhavam, que geravam vida social num local que passou a concentrar o setor de serviços de padrão mais elevado; tais trabalhadores de baixa e média renda iriam se deslocar para bairros menos especulados pelo mercado formal. Aliás, a especulação é fator diretamente associado à periferização popular. Em petição proveniente da *Almeida Lisboa & Companhia Limitada*, em agosto de 1928, a requerente deixa clara seu interesse na construção de 35 prédios para moradia, no que seria a principal zona da cidade. Seria uma edificação a dar uma nova imagem da cidade:

Serão todos elles de cimento armado, tres pavimentos pelo menos, fachadas monumentaes e obedecerão a todas as exigencias modernas de segurança, conforto e esthetica que forem determinadas pelos poderes competentes. [...] A remodelação do Bairro de Santo Antonio não pode resumir-se na demolição dos pardieiros e casebres

¹²⁸OUTTES, Joel. op. cit. p. 111.

¹²⁹ Ibidem. p. 123.

¹³⁰ Ibidem. p. 112.

¹³¹ Ibidem. p. 125-126.

nelle existentes. É preciso assegurar-se previamente as novas construções dignas da cidade.¹³²

Entre os planos apresentados o que apresenta mais capacidade de análise sobre a moradia é o elaborado por Atilio Corrêa Lima. Passa a atribuir à qualidade do terreno em que o mocambo está edificado os males ou não à saúde do morador, ainda mais após avaliar que em Afogados, mesmo menos ocupado que Beberibe, havia maior mortalidade que este último por se encontrar sobre os mangues, diferentemente de Beberibe, com pequena elevação do solo. Segundo Outtes,

analisando o movimento de construções na cidade por tipo de material utilizado, Corrêa Lima observa o aumento da construção em alvenaria, além da estagnação da construção em taipa e do quase desaparecimento da construção em madeira. Ao considerar que quem habitava em construções de alvenaria eram as classes média e alta, cabendo aos pobres a moradia em pardieiros, ruínas e casas de taipa ou madeira, o urbanista conclui que havia um agravamento das condições de vida dos pobres. O desaparecimento das construções em madeira atribuíam-se à carência deste material. Contudo, a diminuição das construções em taipa não significava melhoria das condições de vida. Pelo contrário, se a população vinha crescendo e cada período de seca ou más colheitas no interior gerava uma emigração que não retornava ao lugar de origem, o excedente populacional estaria se localizando nos mocambos e pardieiros existentes, através da locação e sub-locação de cômodos. O aumento da densidade contribuía para o agravamento dos problemas social e sanitário da cidade.¹³³

Ainda para o urbanista, essa solução se passaria pela aliança público-privada. O poder estadual com isenção de tributos, junto com isso, o município realizaria também a infraestrutura urbana, cabendo à filantropia a captação de recursos, com o lucro das empresas limitado para garantir casas com baixo custo repassado. Como bom entusiasta que era da Arquitetura Moderna, propunha às habitações da classe média, o modelo de superquadras equipadas com comércio e composta por casas e edifícios com apartamentos.¹³⁴

Marco desse urbanismo com um olhar voltado para o centro, mas que ao mesmo tempo é referencial para uma ordenação para as edificações da cidade, seja de casas, fábricas, comércios, equipamentos de lazer, arruamentos, zoneamento; enfim, o qual retrata um aperfeiçoamento das instituições em tentar conceber a cidade em sua escala global, e não apenas de ações setoriais é o *Regulamento de Construções*, de 12 de Agosto de 1936.¹³⁵

Essa legislação passava a conceber a cidade a partir de quatro zonas. A primeira se estendia do Bairro do Recife, da Cruz do Patrão, até a rua Gervásio Pires, na Boa Vista. Seria

¹³² Petições à Assembleia Legislativa de Pernambuco, 20 de Ago. 1928. Caixa 180.

¹³³ OUTTES, Joel. op. cit. p. 160.

¹³⁴ Ibidem. p. 161.

¹³⁵ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936.

predominantemente comercial, com restritas áreas residenciais. Tida como principal, permitia um gabarito maior dos edifícios diante de lotes menores.

A segunda zona, a urbana, envolvia os bairros de Santo Amaro, Espinheiro, Graças, Aflitos, Torre, Madalena, Afogados, Cabanga, Ilha do Leite e parte da Boa Vista.¹³⁶ Seus loteamentos não poderiam superar 12m de frente e 360m² de área. Mas havia condições especiais que permitiam lotes com até 600m² e 15m de frente (padrão da zona rural), nas avenidas Rosa e Silva e Rui Barbosa, assim como beneficiava lotes em outras zonas, como nas avenidas Boa Viagem, Herculano Bandeira, 17 de Agosto, Malaquias, Caxangá, Beberibe, Estrada do Arraial, Bernardo Vieira, Benfica e a Rua do Hospício.

A zona suburbana abarcaria parte de Santo Amaro (entre a ponte do Limoeiro e o Tacaruna) e parcela de Campo Grande, seguindo para a Encruzilhada, Rosarinho, Tamarineira, Casa Amarela, Monteiro, Apipucos, Cordeiro, Bongí e parte de Afogados. Envolveria também os “povoados” de Areias, Peres, Sancho, Tejipió, Coqueiral, Caxangá, Várzea, Pina, Boa Viagem, Setúbal, Arruda, Água Fria, Fundão, Porto da Madeira e Beberibe; acrescentando as vias públicas servidas por bondes num raio de 300 metros para cada lado.¹³⁷ Além disso, nessa zona, todos os lotes sem edificação voltados para as linhas de bonde deveriam ser murados e caiados. Percebe-se que esse recorte envolvia a maioria das zonas de expansão humana da cidade, locais que já concentravam significativo número de mocambos e continuavam a receber moradores oriundos do interior ou de bairros mais urbanizados, deslocados pelas desapropriações e busca por lugares menos controlados pelo poder público.

A zona rural constituiria todas as localidades não citadas nas anteriores, ficando o seu estudo e sua divisão em subzonas para após o plano geral de remodelação da cidade, onde se receberia indústrias e residências, não sendo objeto de maiores recomendações do governo no momento.

Observando-se como se daria a ocupação do solo, as tipologias construtivas, o grau de recomendações para cada uma, percebe-se uma lei e concepção urbana radial¹³⁸, cuja cidade no centro constrói o perfil adensado, com lotes menores, edifícios mais elevados, construções em alvenaria, em harmonia estética, com arruamentos calçados, saneamento, abastecimento, maior cobertura da iluminação pública. Paulatinamente, ao avançar de uma zona a outra, a

¹³⁶ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 8.

¹³⁷ *Ibidem*. p. 9

¹³⁸ Joel Outtes, ao avaliar o mesmo fenômeno, entende como uma concepção de “cidade mono-nuclear”. OUTTES, Joel. op. cit. p. 144.

altura mínima das edificações se reduz tal qual o seu adensamento em lotes cada vez maiores, na redução das exigências na forma de construir a casa, mais preocupados com a estética e a higiene, exigindo recuos ante os arruamentos (exceto na zona principal), pinturas sem exageros de cores nas fachadas, coberturas não-metálicas, elevação dos pisos, com esgotamento ou fossa séptica. No geral, encaixava-se no perfil urbanístico no período getulista, cuja lei ganha caráter político, capitais monumentais nos centros, familiarizadas com a arquitetura de regimes autoritários na Europa à época ou com a modernidade da cidade verticalizada.

Por fim, esse regulamento fortalece a tendência a marginalizar os moradores de casas de madeira ou taipa.¹³⁹ Tanto no centro como na área urbana as casas de taipa não poderiam ser construídas, reconstruídas, reformadas ou melhoradas; se convertidas para alvenaria, só em lotes legalizados. Ainda que tolerados na zona suburbana, não podiam estar a menos de 5m dos arruamentos e nem existirem nas imediações de ruas pavimentadas ou de linhas de bondes.¹⁴⁰ Outrossim, era negada a aplicação de tijolos no tapamento das paredes, sendo cabível apenas reparos às casas existentes. As casas de madeira só poderiam existir na zona rural e na Ilha do Pina, e ainda assim, também a 5m das ruas. Do mesmo modo das de taipa, não poderia a casa exceder 60m² de cobertura.

As vilas operárias só se edificariam se ligadas a indústrias e propostas por empresa, sociedade ou particular que se comprometesse a construí-las. Também eram toleráveis se tivessem cozinhas com 4m² (enquanto o mínimo exigido para as demais residências em alvenaria era de 5m²) em plantas com até 50m². O regulamento não se prolonga nesse tema.

141

Portanto, um modelo de urbanismo fora adotado, o qual, ao menos no campo da ocupação territorial, excluía o morador de baixa renda para áreas menos especuladas pelo mercado imobiliário formal e distantes das obras de embelezamento empreendidas pelo governo. Complexo explicar de que forma tais ações poderiam significar um objetivo organizado na concretização desse modelo. No entanto, ao longo das décadas de 1930 e 1940,

¹³⁹ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 11, 56 – 57.

¹⁴⁰ Essa aplicação do recuo seria mediante a pavimentação ou alcance das linhas de bondes, mas para casas que antedem tais obras é muito difícil o morador abrir mão de reduzir a área útil da casa, além de ser hábito comum, em vários bairros, de se construir casas próximo a via, constituindo assim uma regra de difícil aplicação em áreas periféricas.

¹⁴¹ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 58.

diversas obras – a exemplo as de calçamento, ajardinamento, demarcação de loteamentos, abertura e alargamento de ruas – denotariam o prosseguimento desse projeto no Recife.

Entende-se o papel e função de obras como o calçamento, na sua capacidade de representar uma imagem que se projeta da cidade por meio de suas vias, de acordo com a defesa de Kevin Lynch ao estudar a realidade norte-americana:

As vias são os canais de circulação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial. Podem ser ruas, alamedas, linhas de trânsito, canais, ferrovias. Para muitas pessoas, são estes os elementos predominantes em sua imagem. Os habitantes de uma cidade observam-na à medida que se locomovem por ela, e, ao longo dessas vias, os outros elementos ambientais se organizam e se relacionam.¹⁴²

Para o Recife do período, gerar melhorias públicas representaria um processo de elitização de áreas já ocupadas ou visadas por segmentos mais abastados. A própria regulamentação para o zoneamento da cidade já indicava algumas das vias que representavam àquele instante os limites da cidade valorizada, especulada e que participavam da imagem da urbe compartilhada pelas elites locais:

[...] contorna o Cajueiro até a ponte Grande da Madalena, atravessa esta ponte, toma a direção da Ilha do Retiro, contornando-a, segue pela cambôa até a ponte da Estrada dos Remédios, continúa por esta Estrada até a rua do Bemfica, praça João Alfredo, rua Real da Torre, rua Conde de Irajá, ponte da Torre, avenida Rui Barbosa, avenida Malaquias, Avenida Rosa e Silva, rua Conselheiro Portela, avenida João de Barros, avenida Visconde Suassuna, rua Visconde de Camaragibe, avenida Cruz Cabugá, avenida Norte e ponte de Limoeiro.¹⁴³

Encontra-se projetos assinados por Domingos Ferreira a respeito da definição do trajeto de partes dos bairros da Madalena e da Torre, desenhados sobre as casas em alvenaria e mocambos existentes, com seus arruamentos nem sempre largos e regulares o suficiente para os padrões técnicos comumente adotados. Enfim, ruas foram abertas, outras já existentes receberam ordenamento e alargamento, além de vias consideradas importantes ao fluxo terem sido calçadas. Tal processo da atuação pública em melhorar o padrão das vias poderia ser interpretado como uma extensão de suas ações para além do centro, entretanto se configuram como intervenções que priorizam bairros em paulatina elitização; ademais tais obras reforçam esse enobrecimento estético e social: “Nos atuais arruamentos de casas de taipa, quando forem executadas obras de calçamento definitivo, só será permitida a construção de alvenaria em lotes de dimensões legais.”¹⁴⁴

¹⁴² LYNCH, Kevin. op. cit. p. 52.

¹⁴³ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 9.

¹⁴⁴ **REGULAMENTO de Construções**. Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 14.

Esse processo de extensão da ordenação urbana aos subúrbios pode ser encontrado nos registros fotográficos do calçamento das ruas Real da Torre (antes Estrada da Torre, Madalena, 1941), Conde do Irajá (Torre, 1941), Barão de Itamaracá (Espinheiro, 1944), Afonso Batista (Espinheiro, 1947), Avenida Beberibe (1947), ruas Visconde do Livramento (Derby, 1948), rua Santo Elias (Espinheiro), Estrada dos Remédios (Afogados, 1944), rua 48 (Espinheiro), rua Alfredo de Medeiros (Espinheiro, 1948), Estrada de Belém, Avenida Saturnino de Brito (Cabanga, 1941), Cruz Cabugá (Santo Amaro, 1948), rua Visconde de Goiana; asfaltamento da rua Benfica (Madalena, 1933), Rua Marcilio Dias (hoje em Campina do Barreto, 1933), rua 4 de Outubro (Derby, 1936).¹⁴⁵

Na exposição de Carlos de Lima Cavalcanti em 1936 a respeito das obras nas vias públicas há as menções:

Rua Conselheiro Portella, ligando os Afflictos á Encruzilhada e servindo a uma zona optimamente edificada; [...] *Rua Real da Torre e Rua Conde de Irajá*, constituindo ligação entre a praça João Alfredo e a ponte da Torre. Este serviço, recebido com manifestações de sympathia pela imprensa e pela população, resolve, de facto, um velho e difficil problema da cidade. Elle trará ao arrabalde da Torre novo surto de progresso, bastando dizer que á margem dessa extensa avenida constatou-se ultimamente nada menos de 21 construcções em andamento.¹⁴⁶

Percebe-se em tais fotografias e em outras do período a predominância de construções em alvenaria no alinhamento das ruas. Esses arruamentos transformam-se em realizações da proposta modernizante na capital, que, entre os desdobramentos, está a periferização dos mocambos e a proteção/valorização de áreas onde residiam as elites da capital. As vias desses locais passam também a se comportar como pontos nodais da expansão formal urbana e de sua elitização. Em geral, essas obras concentradas em bairros adjacentes enobrecidos, destacam um processo em que as elites se identificam cada vez mais com eles. Segundo Lynch, “existem outras influências atuantes sobre a imaginabilidade, como o significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo o nome.”¹⁴⁷ Não por acaso, bairros como Madalena, Torre, Espinheiro, Derby e Boa Vista ao longo das décadas seguintes

¹⁴⁵ A identificação com as fotos das ruas e respectivas datações das obras pode-se encontrar no Livro I de Tombos do acervo fotográfico do Museu da Cidade do Recife. Ver também referências em GOVERNO do Estado. **Exposição apresentada ao chefe do Governo Provisório da Republica Exmº Sr. Dr. Getulio Vargas pelo Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Período Administrativo de Outubro de 1930 a Junho de 1933.** Recife: Imprensa Oficial, 1933.

¹⁴⁶ GOVERNO do Estado. **Mensagem apresentada pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti á Assembléia Legislativa de Pernambuco a 1º de Agosto de 1936.** Recife: Imprensa Oficial, 1936. p. 146.

¹⁴⁷ LYNCH, Kevin. op. cit. p. 51.

atrairiam edificações tidas como “nobres casarões imperiais, palacetes deste século e modernas residências em estilo funcional.”¹⁴⁸



Figura 33. Calçamento e casario da Rua Santo Elias (Espinheiro), 23/08/1941. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 380.



Figura 34. Pavimentação e casario da Conde do Irajá, [1941?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 383.

¹⁴⁸ROCHA, TADEU. **Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)**. 3ª ed. Recife: Gráfica Ipanema, 1967. p. 100-101. A primeira edição desta publicação ganhou o 1º Prêmio “Cidade do Recife” no triênio 1956 – 1959.



Figura 35. Calçamento e casario da Rua Real da Torre, 23/08/1941. Fonte: Museu da Cidade do Recife, Tombo 387.

Outro importante indício da valorização que se passou nesses bairros adjacentes ao centro são os inúmeros anúncios de casas para venda ou aluguel nas décadas de 1930 e 1940, os quais demonstram o padrão dessas residências, preços e localização, certamente era o perfil de moradia que atendia a classes mais abastadas da cidade. Faria parte das estratégias dos negócios destacar as diversas qualidades do bairro e as vantagens oferecidas: “Alugam-se dois ótimos quartos com refeições na PENSÃO SELETA, á rua Barão de Itamaracá. n. 80, no aristocrático bairro do Espinheiro – onibus e bonde a porta.”¹⁴⁹ Em geral, o valor dos aluguéis e dos imóveis postos a venda nesses bairros valorizados eram mais elevados que noutros bairros mais distantes. Eram alguns dos anúncios:

Espinheiro – a casa na rua São Salvador, 120, com duas salas, tres quartos internos e dois externos, tres terraços, copa, cozinha com fogão a gaz, [...] banheiros, portões livres e garage. Aluguel – 450\$. Chaves na casa junta.¹⁵⁰

Aluga-se – Casa moderna com todo conforto, 2 saneamentos, garage, com 1º andar, boas instalações, agua aparelho e eletricidade sita á rua Amelia n. 445 Aflictos [...].¹⁵¹

¹⁴⁹ Casas, terrenos, propriedades. **Diario de Pernambuco**. 30 nov. 1945.

¹⁵⁰ Casas, terrenos, propriedades. **Diario de Pernambuco**. 11 set. 1940.

¹⁵¹ Casas de Aluguéis. **Diario de Pernambuco**. 04 jan.1934.

Casa no Espinheiro – Vende-se uma com 3 quartos internos; 1 externo; sala de visitas; sala de estar; copa; cozinha; dois terraços; dois saneamentos. Preço Cr\$ 100.000,00. Rua Carneiro Vilela – Tratar com Acantellado. Rua da Imperatriz n.º 35 – 1.º.¹⁵²

Outro aspecto relevante é quanto às dimensões dos imóveis, muitas vezes situados em lotes que em muito excediam os padrões delimitados pelo zoneamento. Não era raro de se identificar lotes de grande porte em avenidas como Rui Barbosa e Rosa e Silva, ou em áreas com o mercado imobiliário aquecido. Portanto, ao se deparar com a realidade do mercado, a legislação muitas vezes era tratada como letra morta, diante da liberdade dada pelo poder público ao mercado formal de imóveis tanto da iniciativa privada individual ou organizada por companhias e bancos.

Casa – Vende-se uma em Casa Amarela, pelo preço Cr\$ 90.000,00. Com 3 quartos internos; 2 externos; 2 saneamentos; terraço; terreno proprio medindo 44 metros de frente, por 155 de extensão. A tratar com Luiz Mendes – Rua Padre Ramos n.º. 147 – Casa Amarela.

Casa no Espinheiro – Entrega Imediata – Vende-se uma construída recentemente num terreno de 24 metros de frente com 5 quartos. Ótimo saneamento, fogão etc, Também poderão fazer parte do negocio, alguns moveis novos que estão na mesma [...].

Propriedade “Araçá” – Vendem-se lotes de 8, 10, 12 e 15 hectares. Distante da cidade 20 minutos, com magnífica estrada de paralelepípedos quase as portas. Luz, água e telefone. Clima admirável. Preços excepcionais. Para maiores detalhes tratar no Banco Comercio e Industria de Pernambuco com Mauricio Carneiro [...].¹⁵³

Ademais, estão nos serviços outros indícios dessa diferenciação formada entre os bairros, a exemplo os tipos de bondes, os tinham dois padrões básicos para as áreas que atendiam: o mais barato, simples, aberto nas laterais, por onde se carregavam os balaios e cuja descida realizada em movimento gerava constantes quedas, era conhecido como *Loré*, este tipo de bonde cobria diversos bairros populares como Tejiipió, Beberibe, Dois Irmãos, Várzea; de tão popular, seria lembrado em música de Capiba: “Você diz a todo mundo que é milionária,/ Mas só lhe vejo andando a pé, /Essa mania de mentir, meu bem, não convém, /Viaje ao menos na loré”.¹⁵⁴O outro bonde, mais requintado e luxuoso, fechado nas laterais, o qual parava para subida e descida dos passageiros, popularmente chamado de *Cristaleira*, tinha entre os bairros que cobria o da Madalena. Até a concentração do perfil dos nomes das ruas apresentam a feição de sua ocupação, tanto pelo título que carregam quanto pelas pessoas

¹⁵² Casas, terrenos, propriedades. **Diário de Pernambuco**. 30 nov. 1945.

¹⁵³ Casas, terrenos, propriedades. **Diário de Pernambuco**. 30 nov. 1945

¹⁵⁴ SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina**: povo, cultura, memória. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire; Produção Alternativa, 1990.

que homenageiam: Conde do Irajá, Barão de Itamaracá, Conselheiro Rosa e Silva, Rui Barbosa, Real da Torre, Visconde do Livramento, Marquês do Paraná etc. Portanto, cria-se uma imagem de valor a tais bairros em detrimento das habitações indesejadas empurradas para periferias mais distantes do centro.

Enfim, vale destacar trecho em que Tadeu Rocha descreve o percurso entre a Jaqueira e a Madalena, onde símbolos da modernidade e tradição ainda convivem com perfis de moradias indesejadas:

Depois de vêr o rio, a capela e as árvores frondosas da Jaqueira, voltamos pela Av. Rui Barbosa em direção ao Museu do Estado, a fim de cruzar o Capibaribe, pela ponte da Tôrre. [...] A primitiva capela foi substituída por uma igreja, que hoje é a matriz da Paróquia da Tôrre.

A rua que se segue à ponte é a Conde de Irajá, que nos deixa ver à esquerda, na beira do rio, alguns mocambos e um lindo casarão do século passado. À nossa direita, fica o Iate Clube do Recife. Quando subimos um pouco de altitude, na Conde de Irajá, encontramos a Rua Real da Tôrre, que tomamos à esquerda, ao lado de um templo da Igreja Batista. Por esta rua, logo alcançamos o bairro vizinho, passando diante do Mercado da Madalena. Este também é conhecido pelo nome de “Bacurau”, por ter funcionado à noite, durante algum tempo.

A Rua Real da Tôrre, com os seus novos prédios e as suas velhas casinhas de Taipa, conduz-nos à Praça João Alfredo [...].¹⁵⁵

2.4 A expansão da cidade formal

O *Regulamento de Construções* entendera que o alcance de serviços públicos como linhas de bondes e pavimentação eram meios para segregar mais as habitações populares. Essa concepção vigorava num contexto em que a cidade passava a investir no alargamento dos seus serviços urbanos, algo que não deveria ser interpretado como excludente, pois encetaria em melhores condições para circulação urbana e acesso a recursos materiais.

À medida que os bairros se adensavam, necessidades básicas eram levantadas. Por exemplo, em 1929 os bairros do Beberibe, Coqueiral, Arruda e Tijipió¹⁵⁶ foram integrados ao Recife. Nos anos que se seguiram, foi pavimentada a estrada que ligava o centro do Recife até Tejipió, passando por Afogados, ligando assim importantes áreas populares. Tejipió ainda viria a ter um mercado público e um comissariado na década de 1930. Outra estrada que visava interligar melhor os bairros era a conhecida como “Volta ao Mundo”, ligando a

¹⁵⁵ ROCHA, TADEU. op. cit. p. 102 – 103.

¹⁵⁶ MUNICÍPIO do Recife. **Exposição com que o Prefeito do Recife, dr. Francisco da Costa Maia, no dia 24 de Fevereiro de 1929, abriu a 1ª sessão ordinária do Conselho Municipal do Recife.** Recife: Imprensa Oficial, 1929.

Caxangá até Dois Irmãos.¹⁵⁷ Igualmente destacado pelo governo eram as obras de pavimentação de ruas. Além do centro do Recife, os bairros do Espinheiro, Encruzilhada, Graças, Afogados, Madalena, Torre, Santo Amaro teriam ruas abertas, alargadas, calçadas, inclusive algumas com asfalto, nos anos que antecederiam a interventoria de Agamenon Magalhães.



Figura 36. Pavimentação da estrada de Tejipló. Fonte: GOVERNO do Estado. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado de Pernambuco pelo Dr. João Cleofas de Oliveira, Secretario da Viação, Obras Publicas, Agricultura, Industria e Comercio, 1932.** Recife: Imprensa Oficial, 1933. p. 13.



Figura 37. Detalhe do Plano de Arruamentos de parte de *Magdalena e Torre*, assinado por Domingos Ferreira. [193-?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

¹⁵⁷ SECRETARIA de Viação e Obras Públicas. Diretoria de Viação e Obras Públicas. Recife, 30 de Junho de 1945. Ofício N° SV-1-1458. APEJE.

Nesses projetos de expansão e arruamentos da cidade, ruas inteiras foram projetas sobre áreas com mocambos e casas de alvenaria, sendo necessária a desapropriação de várias delas ao longo das décadas de 1930 e 1940, trabalho este facilitado com a Liga Social Contra o Mocambo. Ficaria a critério do projetista se o traçado adaptaria a organização pré-existente ou simplesmente cortaria áreas inteiras. É um planejamento racionalista que atua sobre o espaço urbano. Nesse processo, o urbanismo excludente do centro se reafirma nos subúrbios do Recife.

Esse comportamento que previa na destruição a superação do traçado urbano anterior foi recorrente entre os urbanistas que atuaram no Recife no período, segundo Piccolo Loretto, seria a aplicação direta do princípio da *tabula rasa*, presente nos planos e obras de remodelação do Bairro de Santo Antônio, todos com elevada área de destruição em nome da circulação, salubridade e rompimento com a estética colonial, por uma nova cidade. Assim, “pode-se observar que os urbanistas, no Recife, durante as décadas de 1930 e 1940, ocuparam um lugar privilegiado na cidade, sendo responsáveis pelo que deveria permanecer e pelo que deveria ser apagado permanentemente.”¹⁵⁸

O governo mostrava seu conhecimento e interesse na cidade quando investia vilas operárias, grupos escolares, na regularização de feiras como a do Arruda e de Água Fria, instalação de chafarizes nos Coelhos e Beberibe, açougue (Arruda) e matadouro públicos (Peixinhos). Exemplo era o atendimento das linhas de bondes, cuja capilaridade era fundamental para a reprodução do trabalho, cuja diversidade de linhas cobria bairros distantes do centro urbano, sendo seus caminhos o mesmo trajeto da expansão da rede elétrica na capital. Entretanto, esse mesmo governo não era capaz de inserir os extratos sociais populares na participação sobre os destinos da capital ou de gerar incentivos para melhoramentos das habitações.

Apesar dos engenheiros atuantes no Recife deterem expressivo conhecimento acerca das realizações da Arquitetura Moderna quanto ao urbanismo e sua integração com a moradia mínima, para nossa realidade

¹⁵⁸ LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios**: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquetônicos no Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p. 107.

A habitação mínima não constava no discurso dos urbanistas. A casa operária ou popular apareceu como contraponto do mocambo e não representava sentidos de justiça e igualdade social.¹⁵⁹



Figura 38. Detalhe da Planta da Viação Elétrica do Recife. Empresas Elétricas Brasileiras S.A. c. década de 1940, em equivalência à planta de 1945 das linhas dos bondes na cidade. Fonte: APEJE.

CAR ROUTES

LINHAS DE BONDES

1	<i>Barra – 1ª e 2ª Classe</i>	19	<i>Olinda – 1ª Classe (Faról)</i>
2	<i>Água Fria – 1ª Classe</i>	20	<i>Hospital Pedro II – 1ª Classe</i>
3	<i>Aflitos (circular) – 1ª Classe</i>	21	<i>Prado - 1ª Classe</i>
4	<i>Bôa – Viagem – 1ª e 2ª Classe</i>	22	<i>Pina - 1ª Classe</i>
5	<i>Beberibe – 1ª e 2ª Classe</i>	23	<i>Ponte d’Uchôa - 1ª Classe</i>
6	<i>Casa Amaréla – 1ª Classe</i>	24	<i>Santo Amaro - 1ª Classe</i>
7	<i>Campo Grande – 1ª Classe</i>	25	<i>Torre (Circular) - 1ª Classe</i>
8	<i>Campo Santo – 1ª Classe</i>	26	<i>Tejipiô – 1ª e 2ª Classe</i>
9	<i>Porto da Madeira - 1ª e 2ª Classe</i>	27	<i>Várzea – 1ª Classe</i>
10	<i>Derbi – (circular) – 1ª Classe</i>	28	<i>Zumbi - 1ª Classe</i>
11	<i>Dois Irmãos – 1ª Classe</i>	29	<i>Bôa-Viagem – 2ª Classe Indep.</i>
12	<i>Espinheiro – 1ª Classe</i>	30	<i>Rua do Lima - 1ª Classe</i>
13	<i>Iputinga – 1ª Classe</i>	31	<i>Várzea – 2ª Classe Indep.</i>
14	<i>Jiquiá – 1ª Classe</i>	32	<i>Dois Irmãos - 2ª Classe Indep.</i>
15	<i>Largo da Paz – 1ª Classe</i>	33	<i>Casa Amaréla – 2ª Classe Indep.</i>
16	<i>Monteiro – 1ª Classe</i>	34	<i>Olinda – 2ª Classe Indep.</i>
17	<i>Madalena (circular) – 1ª Classe</i>	35	<i>Casa Forte - 1ª Classe</i>
18	<i>Peixinhos – 1ª e 2ª Classe</i>		

Figura 39. Reprodução de detalhe da lista das linhas de bondes, em 1945. Pernambuco City Street Railway System – Track and car routes. Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. Fonte: APEJE.

¹⁵⁹ PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. A.1, n.2. 1999. – Recife : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editora responsável Norma Lacerda : A Associação, 1999. p. 96.

Bem destaca Virgínia Pontual,

a cidade, resultado da aplicação do ideário do urbanismo moderno, fascinava os urbanistas do Recife, nos anos 30, na medida em que configurava o progresso citadino, mesmo sendo uma imagem fabricada com o lápis e o papel. Diante do fantasma da cidade colonial, associado ao temor de perder o Recife a terceira posição entre as grandes cidades brasileiras, apresentava-se o plano de reformas, de remodelação ou de expansão, para os urbanistas e jornalistas, como a estratégia possibilitadora de um futuro promissor, mediante a previsão de regras. O plano significava o modo de recuperar o caos, a sublimação do conflito, a cidade ordenada, sem desperdícios ou disfunções generalizadas, enfim, a dominância da lógica positivista da cultura burguesa.¹⁶⁰

Ao término da década de 1930, o governo estadual, empresários e técnicos da cidade definiriam que o problema dos mocambos deveria ser definitivamente resolvido, apagado da cidade moderna idealizada. Alinhados como estavam com a política estado novista, assumiram o papel fundamental que a questão da moradia representava ao regime. No cerne dessa argumentação estava o valor moral que representava o trabalho ao cidadão comum, sendo sua casa o local em que seus valores e descanso junto à família estariam assegurados.

Para o trabalhador urbano, a casa própria simbolizava o progresso material, Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza. Por outro lado a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às idéias socialistas e comunistas.¹⁶¹

Na visão do regime, o trabalhador só estaria afastado dos males políticos, contribuindo para a edificação do regime se ele pudesse constituir um lar. Logo, moradias coletivas eram repugnantes aos ideólogos, pois viam como porta de entrada da criminalidade, infidelidade, maus costumes. Ademais, sob uma visão de ameaça pública nos hábitos e espaços de mocambeiros, as medidas se apresentam como paternalistas. Passaria assim, a casa unifamiliar ao status de tipo ideal para moradia do trabalhador, sendo papel do Estado viabilizar o acesso à casa, mais próxima ao mundo da política trabalhista do que com os excessos do higienistas de outrora. Estaria nesse percurso o movimento engendrado por Agamenon Magalhães e a Liga Social Contra o Mocambo a partir de 1939. Tal acontecimento seria a congregação de todas as experiências e tentativas anteriores: a adoção de tipologias-modelo de casas em tamanho e estética, a organização ideal do operariado (a vila), somado a um urbanismo que gentrifica o cidadão pobre de áreas redestinadas à especulação do solo, enquanto a imagem política é de assistência social.

¹⁶⁰ PONTUAL, Virgínia. op. cit. p.97.

¹⁶¹ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria.** 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 84.

Capítulo 3 – A difusão da casa própria na Interventoria: a atuação da Liga Social Contra o Mocambo e o processo de autoconstrução pelo trabalhador.

3.1 A moradia a partir da vila operária

Durante o avançar da década de 1930, o discurso e as medidas contra o mocambo continuam a reverberar nos jornais e nas decisões da municipalidade. Era sonho de antigos prefeitos ver a cidade destituída de seus mocambos e poder encontrar conjuntos de vilas operárias no lugar. Provas disso são os diversos decretos que versavam sobre isenção de impostos à construção e reconstrução de prédios, redução dos aluguéis e das taxas de moradia para residências de alvenaria, assim como foi o decreto estadual nº 268, de 1934, o qual visava regular os mocambos e inibir novos:

Art. 1º - Os mocambos não habitados pelos proprietários ficam sujeitos ao pagamento da taxa anual de 30\$000.

Art 2º - A construção ou reconstrução de mocambos no perímetro principal e urbano desta capital não será permitida, e, na zona suburbana, somente em pontos determinados pela prefeitura.

Art 3º - A Prefeitura do Recife não dará licença para quaisquer conserto nos mocambos situados na zona em que os mesmos são condenados.

Art 4º - As rendas provenientes da taxa de que trata o Art. 1º serão aplicadas, anualmente, na construção de casas modestas, de alvenaria, que poderão ser locadas ou vendidas a prestações, a particulares (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 25 de janeiro de 1934).¹⁶²

Entretanto, lembra Leitão que

estas tentativas de ordenação de forma e tipologia das habitações da população de baixa renda não repercutiram grandemente na questão habitacional e no espaço urbano da cidade. Na medida em que a preocupação em manter um padrão de higiene, salubridade e estética da cidade, não tornava-se coerente com as verdadeiras condições econômicas desta população com baixo poder aquisitivo.¹⁶³

¹⁶² LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima A.. **Caracterização e Contribuição para a Interpretação da Política de Habitação Popular**. Recife – Estado Novo, 1937 – 1945. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987. p. 75. Segundo Gominho, ainda que em zonas permitidas os mocambos estariam “longe no mínimo uns 200 metros das linhas férreas, *tramways* e estradas de rodagem. Os proprietários de mais de um mocambo eram obrigados a pagar impostos e taxas. Multas seriam aplicadas aos proprietários caso ocorressem construções em seus domínios”. Poderiam ser demolidas construções clandestinas e os mangues e alagados eram aterrados para evitar novos mocambos. GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana X Mucambópolis: O Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997. p.61.

¹⁶³ LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima A. op cit. p. 75.

Portanto, sendo o mocambo um perfil de moradia indesejado pelas elites técnicas e políticas estaduais, cuja casa unifamiliar de vila apresentava-se como o padrão almejado, é necessário entender quais caminhos tomaram o poder público nesse sentido, já que em muitos casos seria inviável aos trabalhadores pobres a aquisição por conta própria de uma casa de alvenaria paga. Como a *Liga Social Contra o Mocambo* ajudou na redefinição da ocupação da cidade e na efetivação de princípios previstos no zoneamento. Por fim, de que forma esse período de combate ao mocambo contribuiu no adensamento dos bairros periféricos da zona norte do Recife ao passo que a autoconstrução se afirmou como o meio encontrado pelo morador pobre, fortalecendo a ocupação dos morros, da mancha urbana da cidade e do crescimento do mocambo como moradia até fins da década de 1940.

Pouco após os resultados apresentados no relatório da *Comissão Censitária dos Mocambos do Recife*, em 1939, o governador Agamenon Magalhães mobilizou o empresariado e as forças políticas locais a fim de criar meios para uma resposta contundente à miséria que viam nos mocambos da cidade. Em março de 1940 é lançada a *Liga Social Contra o Mocambo*, era hora de unirem forças e mostrarem à população que aquilo que entendiam ser o principal mal do Recife seria vencido.

É notório perceber a participação de segmentos da elite social, como engenheiros, industriais e médicos, na fundação da Liga. Desde então, deixaram claro que não era o objetivo final a pura substituição das moradias de palha e zinco pelas de alvenaria, era uma luta travada pelo melhoramento da dignidade humana, tirando pessoas que viviam sob a lama e a promiscuidade e elevando-as moralmente, intelectualmente e civilmente. Nas palavras de Agamenon:

os problemas humanos não se resolvem sem coragem e sem sofrimentos. Tenham, pois, os habitantes dos mocambos, a serenidade de esperar e a coragem dos sacrifícios supremos, o sacrifício de mudar de vida, de substituir o conformismo da miséria pelo desejo de uma sorte melhor.¹⁶⁴

Para tanto, a *Liga Social Contra o Mocambo* determinou que as iniciativas aceitassem as doações de particulares e trabalharia juntamente com o governo estadual e municipal para agilizar a escolha e liberação dos terrenos, assim como acelerar na retirada de possíveis entraves para liberação das obras. Com o apoio do interventor esperariam ver mobilizadas as

¹⁶⁴ MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Raiz; FUNDARPE, 1985. p. 202. Trecho este do jornal Folha da Manhã de 20 jul.1939.

Carteiras Prediais e os Institutos de Aposentadorias e Pensões, assim como os industriais que se interessassem em construir vilas para seus operários.

As iniciativas partiram em definir as prioridades de atendimento aos moradores que teriam seus mocambos derrubados. A primeira a ser atendida atentava em beneficiar as mulheres chefes de família com muitos filhos e que atuavam em atividades domésticas, tais como cozinheiras, costureiras, lavadeiras. Em segundo, os profissionais sindicalizados e que também eram contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensões. Por fim, seriam atendidos com moradias os trabalhadores de profissões em geral.

Foi intensa a propaganda nos jornais e boletins técnicos das benfeitorias da campanha contra o mocambo. Era estratégia permanente nos primeiros anos a exaltação das realizações convertidas na vilas e no desaparecimento da habitação de palha e zinco da cidade. No período,

O próprio *Diário de Pernambuco* criara uma coluna particular da *Liga*, e tal como outros dos principais jornais do estado, como o *Jornal do Comércio* dos Pessoa de Queiroz, e o *Diário da Manhã* de Carlos de Lima Cavalcanti, submetia-se ao controle, à censura e ao serviço de divulgação das notícias e mensagens julgadas de relevância pelo Estado. O investimento do governo na imprensa e propaganda era tamanho que o próprio Agamenon Magalhães respondia por uma coluna semanal nas duas edições diárias da *Folha da Manhã* e na *Rádio Clube de Pernambuco*, onde infalivelmente era transmitido o seu: *A Nota do Dia*.¹⁶⁵

Em seus textos publicados Agamenon não poupava palavras ressaltando a participação popular no movimento, inclusive com o apoio dos próprios moradores dos mocambos. O Interventor frisava a vontade do migrante em voltar à sua terra, voltar para o campo.¹⁶⁶ Destacava o apoio de um velho que mora em um mocambo e que tira sua renda do aluguel de outro, o qual doara todos para o governo. A renovação das moradias com o aparecimento de casas de alvenaria em Afogados, Espinheiro, Casa Amarela, Casa Forte, Campo Grande, Areias como um esforço do cidadão em elevar o nível da residência e de seu padrão de vida. “As casas são todas de bom gosto. Casas ricas. Casas em que os donos disputam a melhor

¹⁶⁵ LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.166.

¹⁶⁶ Nesse mesmo período, o Estado Novo teve uma política de incentivo à ocupação dos seringais da Amazônia por nordestinos, com propagandas nos jornais de Fortaleza e Recife. Ver GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. p. 116.

arquitetura, os jardins mais cuidados, o conforto, a alegria e a paz de um interior feliz. Casas festivas.”¹⁶⁷ Essa oposição das moradias de teto de palha à vila está empregada

para salientar a solidez das casas da vila operária que as substituem, por outro lado além da “solidez” do tijolo e da telha, está a “solidez” do efeito compactador e concentrador da própria configuração espacial da ruas da vila operária, configuração favorável ao controle e vigilância [...]”¹⁶⁸

No discurso da interventoria e da Liga não era incomum a associação dela com a doença, imoralidade e periculosidade na cidade. Espantavam-se como uma moradia de tão baixo valor tinha uma alta rentabilidade, para o governo, os mocambeiros (donos de mocambos para aluguel) eram tidos como exploradores da miséria. Era, então, cabível aceitar que o dinheiro empregado pelos trabalhadores nos aluguéis pudessem ser rededicados a prestações de casas de vilas entre três e oito contos de réis. “A lavadeira tem razão. O que ela pagou em vinte anos, ao senhorio, dava para ter um ‘bungalow’.”¹⁶⁹

Novamente a retórica que compõe o discurso político refere-se à simplificação da problemática social ao acesso à um consumo para a reprodução da força de trabalho. Constituído-se desta forma a habitação popular em elemento amortecedor das insatisfações inerentes às desigualdades sociais.¹⁷⁰

O contraponto ao mocambo, a vila, deveria ser uma empreitada de todas as forças, público e privadas. Em poucos meses após a fundação da Liga diversas instituições se engajaram na cruzada pelo fim dos mocambos, entre elas a Arquidiocese de Olinda e Recife, empresas israelitas da capital, a colônia portuguesa e a *Federação dos Sindicatos Industriais do Estado*.

Em 20 [de julho], seria fundada a *Empresa Constructora de Casas Populares S/A* e em 21 de julho, a colônia portuguesa fundaria a *Companhia de Construção de Casas Populares* para colaborar com a iniciativa pública; em 22, a *Caixa Econômica Federal do Estado de Pernambuco* anunciaria o seu apoio; em 26, seria aberta uma campanha popular de filiação à *Empresa de Pequenos Proprietários*; em 27, a *Associação Comercial* manifestava oficialmente o seu apoio à *Liga*; a 30 de julho, a cooperação das caixas de pensões e aposentadorias era iniciada; em 5 ou 6 de agosto, seriam publicados favores genéricos a empresas construtoras de casas

¹⁶⁷ MAGALHÃES, Agamenon. op. cit. p.223.

¹⁶⁸ LOPES, José Sérgio Leite. *Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: LOPES, José Sérgio Leite. et. al. **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5). p. 64.

¹⁶⁹ MAGALHÃES, Agamenon. op. cit. p.198.

¹⁷⁰ LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima A.. **Caracterização e Contribuição para a Interpretação da Política de Habitação Popular**. Recife – Estado Novo, 1937 – 1945. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987. p. 124.

populares, institutos e caixas de pensão, como isenção de impostos, taxas, selos e emolumentos estaduais, presentes e futuros [...].¹⁷¹

Certamente o investimento na construção de casas populares não foi mal negócio para muitos dos envolvidos. Em 10 de janeiro de 1940, a diretoria da *Constructora de Casas Populares S/A* se reuniu para traçar as ações para o ano corrente. Vale destacar que não era empreendimento tocado por pessoas inexperientes no ramo ou no mundo dos negócios; entre os diretores mencionados em nota de jornal estão João Pessoa de Queiroz e Othon Bezerra de Mello Filho, ambos empresários experientes e presença certa na elite pernambucana. A perspectiva da *Empresa* era a aquisição de terrenos em vários subúrbios da cidade e depois a construção das casas até se esgotar a aplicação de 2:500 contos de réis de seu capital.

Durante a cruzada contra o mocambo, o governo também mobilizaria o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP) na sua campanha em divulgar exacerbadamente os números como grandes feitos. Diferentemente da *Liga*, o IPSEP tira seus recursos das contribuições do funcionalismo do estado, atendendo com suas poucas vilas, nesse período, “funcionários especializados – agrônomos, juízes, advogados, médicos – em detrimento dos trabalhadores que estavam em níveis salariais mais baixos.”¹⁷² As vilas construídas pelo IPSEP e pelos que apoiaram a cruzada contra o mocambo reforçam a constatação do seu efeito mais publicitário e político que de solução real ao déficit de moradias no Recife, cuja lógica é invertida culpando o estado da cidade à presença demasiada de mocambo e o pauperismo e baixos salários à existência de braços em excesso para o trabalho.

Portanto, a casa popular no estilo de vila foi a referência de habitação mínima para os industriais, empresários da construção civil e pelo governo. Sua tipologia ordenada traria consigo a disciplina, beleza e urbanização propícia à cidade desejada. Tomam essas casas os aterros já estabelecidos ao longo dos anos pelo morador do mocambo, e ainda se beneficiam pelos aterros públicos e pelos terrenos doados pelo governo, localizados próximo a indústrias, vias de acesso e transporte. Isso só foi possível pois “aterrado o mangue foge a lama e, com ela, o mocambo.”¹⁷³ De fato, ele não é extinto, é remanejado com a pressão exercida sobre os moradores. Encontram na zona norte a proximidade geográfica com o centro, o acesso ao transporte e a possibilidade de ter uma casa sem a ameaça iminente de ser derrubada.

¹⁷¹ LIRA. op. cit. p. 167.

¹⁷² LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima A. op. cit. p. 132.

¹⁷³ MAGALHÃES. op. cit. p. 197.

Para as indústrias ter uma vila operária, em geral, era um bom negócio. “Conseguia uma maior disciplina no trabalho, um suprimento de força de trabalho estável”¹⁷⁴, além das vantagens em adquirir um terreno com o governo. Segundo Lopes, a partir da década de 1930, o aliciamento de trabalhadores no interior do estado e, também, na Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, era uma estratégia eficiente de imobilizar o operário na vila. Priorizava-se, inclusive, o recrutamento daquelas famílias com um grande número de membros em idade de trabalhar.”¹⁷⁵ Para alguns dos operários, morar na casa da vila poderia representar uma estabilidade maior no emprego.

Por fim, as vilas conformam um duplo interesse das elites locais: primeiro, a opção por uma moradia nos padrões de higiene e estética, plausíveis à reprodução do trabalhador; segundo, a condição de levar as moradias populares a ocuparem áreas estabelecidas pelo zoneamento como suburbanas ou rurais, distanciando-a dos terrenos de interesse à empreendimentos de maior capital e, assim, criando focos de urbanização e valorização do solo ainda que em lugares incipientes da maioria dos serviços públicos.



Figura 40. Vila dos Remédios. [194-?]. Fonte: APEJE.

¹⁷⁴ LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite. et. al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5). p. 64.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 67.



Figura 41. Vila dos Contínuos. [194-?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife.



Figura 42. A construção de Vila em áreas desprovidas de pavimentação e iluminação foi recorrente. [194-?]. Fonte. APEJE.

3.2 O auto-empreendimento pelo morador

A sua proliferação [a do mocambo] não poderá ser impedida, dentro da nossa atual conjuntura econômica, Por nenhuma lei ou campanha de construção de vilas. A afluência para a cidade, capital da região, continua. O índice demográfico do próprio município cresce naturalmente. ‘Para o período de 30 anos, segundo os dados de 1920 e 1950, é de 3,9%. Já no período de 1940 a 1950, o ritmo anual eleva-se para 4,6%. O empobrecimento da classe proletária está aumentando na proporção ditada pela inflação, que atinge fortemente não só os gêneros alimentícios e vestuários, como também o preço dos materiais de construção, dos aluguéis de casas e de quartos dos mais modestos. Já neste momento, ínfimos quartos de mocambos, sem água, luz e esgoto, em zonas como Nova Descoberta, Águas Compridas, Totó, em

Tejipió; ou Barreiras, nos limites de Caxangá/Camaragibe, são alugados pelo preço de mil cruzeiros ou mais. Isto, para um quarto.¹⁷⁶

O comentário traçado acima por Daniel Uchôa, em meados da década de 1960, possui importantes informações a respeito das condições de expansão urbana à época. Põe em pauta o efeito nocivo da inflação sobre os rendimentos proletários, e como isso agravava o custo que os alugueis representavam na renda do trabalhador, cujo mercado especulativo da moradia permitia expressivo retorno de capital, ainda mais numa cidade que continuava a crescer demograficamente. Tais ditames de mercado seriam mais perceptíveis nos subúrbios mais próximos ao centro, como também das áreas mais valorizadas desses e dos demais bairros periféricos – como áreas comerciais, próximas a mercados públicos, bares, vendas de miudezas, terminais e pontos de parada do transporte etc. Segundo Uchôa, a exploração dos alugueis de mocambos teria se tornado vantajoso para as classes mais abastadas, por isso o trabalhador se esforçaria, sob qualquer situação, em construir seu próprio casebre.

O autor também expõe qual o caminho tomado pelo trabalhador para driblar ou reduzir os impactos desses ditames: buscar pela autoconstrução da moradia o meio para a afirmação de sua posse sobre este bem. Para isso, muitas vezes, as relações de sociabilidade contraídas poderiam ser fundamentais, tanto para a escolha e ocupação de um terreno, como para a construção da casa, segurança na comunidade e conquista de um trabalho. Lembra o autor:

Naturalmente, o tipo de casebre varia de acôrdo com a maior ou menor pobreza do indivíduo. Da orientação que recebe dos amigos. Da sua inteligência e mesmo da sua habilidade manual na construção do pau-a-pique, no manuseio da palha do coqueiro, do capim de lucas, e do sapé, no entelhamento e no embarramento.¹⁷⁷

Essas percepções de Daniel Uchôa já eram sentidas na década de 1940, quando a interventoria de Agamenon Magalhães e a Liga Social Contra o Mocambo passaram a atuar de forma incisiva em extinguir da capital seus mocambos por higiênicas vilas operárias. A perseguição dos mocambos nas áreas centrais, em bairros como a Torre, Madalena, Espinheiro e Derby, e nas proximidades de estradas e de linhas de bondes, repercutiu num intenso deslocamento de moradores para bairros mais periféricos, menos fiscalizados pelo Estado durante a campanha. Segundo Bonduki, nesse mesmo período,

em conseqüência da crise habitacional, da desestruturação do mercado rentista e da incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, consolidou-se um série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal e do Estado que, de modo sintético, irei chamar de auto-

¹⁷⁶ BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais MEC; Imprensa Universitária, 1965. p. 62.

¹⁷⁷ BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. op. cit. p. 62.

empreendimento da moradia popular, baseado no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução.¹⁷⁸

A expansão dessa cidade informal é difícil de quantificar, pois, muitas vezes, tal processo aconteceu à margem das estatísticas oficiais. Em parte, essa desinformação está relacionada às diversas ambiguidades que circundavam o Estado, nacional e local. Lembra Bonduki:

a aceitação ambígua do conceito de habitação social no período levou, de um lado, à intervenção do Estado, que regulamentou as locações, financiou e produziu ele próprio as moradias e, de outro, à ausência do poder público na periferia das cidades mais importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, o que permitiu uma ocupação irregular do solo – numa verdadeira produção doméstica, não-capitalista, de um bem essencial à sobrevivência do trabalhador. Ao se desqualificar a produção da moradia como mercadoria – transformando-a numa espécie de serviço social (conjuntos habitacionais dos IAPs); descaracterizando seu valor, com a dissociação do custo de produção do valor de aluguel (provocado pela Lei do Inquilinato); ou então produzindo-a como valor de uso, no caso do auto-empreendimento –, configura-se uma situação na qual se deixa de contabilizar o valor da habitação. E essa redução ou anulação do custo da moradia acarreta uma diminuição do custo da força de trabalho, sem que esta deixe de ser alojada, contudo, ampliando-se assim a taxa de acumulação de capital.¹⁷⁹

A outra ambiguidade do Estado, como notou Ricardo Leite¹⁸⁰, reside nas disposições previstas nos decretos e leis, desde a década de 1920, quando de forma dúbia trata os moradores de mocambos. Na Lei Municipal nº 1736 há o consentimento para construção de mocambos, enquanto um década depois, no Decreto-Lei 50, de 1938, sob o governo de Novaes Filho, há a proibição da construção e reforma de mocambos, mas permite que existam a 200m das linhas férreas. Em meados de 1930, técnicos do Departamento Geral das Municipalidades ora aprovavam ora modificavam projetos para construção de casas de taipa.¹⁸¹ “Nos relatórios do próprio governo e da Liga Social Contra os Mocambos, de que pelo menos em locais (Dois Unidos e Afogados) o Governo construiu casas conjugadas de taipa batida à sopapo.”¹⁸²

A percepção das ambiguidades e interesses do Estado tornam-se evidentes com seu controle da cidade formal, onde pode se construir segundo certos padrões. Na contramão da fiscalização exercida no centro e nos bairros imediatos, o governo era tolerante quanto à construção de mocambos nos morros.

¹⁷⁸ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 281.

¹⁷⁹ BONDUKI, Nabil. op. cit. p.282.

¹⁸⁰ SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. p. 57.

¹⁸¹ PLANTA para reconstruir em taipa a casa. APEJE. A mesma planta é avaliada duas vezes, uma em 1935, quando foi aprovada se fosse construída inteiramente em alvenaria. Na segunda submissão técnica, no ano seguinte, foi aprovada sem nenhuma recomendação de alteração.

¹⁸² SILVA, Ricardo Leite da. op. cit. p. 57.

As casas daqui [Alto José do Pinho], as que tinham eram tudo casebre de taipa e capim. Aqui se podia fazer casa assim, agora lá para o lado de Santo Amaro para aquelas banda, não. Teve muito problema com mocambo lá, o governo não queria, mas aqui a gente podia fazer sem problema, depois foi que apareceu aquelas empresas as donas de terra, mas isso muito depois mesmo.¹⁸³

Todavia, essa tolerância nas periferias era parte do projeto segregador das elites. Na década de 1940, essa falta de fiscalização foi fundamental para o adensamento da zona norte do Recife a partir do auto-emprego pelo trabalhador. Ademais, muitas vezes, significava ir residir em localidades desprovidas de serviços públicos, com considerável omissão da prefeitura em atendimento, equipamentos urbanos e regulação fundiária, fato que permitiu a expansão da moradia popular afastada das áreas valorizadas da cidade formal, sem ampliar o investimento público na habitação e na urbanização imediata.

No entanto, esse quase milagre não se deu sem perda da qualidade de vida dos segmentos sociais envolvidos. Não apenas em termos de precariedade das moradias ou dos sacrifícios requeridos por sua construção, mas também na desqualificação do modo de morar urbano – algo como o inverso do que os arquitetos e outros reformadores sociais supunham que poderia ser, nos conjuntos habitacionais de inspiração moderna, o espaço de moradia da nova classe operária, responsável pela construção da nova sociedade.¹⁸⁴

3.3 Parcelamento da terra e as primeiras ocupações

A ocupação de terrenos nos subúrbios e morros da zona norte do Recife através da construção da moradia pelos próprios trabalhadores já é algo identificável desde o início do século XX. Entretanto, o ritmo de ocupação não era tão intenso e a autoconstrução na periferia estava distante de constituir alternativa viável de moradia popular para o conjunto dos trabalhadores.

Na cidade, até a década de 1920, o modelo rentista de provimento de habitações foi o mais recorrente. O número de trabalhadores que tinham a posse de sua propriedade era pequeno se avaliados alguns obstáculos como fatores, tais como a preferência pelos bairros centrais ou adjacentes (já bem loteados e mais com moradias disponíveis para aluguel), a falta de financiamentos amortizáveis em longas prestações acessíveis a trabalhadores pobres, ausência de regulação fundiária pelo poder público. Ainda assim, isso não impediu de que trabalhadores fossem ocupar áreas periféricas, exemplo são os que eram empregados em

¹⁸³ Entrevista de Arnaldo de Barros, Colorau, a Ricardo Leite em 10 de outubro de 2010. In: SILVA, Ricardo L. op. cit. p. 57.

¹⁸⁴ BONDUKI. op. cit. p. 283.

indústrias mais deslocadas do centro e os adeptos das religiões de matriz africana (fugindo da perseguição religiosa de outros bairros mais adensados).¹⁸⁵

A Comissão Censitária dos Mocambos do Recife, relata em seu relatório de 1939, que naquela altura ainda existiam no município cerca de 549 terrenos, que juntos somavam 27.181.760m², onde muitos permitiam a construção de mocambos em troca do aluguel do chão ou alugavam ambos. Vários desses terrenos são resultados da desintegração dos antigos engenhos e da formação dos sítios que por tanto perduraram, destinados então para o plantio, criação de animais e arrendamento a terceiros. Em planta dos bairros da Madalena e da Torre, de 1876, fica demonstrado parte do perfil dos lotes, resultantes desses parcelamentos, existentes em algumas das vias da cidade no período. Ao longo desse processo,

a renda que o proprietário extraía da sua terra, antes originária da atividade produtiva desenvolvida no engenho, já na primeira transformação da propriedade, passa a se constituir uma renda proveniente da monopolização do acesso à terra pelo proprietário.¹⁸⁶

Muitos passaram por outros parcelamentos até se converterem de glebas rurais em lotes urbanos, com terrenos que poderiam ter até 600m², tal como era previsto no zoneamento de 1936, a qual permitia uma legislação especial na zona suburbana (onde os terrenos não poderiam exceder 350m²) em avenidas, por exemplo, Rosa e Silva e Rui Barbosa.

No início do século XX, esses lotes poderiam ser um bom investimento para uma valorização, ainda que não imediata. Entretanto, passaram a atender uma importante entrada de receita, resultante dos aluguéis cobrados. Um panorama da existência desses inúmeros terrenos e da cidade formalmente reconhecida pode ser observado no mapa de Douglas Fox (p.52), realizado num período cuja expansão demográfica e ocupação desses antigos sítios passam a crescer. Além disso, o capital imobiliário não via como atrativas áreas de relevo acidentado, preferia investir em bairros enobrecidos e áreas planas livres dos alagados, expresso em propagandas no ano de 1930.

¹⁸⁵ Sobre isso ver COSTA, Valéria Gomes. *É do dendê: História e memórias urbanas da nação Xambá no Recife (1950 – 1992)*. São Paulo: Annablume, 2009.

¹⁸⁶ RIBAS NETO; LUBAMBO; SOUZA. *O processo de formação das favelas do Recife – um estudo de caso: as favelas de Casa Amarela*. Recife: UFPE-MDU, 1984. p. 16.



Figura 43. Planta e detalhe da Estrada da Torre a partir do Largo [Praça] do Conselheiro João Alfredo. 29/03/1876. Ao longo de toda a estrada são diversos os terrenos que foram parcelados na divisão entre os herdeiros, ainda assim gerando lotes de grandes dimensões.

Outro fator que é fundamental para a reprodução do trabalho e que foi relevante para a viabilidade dos loteamentos periféricos, em muitas capitais no período, foi o transporte público. Nesse aspecto, o Recife, no início do século XX, tinha uma cobertura por linhas de bondes que ligava os subúrbios ao centro. De forma radial, tais linhas permitiram integrar bairros distantes como Várzea, Dois Irmãos e Tejipió. Papel análogo teve a linha férrea que cortava Santo Amaro, Encruzilhada, Casa Amarela, sendo importante via para moradores do Alto José do Pinho, Morro da Conceição, Alto Santa Isabel até a altura da fábrica na

Macaxeira; e nesse ponto, a Estrada de Ferro do Limoeiro não era apenas uma via, mas também o centro irradiador da ocupação que se organizaria nas décadas seguintes.

COMPRE UM LOTE DE TERRENO

– Á –

Companhia Pernambucana de Terrenos

E CONSTRUA A SUA CASA

Por que é que os pássaros têm os seus ninhos, os repetis as suas tocas, as fêras as suas furnas e só o homem se descuida de construir sua casa?

Pela imprevidência, pela falta de amor á mulher e aos filhos, pelos excessivos gastos com futilidades e ás vezes tambem pela absoluta impossibilidade de acumular meio de fazê-lo.

A Companhia Pernambucana de Terrenos, recentemente fundada nesta cidade, vem preencher sensível lacuna de que se resentia nosso meio; ella vem ao encontro daqueles que ambicionam o conforto e o bem estar para suas famílias, vendendo em prestações a prazos longos e sem juros, magníficos lotes de terrenos nos aprasiveis, pittorescos e saudáveis bairros Modelo, em Campo Grande, Joaquim Nabuco, em Casa Amarela, ruas Othon Bezerra de Mello, José Clementino e Rosa e Silva e Avenida Malaquias, nos Afflictos, e Cardeal Arcoverde na Graça.

LOTES PARA TODOS OS PREÇOS

Desde Rs. 2:500\$000 até Rs. 20:000\$000

Directores:

Presidente – OTHON L. BEZERRA DE MELLO
[...] – Senador Dr. L. Correa de Brito
Thesoureiro – Sérgio Gonçalves da Costa Maia
Secretario – Cyrillo Jm. de Sant'Anna
OSWALDO DO REGO ARAUJO
Agente Geral
Escritorio – R. Diario de Pernambuco, 30 (1.º)

Figura 44. Reprodução de propaganda da *Companhia Pernambucana de Terrenos*. A Província 1º/01/1930. Vale notar a participação entre os membros da empresa de um senador e do industrial Othon Bezerra de Mello.

Quanto ao uso dos ônibus, muito comum no processo de expansão dos loteamentos em outras capitais a partir das décadas de 1920 e 1930, pois esse tipo de transporte era um “sistema de baixa capacidade e grande capilaridade”,¹⁸⁷ podia alcançar áreas distantes e pouco ocupadas. Só se tem notícias dos primeiros serviços, no Recife, a partir da década de 30. No entanto, poderia apresentar problemas: o sistema, inicialmente, ficava a mercê dos proprietários (por vezes o próprio condutor), não transportava muitas pessoas por viagem,

¹⁸⁷ BONDUKI. op. cit. p. 285.

tinha uma quantidade reduzida de veículos e o serviço não cobria toda a cidade. Eis alguns dos fatores da permanência dos bondes na cidade até a década de 1940.

Entre as primeiras a obter a liberação para a exploração do serviço de ônibus está a *Pernambuco Tramways and Power Company Limited*, cujos preços das passagens estavam sendo regulados em janeiro de 1930 e que girariam em torno de duzentos réis para cada quilômetro ou fração, quando os percursos de cada linha não ultrapassariam 2 Km.¹⁸⁸ A um trabalhador de baixa renda esse custo poderia ser um empecilho ao seu deslocamento, talvez, tornando-se mais atrativo percorrer a pé distância tão limitada. Para o ano de 1940, tem-se a notícia de que o empresário Antônio Pinto Amorim explorava a linha Recife-Olinda com ônibus construídos em São Paulo movidos a óleo cru. Modelos semelhantes a esses também são encontrados em circulação, no mesmo período, na cidade do Rio de Janeiro. Foi uma fase de transição no abandono dos bondes como transporte nas capitais brasileiras.

Na década de 1940, o sistema tinha uma pequena cobertura e ainda não atendia o usuário na mesma capacidade dos bondes. Eram poucas as empresas concessionárias e as linhas disponíveis, e estas, por sinal, não iam muito além dos bairros que margeavam o centro. Por exemplo, em 1944, Virgílio Tôres de Menezes obtém a licença de trafegar 4 ônibus em cada uma das 4 linhas existentes – Cidade (circular), Espinheiro, Tamarineira e Derbi (as três últimas para o centro). Os itinerários e horários seriam estipulados pela Delegacia de Trânsito. As tarifas ficavam entre quarenta centavos (Cidade), oitenta (Derbi e Espinheiro) e um cruzeiro (Tamarineira). Em contrapartida, o município pavimentaria a “rua Góis Cavalcanti, entre as avenidas Rosa e Silva e Dezessete de Agosto, parte da Avenida Rosa e Silva e rua Benfica, entre o término do asfalto e a ponte da Madalena.”¹⁸⁹

A ocupação dos morros da zona norte da cidade já é datada desde o início do século. Até a década de 1930, a cobrança do foro do chão pelas imobiliárias era inexistente, logo a construção das casas tinha como principal mediador os moradores mais antigos que convidavam parentes e amigos. No entanto, era uma ocupação muito limitada comparada à fase de expansão iniciada na década de 1940, mas que já se faz sentir com estradas entrecortando e arruamentos nos sopés dos morros na planta do *Departamento de Saúde e Assistência*, de 1924. Como lembra antigo morador do Alto José do Pinho: “No tempo em que meu pai fez muita casa aqui ainda tinha muito mais mato do que casa. Um conhecido dizia

¹⁸⁸ **BOLETIM Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas.** Vol.11.n.1.1944.

¹⁸⁹ **BOLETIM Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas.** Vol.11.n.1.1944. p. 74.

pode vim que tem lugar para você fazer sua casa. Minha mãe dizia que meu pai acertava com o interessado e metia a lenha a fazer casa.”¹⁹⁰

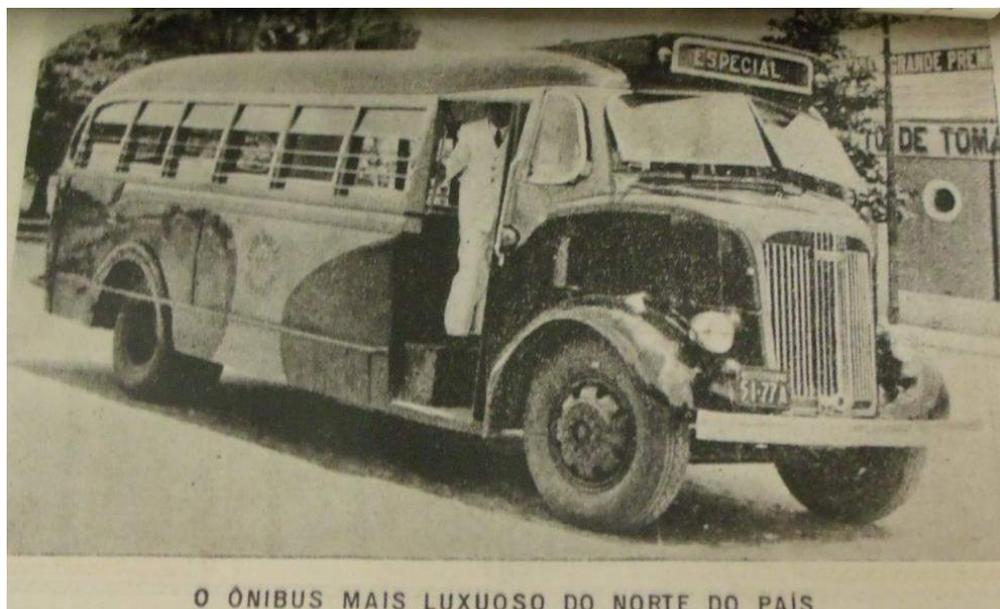


Figura 45. Ônibus da linha Recife-Olinda. Fonte: Boletim Técnico de Viação e Obras Públicas. Vol 3 nº 2. 1940.



Figura 46. Ônibus da linha *Derbi*. Fonte: Boletim Técnico de Viação e Obras Públicas. Vol.11.n.1.1944.

¹⁹⁰ Entrevista de Arnaldo Colorau cedida a Ricardo Leite, 20.06.2010. LEITE, Ricardo da Silva. op. cit. p. 79.



Figura 47. Mocambos de morro. Recife. s/d. Fonte: FUNDAJ, Coleção Benício Dias.

3.4 Precariedade e omissão do Estado

Ainda que sem o rigor da fiscalização do Estado, a realidade dos trabalhadores na ocupação das periferias poderia ser precária. Existiam inúmeras notícias nos jornais relacionados a acidentes envolvendo os bondes, em especial aqueles abertos (loré), dos quais se poderia tomar e descer em movimento; eram recorrentes os atropelamentos e quedas com mortes tanto no centro como no subúrbio.¹⁹¹ Tais quedas poderiam resultar em acidentes justamente na hora de descer ou quando se penduravam nos bondes abarrotados.

Tal precariedade nas condições de vida se estendiam ao abastecimento, esgotamento, calçamento, iluminação, atendimento público (grupos escolares e hospitais), gêneros alimentícios, segurança pública.¹⁹² Nesse processo de ocupação da zona norte na década de 1940,

¹⁹¹ A PROVÍNCIA. 06 mar.1930. DIÁRIO de Pernambuco. 18 set. 1940.

¹⁹² Mesmo ainda nos anos 60, em Peixinhos, cerca de 40% da água vinha de chafarizes, 50% da iluminação nas casas era a querosene, 60% das moradias não tinham sequer fossa.

as condições mínimas de urbanização, necessárias para a ocupação da área eram também criadas pelos ocupantes que, rudimentarmente construíam as vias de acesso, furavam poços para extração d'água e puxavam redes elétricas clandestinas.¹⁹³

Se as dificuldades se apresentavam em dias de sol, os tempos de chuva intensa poderiam revelar calamidades que atingiam toda a cidade, acarretando em acidentes, derrubadas de casas, alagamentos e perdas que alteravam a rotina e gerava uma situação de emergência para diversos bairros. Durante os dias 20 e 21 de fevereiro de 1934, a cidade foi acometida por fortes chuvas cujos danos foram os mais diversos: o açude de Apipucos transbordou, arriando os trilhos do bonde, danificando os canos de abastecimento e o fornecimento de energia, o bairro de Dois Irmãos ficou sem transporte, luz e água. O reservatório de Beberibe teve as máquinas danificadas com a inundação, deixando Arruda e Beberibe sem abastecimento. Além disso, houve também acidente envolvendo caminhão em Tejipió, árvore arrancada, linhas telegráficas interrompidas, a linha férrea na altura da Macaxeira ficou soterrada, perderam-se animais e plantações. Quanto aos bondes,

de Beberibe voltavam do Fundão e de Água Fria, não podendo atingir o fim da linha. Os de Casa Amarela chegavam apenas até ao beco do Eustaquio. Os de Olinda voltavam do largo do Carmo, não indo ao Farol. Os de Tejipió não iam ao terminal, regressando de Areia e Largo da Paz. Os da linha da Varzea não iam ao fim do ramal, voltando todos de Caxangá. Os de Dois Irmãos voltavam de Monteiro.¹⁹⁴

Muitas moradias foram danificadas, sendo registrado desabamento de casebres em Água Fria, casas afetadas na Caxangá e Torre. “No Recife, onde grande parte da população pobre reside nos logares ribeirinhos, mais aumenta a calamidade, sendo sacrificados todos os seus bens que na maioria dos casos as reduzem a um mocambo.”¹⁹⁵ Foi tão sério que o prefeito baixou decreto para que os moradores pobres não tivessem empecilhos ao se tentarem reparar suas casas no mês que se seguiria.

¹⁹³ RIBAS NETO; LUBAMBO; SOUZA. *O processo de formação das favelas do Recife – um estudo de caso: as favelas de Casa Amarela*. Recife: UFPE-MDU, 1984.

¹⁹⁴ *O rigor das últimas chuvas provoca estrago em pontos da cidade*. Diário de Pernambuco. 22 fev. 1934.

¹⁹⁵ *Ibidem*.



Figura 48: Notícia de desastres após intensas chuvas na cidade. Fonte: Diário de Pernambuco. 22 fev.1934

Importante processo para descentralizar a compra de alimentos foi a criação dos mercados municipais da Madalena, Encruzilhada e Casa Amarela, nas décadas de 1920 e 1930. Além disso, as feiras livres permitiam dar a cobertura aos bairros que não eram atendidos pelos mercados. Eram as feiras de Tejiipió, Afogados e, como lembra Halley sobre Água Fria,

que também se caracterizava pela presença de pequenas casas comerciais, e por uma peculiar feira livre denominada “Beliscada”. Esta constituída por um conjunto de pequenas barracas e tendas onde se vendia verduras, legumes, frutas e carnes no popular Beco da Beliscada (hoje, Travessa Dowsley).¹⁹⁶

Percebe-se para os subúrbios mais distantes do centro como Tejiipió, Areias, Beberibe, Casa Amarela, Arruda, Apipucos (próximo à Fábrica da Macaxeira) obras como calçamento

¹⁹⁶ HALLEY, Bruno Maia. **De chapéu do sol a Água Fria** : numa trama de enredos, a construção da identidade de um barro na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. p. 131.

teriam incremento a partir da segunda metade da década de 1940, sendo mais ativas nos vinte anos seguintes juntamente com novos mercados, retificação de ruas, reforma de largos e praças, construção de escadarias etc.. Quanto ao abastecimento de água e fornecimento de energia a realidade de Água Fria não é tão distante das dos demais bairros:

em sua grande maioria, o bairro era abastecido por chafarizes e cacimbas localizadas em alguns trechos nas estradas de Beberibe e Água Fria, ou ainda em alguns locais específicos nos morros. Outrossim, o serviço de energia elétrica era fornecido pela companhia *Beberibe Eletric* que atendia a população de forma igualmente precária. Segundo Seu Israel Francisco de Assis, antigo morador do bairro,

existia apenas um chafariz na estrada velha e outro na subida da Ladeira de Pedra, ao lado do Colégio Rotary. Ali todos tomavam banho, um pertinho do outro... o sistema de luz era ruim... chegava aqui uma luz bem fraquinha... só dava pra acender uma lâmpada.¹⁹⁷

Quanto à segurança pública, o Estado organizava sua força policial nos comissariados de polícia. Era um órgão presente na realidade dos moradores nas comunidades. Suas atribuições iam, por vezes, além das vinculadas à segurança e à manutenção da ordem pública. Em certos aspectos, era o braço do Estado mais próximo da realidade comunitária. Segundo Ricardo Leite:

Uma das instituições mais presentes nos relatos feitos pelos velhos moradores do Alto José do Pinho, é o departamento de polícia, denominado institucionalmente de subcomissariado, conhecido mais comumente pela população local como o comissariado de polícia. O subcomissariado do Alto José do Pinho era assim denominado por ser subordinado ao comissariado de Casa Amarela. Nos relatos, o subcomissariado do bairro aparece como elemento nodal do poder e da autoridade local. Os depoimentos colhidos dão a ler que o comissariado assumiu representações mais amplas do que aquelas vinculada ao seu estrito papel institucional, de manutenção da ordem pública. Um elemento que deve ter contribuído para essa ampliação do papel do comissariado deve ter sido sua vinculação da sua prática aos costumes e a cultura política predominante. Sem deixar de lado o seu papel institucional, de manter a ordem e o policiamento da área de sua jurisdição, o comissariado foi incorporando outras práticas à sua atuação.¹⁹⁸

Na década de 1930, muitas vezes eram os comissários que atestavam a veracidade das informações das petições populares à Assembleia Legislativa. Em petição de 1º de Agosto de 1927, Maria Roza da Silva Amorim, viúva, moradora da Avenida Contancio Pontual, declara sua condição de penúria ao afirmar ser residente em casa muito humilde e não possuir condições para os reparos necessários solicita o perdão dos impostos que a acometem; nisso, ela “para comprovar a situação de miserabilidade e a conducta honesta, junta os documentos que lhe parecem habeis á justificação do pedido que nesta se contém.” Ao ser solicitado para

¹⁹⁷ HALLEY, Bruno Maia. op. cit. p. 146.

¹⁹⁸ LEITE, Ricardo. op. cit. p. 90.

atestar o afirmado, responde o Comissário João Telles: “Em cumprimento ao despacho acima enviado a ___ Delegacia do 5º Districto cumpram informar ser verdade a que alega a peticionaria. Recife, 5 - 8- 927. J. Telles Commisario apr.”¹⁹⁹ O mesmo João Telles faria algo análogo no ano seguinte por três irmãs que moravam na avenida 17 de Agosto, freguesia do Poço da Panela.

Enfim, era comportamento comum ao cargo de comissário, nos anos 1920 e 1930, emitir atestados de veracidade das informações prestadas por moradores pobres em áreas como Graças, Boa Vista, Afogados, São José, Santo Amaro, Casa Forte. Portanto, quando o morador, em sua defesa junto ao Estado, construía estratégias para ser menos onerado, muitas vezes recorria ao comissário para prestar informações a seu favor, pois, ainda que sem relações de amizade, ele era a autoridade pública mais próxima e capaz de atestar o que afirmavam.

No trabalho de Ricardo Leite, percebem-se várias conotações e atribuições que o comissariado adquiriu no Alto José do Pinho. Sua legitimidade conquistada, por vezes, era associada à competência em resolver questões, ainda que de forma informal. O autor relata a prática de “prender de boca” o delinqüente. Segundo Leite, a proximidade da polícia no cotidiano dos moradores se apresentou, sobretudo, na capacidade de resolverem os chamados *casos sociais*, que, em geral, eram problemas de convivência e atritos entre vizinhos e parentes. Nesse aspecto, o comissariado atuava como “uma junta de conciliação e julgamento informal, recebendo o caso, analisando, julgando e apresentando uma solução ali mesmo, no departamento policial.”²⁰⁰ Casos que nem se convertiam em processos.

Entretanto, a relação entre o comissariado e a população nem sempre era tão amistosa. Por exemplo, no Pina o comissário João Guedes, segundo os depoimentos de antigos moradores, foi famoso pelo seu poder e riqueza na área.

Lá [na Ilha do Nogueira], João Guedes ficou posseiro em nome da Santa Casa. Era tudo no nome dele. Pegava dois mil réis, dava a ele, podia cercar. Ele fazia a cobrança dele em nome da Santa Casa, mas a Santa Casa nunca viu [...].²⁰¹

Ora lembrado como político, delegado ou coronel, João Guedes foi comissário que utilizou sua autoridade para relativa projeção econômica no local. Quando a eletricidade era

¹⁹⁹ PETIÇÕES da Assembleia Legislativa de Pernambuco. 01 ago 1927.

²⁰⁰ LEITE, Ricardo. op. cit. p. 95.

²⁰¹ SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina**: povo, cultura, memória. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire; Produção Alternativa, 1990. p. 29.

um luxo na área, já vista na avenida beira-mar, afirmava-se já ter na casa de Guedes. Parte do seu enriquecimento viria da própria ocupação do Pina pelos moradores pobres:

O cimento vinha da Europa para as obras do porto e João Guedes começou a vender barricas vazias para o povo do Pina. Aí o povo daqui cobria tanto o telhado quanto as paredes de barricas. Porta, tudo se fazia de barrica!

Era palha, depois é que começou, lá com as obras do porto... Vendiam por dois mil réis um cento de barricas. A gente fazia os panos – as paredes – uma em cima da outra.

Fechava, armava as casas. Depois fazia, pregando uma tábua na outra. E as paredes e a coberta eram de tábuas de barrica.

Com as tábuas dos barris os pescadores faziam casas. Com o cimento que vinha da Noruega, faziam os blocos para fazer o dique do porto. (Hermínio)²⁰²

A autoridade local e a ascensão econômica não foram suficientes para impedir o assassinato de João Guedes, pelas desavenças que criara no local. Não chegara a despontar em longa medida de outra possibilidade que rodeava as relações de poder do comissariado: a política. De acordo com Leite, no Alto José do Pinho, o comissariado passou a ser instrumento de perseguição aos que se opunham politicamente a Clóvis Corrêa, sendo este e seu irmão (Fábio Corrêa) figuras presentes na esfera política local. Essa relação política e política foi evidente quando se buscou barrar o avanço do Partido Comunista não só no Alto José do Pinho, mas nos subúrbios que rodeavam Casa Amarela à época.

Os comissariados em épocas pré-eleitorais viravam comitês eleitorais do distrito. Neles se davam o alistamento de eleitores e se tiravam cédulas de identidade. Era prática comum o recrutamento de comissários e guardas civis entre os seguidores do político majoritário na comunidade. Os mais habilidosos usualmente ocupavam os cargos de comissário, escrivão e investigador. Os de temperamento mais violento tinham grande chance de serem indicados para a função de guarda civil. Em qualquer dos cargos, violentos ou habilidosos, serviam e seguiam fielmente ao seu chefe político.²⁰³

Ao analisar o duplo comportamento do comissariado, tanto nos momentos de convívio legitimado quando também na repressão em benefício próprio ou partidário, percebe-se que são lados da mesma moeda: a omissão do poder público. Quando o comissariado, mesmo sendo uma instituição vista como necessária pelos moradores para a segurança pública, passa a dirimir e julgar casos cotidianos sem elevá-los a processos criminais termina por transbordar suas atribuições. Igualmente quando era responsável por liberar licença para o funcionamento de algum negócio, por conseguir emprego a outrem, quando atuava como comitê eleitoral ou no cotidiano trabalho de atestar a pobreza ou miséria de moradores. Esses são indícios da

²⁰² SILVA, Oswaldo Pereira da. op. cit. p. 31.

²⁰³ LEITE, Ricardo. op. cit. p. 106.

baixa capilaridade do poder público em envolver essas comunidades com o trabalho de instituições especializadas para a diversidade de casos que elas requeriam. Essa ausência permitia excessos dos comissários e das elites políticas locais. Exemplo era a possibilidade de bloquear a construção de uma casa por uma pessoa recém-chegada e, assim, privilegiar o acesso à terra àquele que fosse próximo ou indicado por conhecido.

Essa ausência poderia se estender ao serviço de saúde, abrangência do ensino, calçamento, iluminação etc. Tais obras só vão se acrescer ao longo das décadas de 1940 e 1950, em maior escala após o Estado Novo. Ao ler os relatórios da administração estadual e municipal, e tal como lembra Bonduki, seria ingênuo supor que um Estado que, após 1930, “interferiu de forma autoritária nas relações econômicas, alterando ou promulgando Constituições, reformando a administração pública, restringindo o direito de propriedade, desapropriando sem pagamento prévio etc.”²⁰⁴, que era capaz de investir e acompanhar em obras ao longo de várias cidades no interior do estado não fosse capaz “de criar instrumentos jurídicos e administrativos para controlar o parcelamento e o uso do solo na periferia das grandes cidades.”²⁰⁵

A omissão do poder público na expansão dos loteamentos clandestinos fazia parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários.

Com a expansão periférica garantia-se dois objetivos há décadas buscados pela elite: desadensar e segregar. Deste modo, os investimentos públicos poderiam ser concentrados nas áreas habitadas pela classe média e alta e, por outro, seria viabilizada uma alternativa de baixíssimo custo para que os trabalhadores tivessem acesso à casa própria, sem onerar o poder público e o setor privado.²⁰⁶

Ainda que a pesquisa de Bonduki seja para a experiência paulistana, em realidade, algo semelhante também se configurou no Recife. Em sua obra *Uma cidade e dois prefeitos*, Virgínia Pontual destaca como a gestão do prefeito de Novaes Filho esteve mais preocupada com a eficiência nos serviços públicos e na modernização urbana. Segundo a autora, a sua gestão teve como marca a preponderância dos investimentos em obras no centro da cidade num contexto que corroboraria a imagem do Estado Novo como realizador de obras monumentais para o progresso do país. Portanto,

²⁰⁴ BONDUKI. op. cit. p. 288.

²⁰⁵ Ibidem. p. 288.

²⁰⁶ Ibidem. p. 288.

a conjunção de idéias dos urbanistas aos atos do governo proporcionou as condições indispensáveis para a efetivação da ansiada modernização da cidade do Recife. A ansiedade por modernização, sentida pelos governantes e urbanistas, provinha da necessidade de modificar nos lugares do centro o tecido colonial, por representar insalubridade e incompatibilidade com o tráfego de veículos motorizados, e de controlar a intensa expansão de seu espaço construído, tanto no lugar urbano como no suburbano. A cidade crescia, e tornar positivo esse crescimento constituiu-se na essencial tarefa do governo municipal.²⁰⁷

Esse choque do paradigma moderno que renuncia aos valores urbano-arquitetônicos coloniais (ruas tortuosas e estreitas, sobrados e casario baixo, cornijas e biqueiras etc.) já se faz presente no início do século com as obras de expansão portuária e remodelação do Bairro do Recife. Contudo, os anseios em inserir o Recife na modernidade urbana ainda geram desconforto quando se deparam com as heranças coloniais ou daquilo que denotaria seu atraso quanto metrópole: insalubridade, mocambos, pardieiros, alagados, epidemias. São dificuldades de uma cidade no seio de um mundo do capitalismo industrial, mas que não está integralmente inserida na totalidade dos seus valores, tampouco nas benesses do progresso técnico-científico. Por isso que, ao longo da década de 1920, a modernidade se expressou tão intensivamente para o salto do Recife quanto metrópole – desenvolveu um ciclo de produção cinematográfica; expandiu-se com a avenida beira-mar e seu traçado longilíneo, aproximando o morador para a contemplação e o desfrute do banho; a abertura da praça do Derby; o combate às epidemias, hospital, saneamento.

Portanto, a gestão de Novaes Filho queria garantir que tais conquistas de modernidade não fossem abandonadas, e sim ampliadas, colocando seu governo, como entendia, no panteão dos que modernizaram o Recife em suas épocas – Nassau, o Conde da Boa Vista, Dantas Barreto e Sérgio Loreto. Assim, empenhou-se na aprovação do plano de remodelação e expansão da cidade, na arrecadação e seguridade da aplicação dos recursos públicos, assim como noutras agendas tais

a extirpação dos mocambos; a melhoria do abastecimento de gêneros alimentícios, principalmente da carne verde e do peixe; a organização do tráfego na cidade; a melhoria dos meios de comunicação, particularmente do serviço de ônibus; a execução das obras de drenagem dos canais, de acordo com o projeto de Saturnino de Brito, e o incentivo à construção de edificações em altura, notadamente no bairro de Santo Antonio.²⁰⁸

A modernidade defendida por Novaes Filho tinha pretensões de alcançar e integrar toda a cidade, tanto o centro como os subúrbios. Não adiantava pensar parceladamente, eis a

²⁰⁷ PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativa do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001. p. 80.

²⁰⁸ PONTUAL, Virgínia. op. cit. p. 79.

necessidade do plano de expansão. No entanto, os investimentos configuraram uma atenção especial ao desenvolvimento do centro, verificável no volume de recursos destinado à remodelação do bairro de Santo Antonio, no início da abertura da Avenida Dantas Barreto, na construção do Parque 13 de Maio e da ponte Duarte Coelho. Em suma, o poder público foi atento em garantir o primeiro plano do seu erário em áreas de visibilidade.

Quanto aos investimentos de segundo plano – nos subúrbios – as obras tentam integrar a cidade, mas também reafirmam a urbe segregadora, o capital empregado se concentra em áreas das classes média e alta, e através da regulamentação e do direcionamento dado às obras realizadas tenta qualificar sua campanha contra o mocambo. Ademais, os serviços prestados dão continuidade à reprodução do trabalhador, do capital, da elitização espacial e do acesso aos serviços. É quase flagrante a omissão programada nos subúrbios mais populares.

Por exemplo, a atenção prestada a áreas de interesse das classes média e alta na cidade, como Boa Viagem, Espinheiro, Torre, Madalena, Graças, já foi explanado no capítulo anterior quando ruas em especulação imobiliária foram ordenadas e pavimentadas. Mas pode-se estender aos planos de remodelação específicos para bairros valorizados, como o da Madalena e Torre, realizado pelo engenheiro municipal Domingos Ferreira, o qual aproveitava ruas e programava a abertura e retificação de outras, deixava os arruamentos em traçado apropriado para a ocupação regular e formal. Há também estudo feito por ele, no mesmo período, para o prolongamento de diversas ruas (como as atuais Antônio Falcão, Ribeiro de Brito etc.) em Boa Viagem, assim como a definição das dimensões da atual Avenida Conselheiro Aguiar,²⁰⁹ cuja parte da área do bairro balneário foi arquetada como um bairro-jardim e que era de interesse do mercado imobiliário e financeiro. Outro indício é a regulação do transporte de ônibus em atendimento de bairros como Espinheiro, Derby e Tamarineira, optando-se a bairros mais populosos como Casa Amarela, Encruzilhada e Afogados a manutenção do atendimento unicamente pelos bondes.

O progresso era paulatino, irradia-se da mesma forma que a cidade formal. Alcança primeiramente as áreas consolidadas pela ocupação reconhecida pelo poder público e, à medida que avança pelos subúrbios, tenta levar a eles a formalização da cidade e as benesses já vivenciadas noutros bairros. Não é necessariamente, a ostensividade do Estado presente e

²⁰⁹ Esta planta encontra-se no acervo do Museu da Cidade do Recife.

atuante em áreas mais distantes do centro. Não impede sua omissão futura em serviços longamente negligenciados, postergados.

O governo estadonovista no Recife, segundo Pontual, prontificou-se a atuar nos subúrbios em duas linhas de serviços: pavimentação e iluminação pública. Quanto ao primeiro, caso não tivesse significaria um obstáculo ao fluxo de pessoas e dos negócios. Durante esse período, lembra a autora, a cidade incrementou em 20% esse serviço, tornando-se a terceira mais pavimentada do país. Das obras que se destacaram no sistema viário suburbano foram as executadas na Avenida Caxangá, e nas Estradas de Beberibe, Belém e dos Remédios. Esta última, importante eixo entre Madalena e Afogados, prevista nos planos de expansão como futura perimetral e opção de deslocamento até Casa Amarela, cruzando importantes radiais existentes ou planejadas, foi pavimentada abrangendo áreas quase totalmente desocupadas (sobretudo nas fronteiras dos dois bairros), mas se consolidou como ligação entre áreas adensadas.

A avenida Caxangá, desde o século XIX importante conexão para o interior, teve na sua pavimentação a possibilidade de dar melhor trânsito aos arrabaldes do Zumbi, Iputinga, Cordeiro, Bongi e Caxangá. Quanto à Estrada de Beberibe, que já servira como linha férrea e desde 1922 era atendida por bondes elétricos, acompanhara o processo de ocupação da zona norte e fora importante durante o adensamento mais acelerado dos bairros que nasceram com ela: Água Fria, Arruda, Ponto de Parada, Fundão e Cajueiro.²¹⁰ A Estrada de Belém também pode ser importante canal de comunicação durante o adensamento de Campo Grande e do Hipódromo.

A iluminação pública foi o outro referencial nas ações municipais no subúrbio. De responsabilidade da *Pernambuco Tramways*, as vias públicas de maior fluxo passaram a ter atenção na qualidade prestada.

[...] Abrangeu a quase totalidade dos bairros da cidade, notadamente os de Boa Vista, Graças e Afogados [...]. Outros logradouros tiveram tratamento diferenciado, dada a sua função de ligação entre as partes da cidade, como, por exemplo, as Estradas dos Remédios, do Arraial e de Belém, Ponte de Caxangá e a Avenida Norte. E muitos tiveram iluminação mais simples, como as ruas das Vilas dos Remédios, dos Bancários, da Macaxeira, Popular de Areias e dos Servidores do Estado [...].²¹¹

²¹⁰ HALLEY, Bruno Maia. op. cit. p. 123.

²¹¹ PONTUAL. op. cit. p. 105.

Os investimentos realizados nos anos da gestão de Novaes Filho quanto à pavimentação e iluminação pública nos subúrbios e a omissão pública na regulação fundiária eram as vertentes mais claras da inatividade planejada do Estado. A regulação superficial desse tema permitiu um processo desorganizado e marcado por conflitos entre proprietários de casas e terrenos, pela desqualificação na condição de vida, pela precariedade dos serviços básicos e pela ocupação dessas responsabilidades pela população local e por grupos políticos interessados pela partilha de zonas de influência em bairros populares. Todavia, não foi uma ocupação de toda irregular. Houve uma disposição na ocupação de certas áreas assim como um processo de significação desses lugares pelas atividades culturais exercidas pelos moradores.

3.5 Loteamentos periféricos e a autoconstrução

A atuação do Estado no parcelamento da terra na década de 1940 tomou rumos que tiraram a moradia como sua responsabilidade de provimento. A Lei do Inquilinato ao desestimular a capitalização rentista dos locadores de imóveis, conseguiu drenar o capital excedente para o projeto de industrialização que se engrenava, ao passo que, o governo federal tomou para si a competência da produção de imóveis pela canalização dos recursos dos IAPs. No Recife, a interventoria de Agamenon Magalhães tenta quebrar com a alta rentabilidade da locação dos mocambos, assim não só eliminando esse perfil de habitação como a inversão de capitais para o mercado rentista. Aquele que fosse proprietário de casa ou terreno poderia conquistar a isenção de impostos e taxas municipais. A prefeitura ainda “instituiu atos normativos, com o intuito de potencializar a utilização dos lugares atendidos por algum serviço público, incentivando novas construções verticalizadas e restringindo reformas em casas de um pavimento.”²¹²

Com isso, Novaes Filho tentava impulsionar a produção do maior número possível de unidades em alvenaria. Boa parte desse avanço nas construções deveu-se ao estímulo para ereção de casas populares, que entre 1939 e 1945 somou um total de 5866 unidades, enquanto para o mesmo período foram no mínimo 13355 mocambos demolidos; esse descompasso entre demolições e construções é integrante do projeto que tem como maior objetivo extinguir o mocambo, e não necessariamente criar as condições para o acesso à casa de baixo custo.

²¹² PONTUAL. op. cit. p. 91.

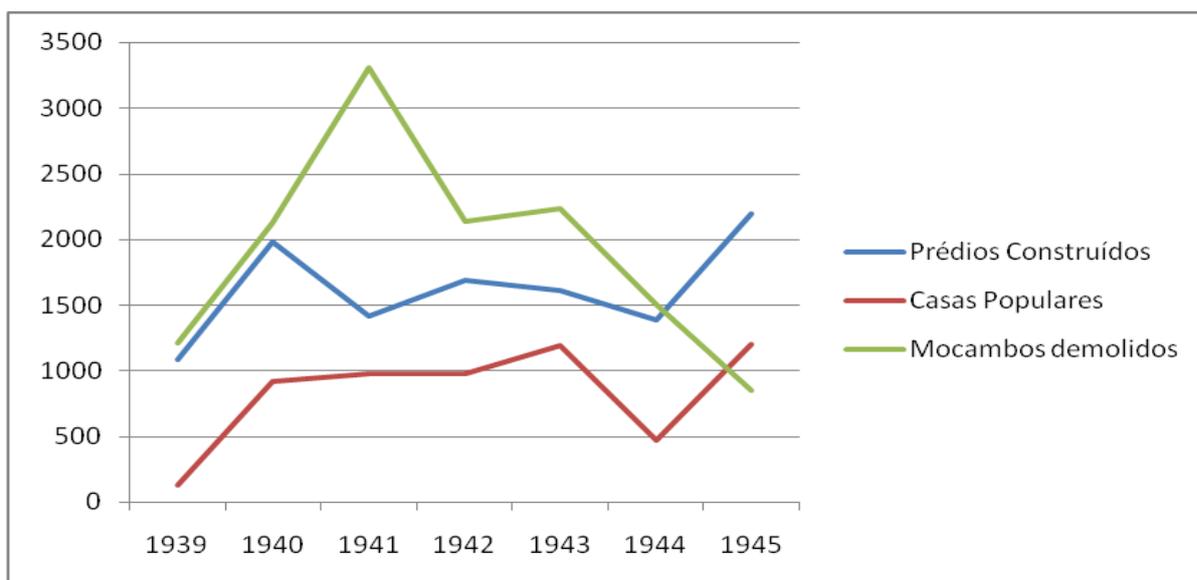


Gráfico 01. Construções no período 1939 – 1945, num total de 9765 unidades. Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1941 – 1945, números 2, 5 - 6, 9 - 10.

Essa demanda do governo em estimular a derrubada de mocambos e construção de casas populares gerou um déficit entre demolições e construções, cuja solução se deu pelo autoempreendimento do morador. A interventoria frisou o volume dos dados estatísticos mas ignorou a cidade que se erguia nas franjas das demolições. O regime no intuito de difundir entre o trabalhador o ideal da casa própria – unifamiliar – de alvenaria inflexionou a fiscalização para onde se projetava esse perfil de construção, tolerando os mocambos nos loteamentos periféricos. Lembra Bonduki,

A despeito dos evidentes e conhecidos problemas que esse modelo de ocupação (ilegal, clandestina, antiurbana, insalubre, precária e contrária aos princípios da técnica urbanística) trariam para a cidade no futuro, formou-se uma espécie de colúrio branco entre loteadores, compradores, Executivo, Legislativo e Judiciário para não criar empecilhos ao livre desenvolvimento desse tipo de empreendimento. A liberdade com que se processou, durante décadas, a transformação, sem projeto nem obras, de glebas rurais em lotes teoricamente urbanos, foi decisiva para a difusão do sistema de auto-empreendimento.²¹³

Então o que acontece ao longo da década de 1940 é a intensificação de moradores nos morros da zona norte da cidade. Complexas relações se instituam, imobiliárias que cobravam o aluguel do chão aos moradores que ergueram a própria casa, moradores que compram o terreno, pessoas que alugam a casa, a necessidade de aproximação com alguém do morro para ocupar algum terreno disponível, o papel dos fazedores de casa, dos cobradores e do comissário.

²¹³ BONDUKI. op. cit. p. 286.

Em 1943, segundo um levantamento fotogramétrico do Serviço Geográfico do Exército, encontravam-se já ocupados os Altos Santa Izabel, do Mandú, da Favela da Esperança, da Conceição e José do Pinho. Dominava o tipo de ocupação em que as habitações eram próprias, ou seja, construídas precariamente pelo próprio morador, que se comprometia a pagar o aluguel do chão cuja área variava, em média, de 100 a 150 m².²¹⁴

Esse tipo de relação do aluguel do chão se tornou dominante nos terrenos do antigo engenho São Pantaleão do Monteiro. Após a divisão das propriedades entre os herdeiros, um dos grupos confiou a administração das propriedades à Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda, a qual passou a organizar a cobrança dos aluguéis como também da venda dos lotes a interessados. Essa empresa passara a incentivar a ocupação das áreas de sua alegada posse ainda desocupadas, para isso foi fundamental a atuação dos cobradores de aluguel, os quais podiam intimidar questionadores, repelir possíveis invasões, repreender e expulsar inadimplentes.²¹⁵ A imobiliária também “legalizou a compra do terreno para aqueles que preferiam e podiam adquirir sobre ele direitos ‘perpétuos’ já que, em caso de desabamento da casa, o proprietário da casa que pagava aluguel do chão perdia o seu direito ao chão.”²¹⁶

Dessa forma, não só a Empresa Imobiliária de Pernambuco como também outras do mesmo perfil e donos de grandes terrenos passaram a explorar esse sistema, cujo investimento inicial era muito baixo e com retorno elevado. O proprietário da terra não se preocupava em erguer a casa, o corte do mato e a urbanização mais básica era realizada pelo morador, feitos estes que só valorizavam ainda mais o terreno. Em média, na década de 40, o aluguel do chão ou da casa custava em média 1% do valor real da propriedade, o que garantia um retorno integral em aproximadamente 8 anos.

Com o tempo houve uma desvalorização do preço do aluguel da terra, enquanto o da casa relativamente se manteve, passaram os proprietário a quererem eles mesmos a erguerem casas para aluguel; essa desvalorização, fez revelar nos anos 60 importante explicação sobre o fato do morador preferir a posse da casa. Para se ter ideia, em Peixinhos, em pesquisa publicada em 1961, num universo de 1707 mocambos, 78,9% eram próprios. Uma vez ele o responsável por construir seu teto, o dono da terra não podia, em tese, intervir sobre um bem que não é seu.

²¹⁴ RIBAS NETO;LUBAMBO;SOUZA. op. cit. p. 17.

²¹⁵ Um pouco da caracterização a respeito desses personagens está no romance realista da época, ver RIBEIRO, Antonio Camilo das Chagas. **Mocambos...** Romance. Recife: Edições Mozart, [1936].

²¹⁶ RIBAS NETO;LUBAMBO;SOUZA. op. cit. p. 18.

Apesar de muitos moradores passarem a ser donos da casa onde moram, não seria incomum ver moradores serem expulsos de suas casas por deverem o aluguel do chão, sendo esse bem usado para saldar a dívida. Esse mecanismo aplicado pelos cobradores de chão e seus capangas não tem margem legal. É uma medida tomada assegurando a arrecadação dos donos dos terrenos, que deveria se traduzir num processo legal, porém o que acontece é a naturalização de uma prática violenta e ilegal. A submissão dos moradores está no temor que demonstravam em atrasar o aluguel, tendo que apelarem quando necessário à amizade com o cobrador, com apoio de algum comerciante ou do comissário para não serem retirados de imediato e, assim, poderem retardar mais um pouco o pagamento. Dever o aluguel poderia resultar numa remoção violenta e humilhante, ação costumeiramente aceita pelas autoridades policiais, não enxergando nisso nada mais que uma conduta tacitamente permitida pela população.

Muitos moradores continuaram a procurar localidades em que pudessem erguer uma nova casa e, assim, fugir do aluguel em definitivo. Em paralelo, outros ao notar que os afluxos de gente não se reduziam, passaram a optar por construir junto à sua casa ou noutro terreno também ocupado, um correr de quartos para aluguel. Seria uma renda complementar, mas não menos significativa. Muitos fazedores de casas preferiram reduzir suas atividades em construir para os outros, pois viam maior rentabilidade no aluguel de pequenos quartos. Tornou-se uma prática ainda muito usual na década de 1960, quando foi estudado o perfil socioeconômico dos moradores no Vasco da Gama e Santo Amaro.²¹⁷

A atividade laboral desses fazedores de casas foi bastante intensa entre as décadas de 1930 e 1960, período de intenso crescimento vegetativo das periferias do Recife. Apesar dessa ocupação dos morros parecer muitas vezes sem critérios ou desregulada, seu crescimento foi ordenado de acordo com a proximidade com importantes vias, comércio e pelas áreas de baixada. Por exemplo, o Alto José do Pinho, em meados dos anos 1940, tinha uma taxa de ocupação já elevada, principalmente por trabalhadores pobres. As áreas que, segundo Leite, eram de controle da Imobiliária Vieira da Cunha e da Baronesa Cesário de Melo²¹⁸ têm uma ocupação maior, não só pelo relevo menos íngreme, mas por apresentarem maior disputa por moradores e, conseqüentemente, maior parcelamento do solo; algo notadamente nas proximidades da Estrada de Ferro.

²¹⁷ **BOLETIM do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**. nº 13 e 14. Recife: Ministério de Educação e Cultura, 1964/1965.

²¹⁸ LEITE. op. cit. p. 60.

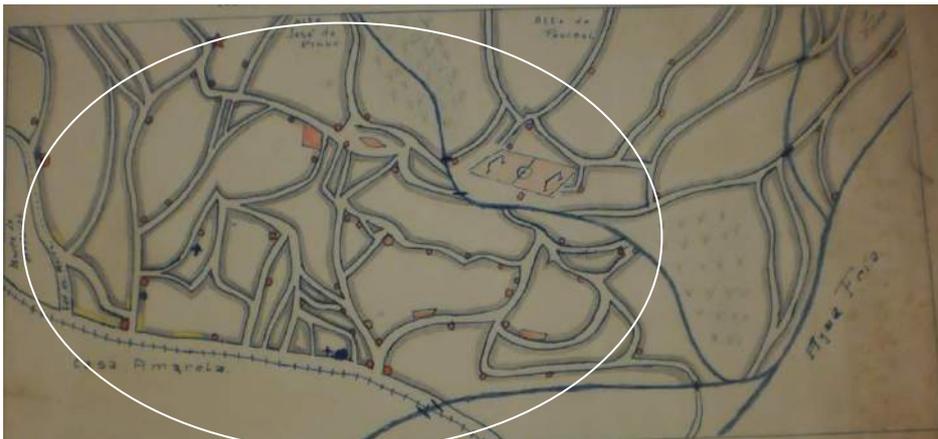


Figura 49

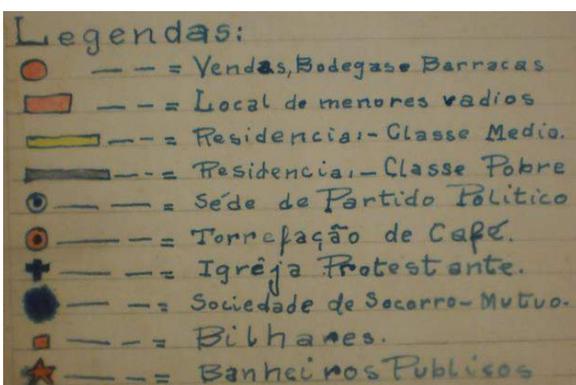


Figura 50.

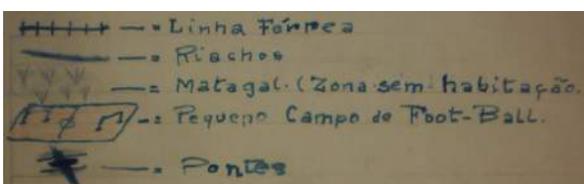


Figura 51.

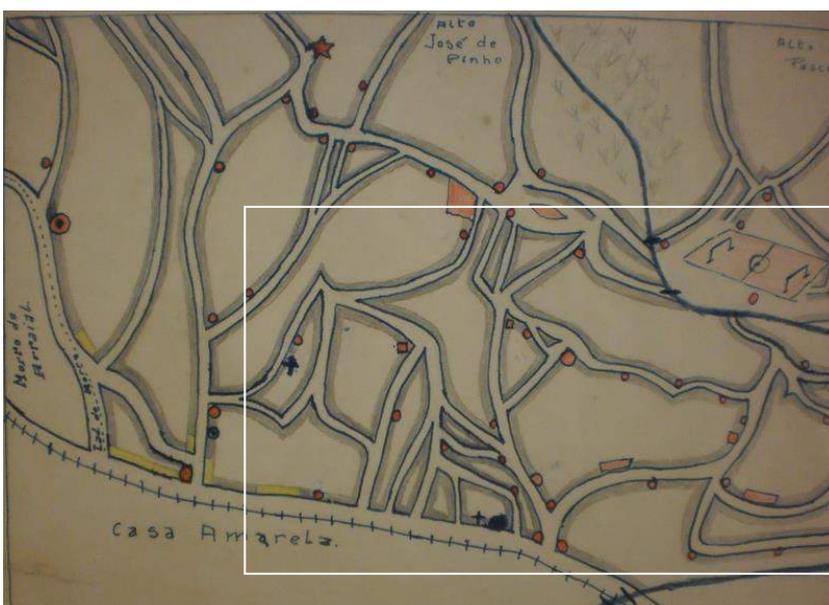


Figura 52.

Figura 49. Alto José do Pinho e Alto do Pascoal (lado de Arraial). Autor: Pedro Braga da Silveira Lima. Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Figuras 50 e 51. Legendas indicando os principais pontos de atração e o perfil da distribuição das moradias.

Figuras 52. Detalhe indicando área aproximada das terras controladas pela Imobiliária Vieira da Cunha e pela Baronesa Cesário de Melo.

Em Casa Amarela, mais especificamente no trecho que compreende a ocupação da classe média se concentrou nas proximidades do Mercado, ficando os moradores de classe alta mais concentrados na área que compreende a Estrada do Arraial com a rua da Harmonia. Todos os demais espaços – Alto Santa Izabel, os sopés do Morro da Conceição e do Vasco da Gama, as margens da Estrada de Ferro, foram intensamente disputadas pelos moradores pobres, sendo também a preferência da maioria dos estabelecimentos como bares, bilhares, barracas etc., com exceção do entorno do Mercado que também era o centro comercial da área.

Considerando o papel que tiveram a Avenida Norte, o Mercado de Casa Amarela e a Fábrica da Macaxeira, e referências simbólicas como a Virgem do Morro da Conceição, a praça do Alto José do Pinho, o Portão do Gelo em Beberibe enfim, assumiram importante papel como Pontos Nodais na atração de moradores para a zona norte do Recife, configurando como partes permanentes no desenho e referência de cidade desses moradores. São referenciais que em suas localidades, juntamente com os terreiros, igrejas e agremiações carnavalescas que passam a integrar o valor o que Bruno Halley, chama de *trama densa de enredos*²¹⁹ de cada bairro, onde o valor simbólico do vivido é que costura as relações interpessoais, um histórico de experiências compartilhadas e o apego sentimental com o bairro.

Quadro 2 – Crescimento demográfico do Recife

Ano	Habitantes
1872	116.671
1890	111.556
1900	113.106
1913	218.255
1920	238.845
1940	351.485
1950	524.682

Fonte: Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1941 – 1945, números 2, 5 - 6, 9 – 10; IBGE.

²¹⁹ HALLEY, Bruno Maia. op. cit.



Figura 53. Calçamento do Morro da Conceição (da Estrada que dá acesso ao Morro). Foto: Alexandre Berzin. [194-?]. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 816



Figura 54. Calçamento do Alto José do Pinho. [entre 1940 e 1955]. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 3834.



Figura 55. Alto do Pascoal (Casa Amarela). [entre 1940 e 1955]. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Tombo 382

Considerações Finais

Tornar possível como se procedeu o desenvolvimento urbano da cidade do Recife e como isso repercutiu na produção e distribuição da habitação popular foram os objetivos norteadores desse trabalho. Como dito, na medida que as fontes iam revelando outras dimensões das previstas inicialmente, a análise migrara para um entendimento com maior recorte temporal, mas que ainda concentrava suas maiores preocupações nas décadas de 1930 e 1940.

Buscou-se explicar como a habitação popular emergiu como um problema-chave para o desenvolvimento humano e urbano do Recife na primeira metade do século. Assim, o mocambo seria alvo de importantes intervenções públicas, as quais redimensionariam a disposição das classes trabalhadoras na cidade. Bairros valorizados próximos ao centro passaram a ter maior fiscalização pública, deixando-se à periferia, nos morros da zona norte do Recife, a área de tolerância para construção dessas moradias baratas. O zoneamento da cidade não previa para o entorno de Casa Amarela a liberação para mocambos, entretanto essa tolerância foi acompanhada pela omissão do Estado em integrar esses subúrbios mais distantes aos serviços urbanos básicos. Assim, a realidade do morador pobre, nos anos 40, seria marcada pela precariedade nas condições básicas de vida, sendo ele responsável desde a retirada da vegetação, construção da casa, aquisição do terreno sem financiamento e pela introdução improvisada de rede elétrica, água e arruamentos.

A pesquisa, em certos momentos, foi um desafio, pois tive que me deparar com as dificuldades em encontrar arquivos com a documentação plenamente acessível, posteriormente conseguiria resolver tais obstáculos; com exceção dos jornais para a época de interesse, pois, ainda que microfilmados, o esmaecimento resultante das consultas requereu o contato material direto com os jornais, estes inacessíveis pelo desgaste e estado de conservação. Este fato contribuiu na limitação quanto às informações de origem popular no concernente ao seu ponto de vista e vivência durante a remoção dos mocambos. E apesar de artigos encontrados, sobretudo, nos jornais *A Província* e *Diário de Pernambuco*, e nas petições encaminhadas à *Assembleia Legislativa de Pernambuco*, o trabalho carece do ponto de vista do morador diante do problema em torno da habitação. Outra circunstância que

travou o desenvolvimento de parte das atividades foi a transferência da sede do *Club de Engenharia de Pernambuco*, cujos boletins técnicos poderiam enriquecer mais a respeito da atuação de seus membros a respeito do planejamento urbano e dos caminhos possíveis à moradia popular.

Passadas as dificuldades iniciais relacionadas ao andamento da pesquisa, tanto no acesso às fontes como no trato metodológico dado a elas, foi possível entender que a retirada dos mocambos do centro, repercutiu num impacto social que se direcionou para os morros da zona norte, adensados a partir de então, fenômeno este que impulsionaria uma área de expansão urbana ao longo das décadas seguintes; tal processo foi muito semelhante ao que acontecera no Rio de Janeiro em início de século, cujos moradores expulsos dos cortiços, nas áreas centrais, encontrariam menos pressão do poder público nos morros que avizinhavam as áreas nobres da capital federal.²²⁰

A discussão a respeito da moradia popular está longe de ser desatualizada, a sua relevância social está em evidência, considerando que a maioria das grandes metrópoles no mundo, nas últimas décadas, teve forte crescimento de suas favelas, com o aparecimento das megafavelas com mais de meio milhão de habitantes. Estima-se que cerca de um bilhão de pessoas vivam em espalhados em favelas, em especial, nos países subdesenvolvidos.²²¹ Portanto, entender como se deu historicamente a produção das moradias, do desenvolvimento urbano e das diferenças sociais construídas nas múltiplas possibilidades do universo citadino abre margem para variadas pesquisas que envolvem o padrão de vida e a busca pelo acesso à casa. Para o Recife, existe espaço para trabalhos que remetam entre as décadas de 1950 e 1970, período que continuaria intensa a expansão nos morros até o movimento popular reivindicatório das *terras de ninguém*, questionando a posse dos terrenos pelas imobiliárias, cuja atuação do poder público ao longo desse tempo angariou comportamentos com diversos matizes para a regulação fundiária.

As tensões que foram vivenciadas na apropriação da cidade por moradores pobres, classe média e elites do Recife ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, em especial os últimos vinte anos, revelam aspectos importantes da inserção da cidade na

²²⁰ Sobre esse assunto ver CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Também ver MIRANDA, Carlos A. C. Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife. In: **Clio**, n. 20. Recife: UFPE, 2002.

²²¹ DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

modernidade conflituosa do período argumentado por Harvey, marcada pela constante velocidade em tentar superar o que entendiam como retardos do passado ainda remanescente, choques de culturas que desemborçariam numa cultura engessada.²²² Esses ditames da cultura moderna seriam rebatidos pelos valores pós-modernos.

Fala-se muito de um Recife em busca de uma modernidade, ainda que, como vejo, sem superar os valores que construíram a sociedade que antecede esse interesse, e que por fim, ajudam a perpetuar velhas desigualdades e esbarra o desenvolvimento humano local. É resultado do patrimonialismo que concentrou a terra, o acesso aos bens e à participação política. Tentaria expropriar o cidadão pobre do seu direito de também propor o futuro da cidade, estabelecendo qual a casa e a urbe ideal. Mas, o povo modernizaria sua vida ao seu jeito, resistindo com alternativas ao recrudescimento e omissão pública e à exploração do trabalho, promoveria ele mesmo a responsabilidade em ocupar o território marginalizado e lhe atribuir sentido e expressão cultural. Nas palavras de Bruno Halley,

a identidade do lugar se constitui através de suas características físicas, sua história e de como as pessoas fazem uso do passado para promover uma consciência própria acerca dos lugares. Os lugares são, portanto, suas construções, os enredos que os moldaram e a biografia de seus habitantes, os verdadeiros personagens desta trama do bairro.²²³

²²² HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

²²³ HALLEY, Bruno Maia. **De chapéu do sol a Água Fria**: numa trama de enredos, a construção da identidade de um barro na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. p.225.

REFERÊNCIAS

Periódicos

Jornal **A Província**.

Jornal **Diário de Pernambuco**.

ALMANACH de Pernambuco. Academia Pernambucana de Letras. Recife: 1929.

ALMANACH de Pernambuco. Academia Pernambucana de Letras. Recife: 1930.

Boletim da Cidade e do Porto do Recife, 1941 – 1945, números 2, 5 - 6, 9 – 10

BOLETIM Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Vol.11.n.1.1944.

SECRETARIA de Viação e Obras Públicas. Diretoria de Viação e Obras Públicas. Recife, 30 de Junho de 1945.

Bibliografia

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

AYMONINO, Carlo. **La Vivienda Racional: Ponencias de los Congressos CIAM 1929 – 1930**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC, 1965.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos**. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BULLOCK, Nicholas. Housing in Frankfurt 1925 to 1931 and the new Wohnkultur. The Architectural Review, vol. CLXII, n. 976, jun. 1978. In. BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos**. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CALABI, Donatella. O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidade Capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa. **Os anúncios do paisagismo moderno: o parque do Derby no “novo Recife” de 1925**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007. (Série Gestão da Conservação Urbana – Textos para discussão).

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo do Recife, 1822 – 1850**. Recife: Universitária da UFPE, 1998.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. Fatores de Localização da Cidade do Recife. – Um ensaio de Geografia Urbana. Imprensa Nacional-Brasil, 1948. p. 74. Apud GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHERMONT, Olympio Leite. Casas para proletários. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909.

COSTA, Valéria Gomes. **É do dendê: História e memórias urbanas da nação Xambá no Recife (1950 – 1992)**. São Paulo: Annablume, 2009.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

FREITAS, Octavio. A luta anti-tuberculosa em Pernambuco. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909.

_____. Importancia do registro sanitario das habitações como instrumento de defeza higienica das collectividades. In: **Annaes do 1º Congresso Medico de Pernambuco**. Recife: Officina Typographica do Diario de Pernambuco, 1909.

FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. Recife: Officinas Gráficas de The Propagandist, 1934.

_____. **Manifesto Regionalista de 1926**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

_____. **Mocambos do Nordeste: algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937. (Publicações do SPHAN, 1.).

_____. **Um engenheiro francês no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In: PEREIRA, Nilo et al. **Um tempo do Recife**. Recife: Universitária, 1978.

GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

GOVERNO do Estado. **Exposição apresentada ao chefe do Governo Provisório da Republica Exmº Sr. Dr. Getulio Vargas pelo Interventor Federal em Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti. Período Administrativo de Outubro de 1930 a Junho de 1933**. Recife: Imprensa Oficial, 1933.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: história da migração nordestina para a Amazônia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

HALLEY, Bruno Maia. **De chapéu do sol a Água Fria**: numa trama de enredos, a construção da identidade de um barro na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

KLEIN, Alexander. **Vivienda mínima**: 1906 – 1957. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima A.. **Caracterização e Contribuição para a Interpretação da Política de Habitação Popular**. Recife – Estado Novo, 1937 – 1945. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

LEMOS, Arsênio de. **Construir...** Recife: 1929.

LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade**: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. de. **A lei da casa sem lei**: coletânea e anotações iniciais sobre a Legislação pernambucana referente às casas operárias (1889 – 1931). Recife: UFPE, 1989.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, José Sérgio Leite. et. al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, v. 5).

LOPES, Maria Aparecida Vasconcelos. **Cidade São, Corpo São**. Dissertação. UFPE, Recife, 1996.

LUBAMBO, Cátia W. **O Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE, 1994.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Raiz; FUNDARPE, 1985.

MASI, Domenico De. (Org.) **A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

MEDEIROS, Amaury de. **Saúde e Assistência: Doutrinas, Experiências e Realizações**. Recife: Imprensa Oficial, 1909. In: LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e Cidade: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MELLO, José Antonio G. **Tempo dos Flamengos**. Recife:

MILFONT, Magna. **Caminhos e marcas da cidade: a influência do transporte fluvial nos rios e mares do Recife, do século XIX**. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá. (Orgs.) **História e Paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bagaço, 2005.

MIRANDA, Carlos Aberto Cunha. **O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife**. In: **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. III, n. 5, out. 2012.

_____. **Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife**. In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. n. 20. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

MUNICÍPIO do Recife. **Exposição com que o Prefeito do Recife, dr. Francisco da Costa Maia, no dia 24 de Fevereiro de 1929, abriu a 1ª sessão ordinária do Conselho Municipal do Recife**. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

MUNICIPIO do Recife. *Exposição com que o Coronel Eduardo de Lima Castro, Prefeito do Recife abriu a 3a. Sessão Ordinária do Conselho Municipal em 16 de julho de 1920*. apud LIRA. **Mocambo e Cidade: Regionalismo na Arquitetura e ordenação do espaço habitado**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

OBSERVAÇÕES Estatísticas dos Mocambos do Recife. Recife: Imprensa Oficial, 1939.

OUTTES, Joel. **O Recife preso à cruz das grandes avenidas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios**: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

PICON, Antoine. Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidade Capitais do Século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá. (Orgs.) **História e Paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. A.1, n.2. 1999. – Recife : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editora responsável Norma Lacerda : A Associação, 1999.

_____. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativa do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001.

REGULAMENTO de Construções. Recife: Imprensa Oficial, 1936.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808 – 1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) Encantos Modernos**: Histórias da Cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBAS NETO;LUBAMBO;SOUZA. **O processo de formação das favelas do Recife – um estudo de caso**: as favelas de Casa Amarela. Recife: UFPE-MDU, 1984.

RIBEIRO, Antonio Camilo das Chagas. **Mocambos...** Romance. Recife: Edições Mozart, [1936].

ROCHA, TADEU. **Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)**. 3ª ed. Recife: Gráfica Ipanema, 1967.

SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. **A face criminosa**: o neolombrosianismo no Recife na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle**: Política e Cultura. São Paulo: Editora da Unicamp; Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Oswaldo Pereira da. **Pina**: povo, cultura, memória. Olinda: Centro de Cultura Professor Luiz Freire; Produção Alternativa, 1990.

SILVA, Ricardo Leite da. **Alto José do Pinho**: ocupação, instituição e práticas culturais, 1940 – 1960. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VIEIRA, Carlos Alberto. First Synagogue in the Americas: Kahal Kadosh Zur Israel Synagogue in Recife. In: SERAGELDIN, Ismail; Shluger, Ephim; MARTIN-BROWN, Joan (Editores). **Historic Cities and Sacred Sites**: Cultural Roots for Urban Futures. Washington, D.C.: The World Bank, 2000.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1941.